

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

ALINE DOZZI TEZZA LOUREIRO

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO
FERREIRA-SP: 1972 a 2011

São Carlos- SP
2013

ALINE DOZZI TEZZA LOUREIRO

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO
FERREIRA-SP: 1972 a 2011

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Unidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção de Título de Mestre em Educação Especial

Área de concentração: Educação do Indivíduo Especial.

Orientadora: Prof^a. Dra. Kátia Regina Moreno Caiado

São Carlos- SP
2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L892ee

Loureiro, Aline Dozzi Tezza.

A educação especial no município de Porto Ferreira-SP :
1972 a 2011 / Aline Dozzi Tezza Loureiro. -- São Carlos :
UFSCar, 2013.
140 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2013.

1. Educação especial. 2. Políticas públicas. 3. Associação
de Pais e Amigos dos Excepcionais. I. Título.

CDD: 371.9 (20ª)



Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado de **Aline Dozzi Tezza Loureiro**.

Profa. Dra. Katia Regina Moreno Caiado
(UFSCar)

Ass. Katia Caiado

Profa. Dra. Silvia Márcia Ferreira Meletti(UEL)

Ass. Silvia Meletti

Profa. Dra. Maria Helena Michels
(UFSC)

Ass. Maria Helena Michels

DEDICATÓRIA

Dedico a minha avó Olivia e a minha Mãe, meus maiores exemplos de sabedoria, cumplicidade, respeito e amor.

Dedico também aos meus “três irmãos”: Diego, Rodrigo e Natália, que sempre estiveram ao meu lado, me encorajando a nunca desistir.

É a vocês que eu dedico essa vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha orientadora, professora Kátia, que pacientemente sempre me incentivou e me ensinou a enfrentar desafios com coragem e otimismo e despertou em mim o entusiasmo pela pesquisa.

As professoras Maria Helena e Silvia, pelas leituras e orientações, que direcionaram este trabalho com tanto carinho e atenção.

A minha mãe e ao meu irmão... Por tudo! Por simplesmente serem eles.

Apreendi com meu irmão há um tempo que em cada lugar que passamos, construímos uma nova família. Então não posso deixar de agradecer as minhas duas “mães” Mi e Dri... que me carregaram no colo desde o primeiro contato: não tenho dúvida nenhuma que sem vocês esse trabalho não teria sido concluído.

As queridinhas “filhas do Observatório” – Ana Carol, Camila, Michele, Taísa, Sara, Stela - e também a Nati: aprender novos conhecimentos (e “rodar dados” eternos) foi muito importante para mim, ainda mais sendo compartilhado com pessoas tão dedicadas e compreensivas como vocês.

Além de mães, ganhei “irmãos, primos...”, e todo o resto de uma família grande, que mesmo se encontrando nos corredores, sempre me ofereçam um sorriso, uma palavra, um abraço, e até mesmo um café: obrigada família Lapedee's!

Agradeço também a todos os funcionários da Secretaria Municipal de Educação, do Departamento Estadual de Educação e da APAE de Porto Ferreira, por terem aberto as portas de suas instituições para que esta pesquisa fosse realizada.

Não poderiam me esquecer de todos os participantes desta pesquisa, que disponibilizaram seu tempo para compartilhar comigo um pouquinho de suas histórias.

E por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente acompanharam esta fase da minha vida, sempre com olhos de carinho e abraços de ternura.

*“Quem me diz
Da estrada que não cabe onde termina
Da luz que cega quando te ilumina
Da pergunta que emudece o coração*

*Quantas são
As dores e alegrias de uma vida
Jogadas na explosão de tantas vidas
Veze tudo que não cabe no querer*

*Vai saber
Se olhando bem no rosto do impossível
O véu, o vento, o alvo invisível
Se desvenda o que nos une ainda assim*

*A gente é feito pra acabar...
A gente é feito pra dizer
Que sim
A gente é feito pra caber
No mar
E isso nunca vai ter fim!”*

(Marcelo Jenesi – Feito para Acabar)

RESUMO

O número de alunos com deficiência matriculados nas escolas vem aumentando a cada ano, devido aos apoios do governo, tanto para a escola pública como para as instituições privadas. Pensando nisso, esta pesquisa teve com objetivo compreender a organização e o funcionamento da Educação Especial no município de Porto Ferreira, SP. Os autores que fundamentaram esta pesquisa trabalham em uma perspectiva crítica (Saviani, Januzzi, Ferraro, Gatti). Na metodologia utilizamos análise documental de todos os documentos referentes à educação especial no município (leis, decretos, atas de reuniões, notícias dos jornais municipais, dados do censo escolar), bem como o uso de entrevista de pessoas ligadas a educação especial. Os resultados obtidos apontam no sentido de constataremos: a) a importância que a instituição privada, de cunho filantrópico (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE) tem desde sua criação, até os dias de hoje; b) a ausência de um projeto político destinado aos alunos com deficiências nas escolas básicas do município; c) a “ausência” de um movimento social das pessoas com deficiências no município pesquisado.

Palavras-chaves: Educação especial; políticas públicas, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

ABSTRACT

The number of students with disabilities in schools is increasing every year due to government support, both for the public school as to private institutions. Thinking about it, this research was carried out to understand the organization and operation of Special Education in Porto Ferreira, Brazil. The authors substantiate this research work in a critical perspective (Saviani, Januzzi, Ferraro, Gatti). Methodology used in document analysis of all documents relating to special education in the municipality (laws, decrees, minutes of meetings, newspaper accounts municipal, school census data), as well as the use of interviewing people related to special education. The results point towards: a) the importance of the private institution, the philanthropic (Association of Parents and Friends of Handicapped-APAE) has since its inception until the present day, b) the absence of a project political intended for students with disabilities in primary schools in the municipality, c) the "absence" of a social movement of persons with disabilities in the county searched.

Keywords: Special education, public policy, Association of Parents and Friends of Exceptional Children

LISTA DE QUADROS

1. Porto Ferreira: classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, 2010....	30
2. Taxa de analfabetismo no município de Porto Ferreira: uma comparação entre os censos de 2000 e de 2010.....	30
3. Porto Ferreira: Proporção de crianças de 0 a 5 anos de idade residentes em domicílios particulares com alguma especificidade: uma comparação entre os censos de 2000 e 2010.....	31
4. Prefeitos e partidos de Porto Ferreira: 1969 a 2012.....	33
5. Leis utilizadas na pesquisa.....	35
6. Notícias dos Jornais de Porto Ferreira - 1972 a 2011.....	44
7. Identificação dos Participantes da pesquisa.....	51
8. Escolas do município de Porto Ferreira pela localização e tipo de escolarização: década de 70.....	81
9. Porto Ferreira: Distribuição dos alunos com deficiências nas Salas de Recursos Multifuncionais: 2011.....	88
10. Número de alunos com NEE matriculados nas escolas municipais de Porto Ferreira, por série- 2011.....	89
11. Matrículas na APAE de Porto Ferreira segundo a deficiência: 2011.....	93
12. Número de funcionários da APAE de Porto Ferreira em 1973, 1974, 1982, 1991 e 2011.....	108
13. Convênios firmados pela APAE DE Porto Ferreira, segundo o órgão, o valor e para o que era destinado: 2008.....	118

LISTA DE TABELAS

1. Número de matrículas gerais na educação básica no Brasil, Sudeste, São Paulo e Porto Ferreira: 2007 a 2011.....58
2. Número de matrículas na educação Básica de Porto Ferreira pelo gênero: 2007 a 2011.....60
3. Número geral e porcentagens e matrículas na educação Básica de Porto Ferreira pela raça: 2007 a 2011.....61
4. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica por localização residencial e localização da escola: 2007 a 2011.....61
5. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica por dependência administrativa: 2007 a 2011.....62
6. Porto Ferreira: Número de matrículas gerais e de alunos com Necessidades Educacionais especiais na educação básica do Brasil, Sudeste, São Paulo e Porto Ferreira: 2007 a 2011.....64
7. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE): 2007 a 2011.....65
8. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com deficiências de acordo com o sexo: 2007 a 2011.....66
9. Porto Ferreira: matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência auditiva por etapa de ensino- 2007 a 2011.....67
10. Porto Ferreira: matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência visual por etapa de ensino- 2007 a 2011.....68
11. Porto Ferreira: matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência física por etapa de ensino- 2007 a 2011.....68
12. Porto Ferreira: matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência mental por etapa de ensino- 2007 a 2011.....69
13. Número de matrículas de alunos com Necessidades educacionais especiais por tipo de deficiência, dependência administrativa e modalidade de ensino: 2007 a 2011.....70
14. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com deficiência pela modalidade de ensino: 2007 a 2011.....72

15. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com deficiência auditiva no ensino regular e na educação especial por etapa de ensino: 2007 a 2011.....	75
16. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com deficiência visual no ensino regular e na educação especial por etapa de ensino: 2007 a 2011.....	76
17. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com deficiência física no ensino regular e na educação especial por etapa de ensino: 2007 a 2011.....	76
18. Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com deficiência mental no ensino regular e na educação especial por etapa de ensino: 2007 a 2011.....	77
19. Porto Ferreira: Número de matrículas de alunos com DA, DV, DF e DM pela idade e etapa de ensino na modalidade Ensino Regular: 2011.....	79
20. Porto Ferreira: Número de matrículas de alunos com DA, DV, DF e DM pela idade e etapa de ensino na modalidade Educação Especial: 2011.....	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA:

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

COMUDE – Conselho Municipal Participativo dos Direitos da Pessoa com Deficiência e ou Mobilidade Reduzida

DME- Departamento Municipal de Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

FENAPAES- Federação Nacional das APAES

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

T.O- Terapia/Terapeuta Ocupacional

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1- EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO BRASIL.....	20
CAPÍTULO 2- MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
2.1. Método.....	28
2.2. Lócus da pesquisa: O município de Porto Ferreira.....	29
2.3. Procedimentos metodológicos.....	33
2.3.1 Documentos oficiais como fonte de pesquisa.....	33
2.3.1.1 Levantamento das leis e decretos municipais referentes a Educação Especial em Porto Ferreira.....	34
2.3.1.2 Levantamento dos documentos da APAE de Porto Ferreira.....	41
2.3.1.3 Levantamento de matérias publicadas sobre a APAE nos jornais do município.....	44
2.3.1.4 -Censo Escolar da Educação Básica: 2007 a 2011.....	49
2.3.2. Entrevistas como fonte de pesquisa.....	51
2.3.2.1 Procedimento de coleta de dados das entrevistas.....	51
2.3.2.2 Procedimentos de análise dos dados encontrados.....	56
CAPÍTULO 3- A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA.....	58
3.1. Análise dos dados do censo escolar, referentes à matrícula no município de Porto Ferreira: 2007 a 2011.....	58
3.1.1 Matrículas dos alunos com deficiências no município de Porto Ferreira.....	63
3.2 Análise das políticas públicas desenvolvidas no município de Porto Ferreira.....	81
3.2.1 De 1972 a 1996.....	81
3.2.2 De 1997 a 2003.....	84
3.2.3 De 2004 a 2011.....	85
3.3. Foco na APAE.....	90

3.3.1 O conceito de deficiência.....	94
3.3.2 APAE x Escola.....	95
3.3.3 APAE X Trabalho.....	104
3.3.4 APAE x saúde.....	105
3.3.5 APAE x Financiamento.....	108
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	121
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS.....	130

INTRODUÇÃO

Início este trabalho contando a minha trajetória na área da Educação Especial. Nasci em uma família em que meus pais, meus tios e tias (todos), minha avó e tias-avós eram professores. Cresci ouvindo meu pai e minha mãe conversarem sobre escola e os desafios e as virtudes que existem em ser professor. Nunca fui estimulada a ser professora, mas cresci dentro de uma sala de diretoria (meu pai também foi diretor) e de uma sala de aula de química (área de formação e atuação dos meus pais). Tive que por muitas vezes passar a tarde e a noite nesse ambiente, visto que meus pais trabalhavam em tempo integral, meu irmão (mais velho), tinha outros compromissos e eu não tinha onde e com quem ficar. Por fim, vivenciando tudo isso, decidi que não seria professora. Bem, esses eram os planos...

Sou formada em Terapia Ocupacional, pela Universidade Estadual Paulista no ano de 2010 e, diferente de colegas da área, não tenho parente, amigo ou próximo com deficiência. Como disse anteriormente, entrei na universidade com outro foco e durante a graduação fui me interessando pelas crianças com deficiências e, a partir disso, comecei a me dedicar às disciplinas e estágios que estudavam as maneiras de auxiliar os alunos com deficiência na escola. Mas, por que na escola? Porque entendi que a escola é o segundo lar de muitas crianças. E, pensando bem, existem crianças que passam mais tempo neste espaço do que com a própria família, o que torna a escola um ambiente muito importante na vida de uma criança.

No último ano da graduação, decidi que meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seria na área da Educação Especial, porém, não queria nada voltado à adaptação de materiais ou a comunicação alternativa, como diversos amigos faziam: queria algo que ajudasse de alguma maneira, mais de uma única pessoa. Meu orientador de TCC, professor Sadao Omote, sugeriu que eu estudasse “a inclusão no município em que eu morava” (Porto Ferreira). Depois de refletir, decidi pesquisar a Percepção dos Pais sobre a Inclusão escolar em Porto Ferreira⁴. A partir dessa pesquisa, muitas indagações e inquietudes surgiram: por que a maioria dos pais de alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares do município, afirmaram querer que seus filhos voltassem para a APAE? Como e por que a Educação Especial do município estava configurada daquela maneira? Essas e outras

⁴ Loureiro, A. D. T. A percepção dos pais e responsáveis de alunos sobre a inclusão escolar no município de Porto Ferreira – UNESP, Marília, 2010.

perguntas que surgiram durante esse primeiro trabalho me motivaram a continuar a pesquisar este município.

Ao ingressar no Mestrado, fui contemplada com uma bolsa de Pesquisa do Observatório de Educação, vinculada ao projeto “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros”⁵, no qual um dos objetivos é: “identificar e analisar as alterações quantitativas referentes ao acesso e à permanência de alunos com deficiência em cinco municípios-pólo de abrangência do Programa “Educação Inclusiva: direito à diversidade”, para compreender em que contexto se insere a escolarização dos alunos com deficiência”. Ao ler esse projeto identifiquei como minha dissertação de mestrado articularia com o projeto do Observatório: seria importante analisar como se organiza a Educação Especial no município de Porto Ferreira para compreender o impacto das matrículas dos alunos com deficiência matriculados na educação básica. Para isso, precisaria entender o percurso histórico da Educação Especial no município e, a partir dos dados oficiais, analisar o impacto das políticas públicas de Educação Especial no número de matrículas da rede regular do município. Neste contexto surge o projeto de Pesquisa aqui intitulado “A Educação Especial no Município de Porto Ferreira: 1972 a 2011”.

O ano de 1972 foi escolhido como inicial, pois o primeiro documento oficial encontrado na cidade que se relaciona com a Educação Especial foi datado deste ano: a Ata de Fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Porto Ferreira. Anteriormente a isso, nenhum documento, nenhuma lei municipal ou nenhum movimento entre os pais foi identificado. Já o ano de 2011 foi escolhido pois a coleta foi realizada em 2012 e os dados de 2011 já se encontravam disponíveis.

Vários estudos em municípios são desenvolvidos levando em consideração a concepção do professor em relação à matrícula de alunos com deficiência na escola regular, sobre como se dá este processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência nas escolas públicas municipais e estaduais (BRAGA, 2006; REZENDE, 2008), sobre a implementação das políticas públicas nos municípios (PRIETO, 2000; BUCCIO, 2007; ZWETSCH, 2011), a construção do processo de municipalização da educação especial (CORRÊA, 2005) e outros.

Entretanto, estudos que se dediquem a compreender o percurso em que a educação especial dos municípios fez até chegar ao momento atual ainda são insuficientes,

considerando os mais de 5 mil municípios brasileiros. Além disso, estudar o município em que moro trás para mim o sentimento de comprometimento com o bem comum.

Nesse sentido, o presente estudo tem com objetivo:

Geral

Compreender a organização e o funcionamento da Educação Especial no município de Porto Ferreira

E, como objetivos específicos:

- Conhecer a história da Educação Especial no município de Porto Ferreira,
- Analisar as políticas públicas de Educação Especial no município estudado, e como essas se relacionam com as políticas nacionais;
- Analisar o impacto das políticas de Educação Especial desenvolvidas no município a partir do número de matrículas de alunos com deficiência na educação básica.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam contribuir para a criação de novos conhecimentos sobre a educação de alunos com deficiências que estão ingressando nas escolas regulares e também possa influenciar em discussões ainda pouco contempladas em nossa sociedade como o direito a escolarização de pessoas com deficiência no ensino regular.

Para o Departamento Municipal de Educação, Diretoria Estadual de Educação e para a Associação de pais e Alunos dos Excepcionais (todos da cidade de Porto Ferreira), espera-se que as questões encontradas nesse estudo sirvam de subsídios para novas ações relacionadas à educação não somente dos alunos com deficiência, mas para todos os alunos.

Com o objetivo de contemplar as questões referentes Educação Especial no município de Porto Ferreira no período de 1972 a 2011, esse trabalho foi dividido em quatro capítulos:

- No Capítulo 1, intitulado “Educação Especial e os movimentos sociais das pessoas com deficiências no Brasil”, é realizado um levantamento sobre a história da Educação Especial no Brasil a partir de 1970, e como os movimentos sociais das pessoas com deficiência influenciaram neste percurso.
- No Capítulo 2 apresentarei o método e os procedimentos metodológicos dessa pesquisa;
- No capítulo 3 , denominado “A Educação Especial no município de Porto Ferreira” é realizada a análise da organização da Educação e da Educação Especial do Município de Porto Ferreira. Outro item relevante neste capítulo é a análise dos dados do

censo escolar da educação básica, em que foi realizado um levantamento do número de matrículas de alunos com deficiências na educação básica do município dos anos de 2007 a 2011, cotejando com os dados estaduais e federais, e comparando com as políticas disseminadas nestes anos. Além disso, espera-se demonstrar as relações políticas existentes entre os setores públicos e privados, bem como analisar as matrículas de alunos com deficiência na educação Básica do município

- O 4º e último capítulo destina-se a levantar algumas considerações do estudo, pensando não somente nos alunos com deficiência, mas em todos os alunos matriculados em escolas públicas.

CAPÍTULO 1- EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO BRASIL

[...] Não é o Estado que cria a sociedade civil, conforme pretendia Hegel. Ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado. A sociedade civil é o verdadeiro lar e cenário da história. Abarca todo o intercâmbio material entre os indivíduos, numa determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas. (MARX, 1998, p. XXXI)

Por muito tempo, as pessoas com deficiências⁶ são discriminadas e marginalizadas em nosso país, tanto pela sociedade quanto em relação aos seus direitos, o que as levou a se organizarem em grupos que tinham como objetivo o reconhecimento do Estado brasileiro, a conquista a cidadania e respeito aos Direitos Humanos. Medidas administrativas, jurídicas e legislativas não teriam sido alcançadas se este grupo não tivesse se organizado e atuado de forma engajada na luta pelos seus direitos. (LANNA JUNIOR, 2010)

Por sentirem, em seu cotidiano, o que a falta de informação e o preconceito causavam, as pessoas com deficiências reuniram-se na busca de reivindicações, ou seja, formar um **movimento social**. Segundo Scherer-Warrem (1996), podemos considerar um movimento social quando um grupo oprimido parte na busca por seus direitos e igualdade de oportunidade. Podemos dizer que os grupos sociais tem representado a força da sociedade civil frente ao Estado:

“... o ideal básico que substancia o agir destes novos movimentos sociais é o da criação de um novo sujeito social, o que redefine o espaço da cidadania. (...) Mas o relevante é que nesses movimentos defende-se também o direito de participar de decisões que afetam o destino de seus membros e o respeito por suas formas culturais” (SCHERER-WARREM, 1996, p.54)

Um dos objetivos do Movimento Social das Pessoas com Deficiências é a união de seus membros e a busca pelos seus direitos e até mesmo por seus deveres, condição distante da imagem criada por séculos sobre a pessoa com deficiência como um ser incapaz, digno de ações caritativas.

Durante todo o século XX, diversas iniciativas voltadas às pessoas com deficiências surgiram, porém no final da década de 1970 o movimento das pessoas com deficiência afirmou-se, “tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história.” (LANNA JUNIOR, 2010, p. 12). De acordo com o mesmo autor,

⁶ Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. (ONU, 2004)

Um dos objetivos dessa afirmação identitária é dar visibilidade e alterar as relações de força no espaço público e privado. O sentimento de pertencimento a um grupo é elemento discursivo importante para mobilizar qualquer luta política. Os movimentos sociais são formados pela diversidade de identidades, porém, unificadas nas experiências de coletividade vividas pelas pessoas. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 13).

Anteriormente a década de 1970, as ações destinadas às pessoas com deficiência apresentavam cunho assistencialista e não possuíam organizações políticas definidas. Quanto ao Estado brasileiro, as únicas ações desenvolvidas foram a criação, em 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant - IBC), e em 1896 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), escolas para pessoas com deficiências. Importante observar que neste período apenas os cegos e os surdos eram contemplados com ações governamentais para a educação e que ambos os institutos localizavam-se na capital do Império. (LANNA JUNIOR, 2010)

Os grupos dos cegos, surdos e deficientes físicos organizaram-se em associações que, na maioria das vezes não ultrapassavam os limites das cidades. Visavam à convivência dos pares e a troca de experiências, onde as dificuldades eram reconhecidas. Essa troca de experiências desencadeou a luta pelos seus direitos, tornando-os agente políticos na busca de transformação da sociedade e foram os precursores de alguns conselhos estaduais e municipais atuais.

Em 1926 e 1954, a sociedade civil se organizou e criou, respectivamente, duas instituições: a Sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Além delas, os centros de reabilitação foram criados como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (hoje Associação de Assistência a Pessoa Deficiente - AACD), criada em 1950; a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), criada em 1954; o Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR) criado em 1956; e a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR) criada em 1958. Todas essas instituições eram voltadas para a assistência na área da saúde e da educação. (LANNA JUNIOR, 2010).

Nesta época, podemos dizer que houve uma expansão de instituições privadas de caráter filantrópico⁷ sem fins lucrativos, isentando assim o governo da obrigatoriedade de oferecer atendimento aos deficientes na rede pública de ensino, saúde e assistência.

⁷ As entidades e organizações de assistência social são definidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1997), em seu art. 3.º como sendo aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

A APAE nasce da organização social de um grupo de pais que tinham como propósito criar um serviço de atendimento aos seus filhos deficientes mentais/múltiplos. E acabaram por assumir o atendimento a referida clientela, atendimento que o Estado não assumi em sua totalidade até os dias de hoje. Criou-se, assim, em 1954 a primeira das 2.113 APAES existentes no Brasil em 2012. (FENAPAES, 2012). De acordo com Mazzotta,

Historicamente, os pais têm sido uma importante força para as mudanças no atendimento aos portadores de deficiências. Os grupos de pressão por eles organizados têm seu poder político concretizado na obtenção de serviços e recursos especiais para grupos de deficientes, particularmente para deficientes mentais e auditivos. (MAZZOTA, 1994, P.81)

De acordo com Jannuzzi (1985), nas primeiras décadas do século XX, vivemos no Brasil um período caracterizado pelas vertentes médico-pedagógicas, que subordinam o atendimento médico tanto no que diz respeito ao diagnóstico quanto às práticas pedagógicas, que também dependiam do médico e enfatizavam princípios psicológicos. Segundo a mesma autora,

“a educação especial assume num momento histórico, a função de colaborar com o pensamento positivista, adaptando os indivíduos à necessidade social ou se encarregando de esconder da sociedade os sujeitos que não podem ser ajustados” (idem, 2004, p.28).

Embora esse modelo tenha sido um avanço no atendimento das pessoas com deficiências, este “ignora o papel das estruturas sociais na opressão e exclusão das pessoas com deficiência, bem como desconhece as articulações entre deficiência e fatores sociais, políticos e econômicos” (LANNA JUNIOR, 2010, p. 26).

Atualmente o Movimento das Pessoas com Deficiências defende o modelo social, no qual “a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas”. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 14). É a própria organização da sociedade que impede a efetiva participação das pessoas. Segundo Mittler (2003)

O modelo social da deficiência baseia-se na proposição de que a sociedade e as suas instituições são opressivas, discriminadoras e incapacitantes e que a atenção, portanto precisa estar direcionada para a remoção de obstáculos existentes à participação das pessoas portadoras de deficiências na vida em sociedade e para a mudança institucional. (MITTLER, 2003, p. 26)

Em meados de 1970, com o início do processo de abertura política, diversos grupos organizados tomaram força, surgindo como “força política”. Foram eles os grupos das mulheres, negros, índios, sem-terra, trabalhadores e também o das pessoas com deficiências. (LANNA JUNIOR, 2010). Segundo o mesmo autor,

Os novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento político das pessoas com deficiência, saíram do anonimato e, na esteira da abertura política, uniram

esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 34)

De acordo com Caiado (2011), em 1980, Ano Internacional das Pessoas Deficientes, foi um marco na organização das pessoas com deficiência no Brasil. Pessoas cegas, surdas, deficientes físicos e com hanseníase reuniram partindo do lema “Participação Plena e Igualdade” e, a partir disso “o movimento se integra às redes internacionais e novas organizações surgem no Brasil” (CAIADO, 2011, p.210)

Importante destacar que, o movimento desencadeado pelas pessoas com deficiências, fez com que o governo passasse a ouvi-los, organizando serviços que davam a essa população a oportunidade de inserção social. Em decorrência dessa movimentação, criou-se, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que tinha a finalidade “promover, em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais, fixando e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e da política que orientam a educação especial”. (PIRES, 1974, p. 22).

Desta forma estaria o CENESP, direta ou indiretamente, promovendo a expansão do atendimento aos excepcionais e elevando continua e permanentemente seu nível de qualidade e eficácia (PIRES, 1974, p. 25).

Segundo Jannuzzi,

“[...] a sociedade civil esteve representada em toda esta estruturação legal da educação especial, inclusive com participação de pessoas atuantes na área educacional, embora vindas de formação inicial em psicologia, medicina etc. Atuaram dentro dos limites de uma sociedade com a nossa, onde a participação realmente democrática sofre até hoje os limites gestados pelos coronéis dos anos iniciais da República [...]” (JANNUZZI, 2004, p. 163)

Em 1986, cria-se a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), importante ação governamental, destinada a coordenar ações voltadas as pessoas com deficiências. Cabe a este órgão (dentre várias iniciativas):

“...recolher, sempre que possível a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas portadoras de deficiência”(Lei 7.853/89, artigo 12, VIII, § único)

Jannuzzi (2004, p.167) afirma que a criação da CORDE traz também “a marca de alguma participação dos próprios deficientes”, tendo em seu conselho consultivo os “presidentes da Federação Brasileira de Entidades dos Cegos; o da Federação Nacional de Educação e Integração das Surdos, o da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, junto às federações das APAES, Pestalozzis e Federações das Instituições de Excepcionais.”(idem, p.168)

Ainda na década de 1980, o Movimento das Pessoas com Deficiências organizava-se de maneira segregada: o grupo dos surdos, o grupo dos cegos, o grupo dos deficientes físicos, entre outros. Estes grupos uniram-se com o intuito de criar uma organização para representação nacional, denominada Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. O eixo das ações, que anteriormente tinham caráter caritativo, agora se tornava de caráter político, no sentido de defesa dos seus direitos. O objetivo da Coalizão era o de formar “uma federação nacional de entidades de pessoas com deficiência que se ocupasse de articular o movimento nacionalmente” (LANNA JUNIOR, 2010, p. 36). Os encontros da Coalizão contavam com a presença de representantes de diversos estados brasileiros, e foi “o primeiro passo para a organização nacional das pessoas com deficiência” (idem)

As pessoas com deficiências, munidas da experiência de vida e conhecedoras de suas necessidades, começaram a agir politicamente contra a tutela e em busca de serem protagonistas. O que essas pessoas buscavam era se colocar à frente das decisões, sem que se interpusessem mediadores. É nesse momento que se evidencia a necessidade de criação de uma identidade própria e positiva para esse grupo social. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 36).

Entretanto, após três “Encontros Nacionais de Entidades de Pessoas Deficientes” (que aconteceram nos anos 1980, 1981 e 1982), fez com que essa organização fosse desfeita, e que se criassem federações nacionais por área de deficiência, principalmente entre 1984 a 1987 (LANNA JUNIOR, 2010)

Um grande avanço obtido pelo Movimento das Pessoas com Deficiência foi o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, que direitos das pessoas com deficiências não se encontrava no campo da assistência social e sim dos Direitos Humanos.

A Constituição Federal promulgada em 1988 refletiu a força que os grupos sociais organizados exerciam. Até este momento, em termos constitucionais, o único documento que fazia referência as pessoas com deficiências era a Ementa nº 12 de 1978, que garantia aos deficientes “melhoria da sua condições social e econômica”, sendo assegurado, em seu artigo único:

- I- educação especial e gratuita;
- II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;
- III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.(BRASIL, 1978)

A importância que se dá à Constituição Federal de 1988 é que, diferente da emenda citada anteriormente, esta possibilitou a participação popular no seu processo de elaboração. Para que esta Constituição fosse promulgada, foi necessário que diversos grupos,

entre eles o das pessoas com deficiências, se organizassem e participassem da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), que aconteceu nos anos de 1986 e 1987. O encontro das pessoas com deficiências realizou-se entre 1986 e 1987 em várias capitais brasileiras.

Diversos pontos dessa Constituição (BRASIL, 1988) devem ser comentados:

1- Sabe-se que a igualdade das condições de acesso e permanência na escola pública aos alunos com deficiência é garantida desde a Constituição de 1988. A educação como direito de todos é dever do Estado e da família, estendendo-se também ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (Capítulo III)

2- O Capítulo II trata da Seguridade Social e no seu artigo 203 institui que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, tendo como objetivo “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”.

3- O Capítulo VIII trata da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, e define no Artigo 227 que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação”. Para que este direito seja garantido o Estado criará programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, criando “programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e barreiras arquitetônicas”; “a lei disporá sobre normas de construção de logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”. (BRASIL, 1988).

Observa-se que, ao invés de um único tópico sobre o direito das pessoas com deficiências há, durante todo o texto, tópicos sobre o direito a educação, saúde e cidadania. Essa foi uma conquista do Movimento das Pessoas com Deficiência que, mesmo organizado em grupos por deficiência conseguiram que fossem incorporados os princípios de igualdade na Constituição Federal. De acordo com Bieler (1991),

O trabalho das lideranças foi decisivo para uma das principais etapas desta luta travada nos anos 80: uma mudança de postura em relação aos portadores de deficiência. O paternalismo teria que dar lugar à equiparação de oportunidades. A tutela, substituída pela plena cidadania. É essa a postura da nova Constituição Brasileira, promulgada em outubro de 1988”.(BIELER,1991, p.23)

Em 1999, cria-se o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), que tinha como atribuição principal a de garantir a implementação

da *Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. (Decreto 3.076, de 1999). Entretanto, somente em 2003 este órgão é vinculado a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Em 2007, as Nações Unidas aprovaram a “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, que contou com a participação do movimento social organizado. Este foi um importante passo para a definição de alguns conceitos e discussão sobre temas polêmicos. Entretanto, no Brasil, somente em 2009, com a lei 6.949, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é promulgado. (BRASIL, 2009)

Ainda em 2009, com o Decreto 6.980, o CONADE passa a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: “A criação da Subsecretaria significa, do ponto de vista da estrutura do governo federal, aumento de *status* do órgão.” (LANNA JUNIOR, 2010, p.78). No ano seguinte, o Decreto 7.356 cria a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada a Secretaria dos Direitos Humanos, e torna-se responsável pela coordenação de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiências. Segundo Lanna Junior,

O principal resultado da elevação da CORDE à condição de secretaria – tornando-a parte do terceiro escalão do governo federal, abaixo apenas dos ministros e do presidente da República – é a maior capacidade na articulação, demanda e acompanhamento das políticas públicas do Poder Executivo federal brasileiro. (idem, 2010, p.78).

De acordo com Caiado (2009) “um documento que reafirma os direitos das pessoas com deficiência e tem essa força legal deve ser cuidadosamente analisado com o objetivo de ser mais um instrumento para se trabalhar na superação das incongruências entre o discurso legal e a vida social.”

Importante registrar que, a participação e a efetivação de uma Secretaria, ligada diretamente aos Direitos Humanos e assim, ao poder público, é um direito conquistado com muito luta pelo Movimento Social da Pessoa com Deficiência.

No decorrer de toda a história das pessoas com deficiências, o movimento organizado por essas foi de extrema importância para que seus direitos fossem reconhecidos. Por fim, e de acordo com Marx, “A história é, em primeiro lugar, a história da sociedade civil, não a história do Estado.” (MARX, 1881-1883, p. XXVI)

Pensando na importância que o movimento organizado das pessoas com deficiências teve durante todo o processo de luta pelos seus direitos, compreender como este se articula em Porto Ferreira torna-se relevante.

Em Porto Ferreira, no ano de 1996 cria-se o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMUDE), que tem como finalidade assessorar o Governo Municipal “no sentido de que o exercício dos direitos civis e humanos das pessoas deficientes seja assegurado, dentro de globalidade da política de governo” (Lei municipal 1.990/1.996)

Entretanto, de acordo com o presidente deste conselho, esse não teve, até 2011, nenhuma conquista e, além disso, a educação não é pauta nas discussões do conselho. Segundo Neves (2000), a avaliação a respeito da conquista por cidadania da pessoa com deficiência “deve passar, portanto, pelo conhecimento dos movimentos voltados para a defesa de seus direitos, organizados com vistas a estabelecer a democracia participativa, atendendo assim os preceitos constitucionais”. Com isso, torna-se necessário compreender como a ausência das próprias pessoas com deficiências no município de Porto Ferreira influenciou na educação até os dias de hoje.

CAPÍTULO 2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta questões referentes aos caminhos utilizados para coleta e análise dos dados dessa pesquisa. Nele apresentaremos os fundamentos teórico-metodológicos, bem como os procedimentos metodológicos escolhidos no recorrer deste estudo.

2.1 Método

Neste estudo utilizamos a perspectiva histórico-cultural para a análise dos dados. Esta perspectiva se baseia no materialismo dialético que, de acordo com Triviños (1928, p.51) “busca explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”. Portanto, torna-se importante ressaltar que os procedimentos adotados nessa pesquisa são produto do homem, elaborados e constituídos historicamente (TRIVIÑOS, 1987)

Conforme proposto por Saviani (2008), e baseado no texto “Método da economia política” de Marx, o método utilizado para análise dos dados parte de uma visão caótica do todo (síncrise), e chega pela mediação da análise a sua compreensão da totalidade das relações.

O conceito de *unidade* utilizado por Ferraro (2012) torna-se extremamente importante neste estudo. De acordo com este, na perspectiva dialética, quantidade e qualidade se misturam:

[...] simplesmente não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade; a *unidade* entre essas duas dimensões do real está em sua inseparabilidade ou exigência recíproca, não em qualquer identidade imaginária entre ambas. Essa perspectiva dialética permite, antes de tudo, afastar duas concepções opostas e igualmente vulneráveis: de um lado, a daqueles(as) que veem incompatibilidade, dicotomia ou oposição excludente entre métodos quantitativos e métodos qualitativos; de outro, a daqueles(as) que veem unidade entre os dois tipos de métodos – uma unidade construída não sobre a diferença que os distingue, mas sobre uma identidade imaginária que desfigura uns e outros, na medida em que ignora ou apaga as diferenças. (FERRARO, 2012, p.144, grifos meus)

Segundo Gatti (2004), pesquisas que articulam análise de dados numéricos e de dados oriundos de pesquisas qualitativas auxiliam na compreensão dos processos estudados:

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado. (GATTI, 2004. p.13)

É a partir desta visão de mundo que a análise dos documentos, entrevistas e dados censitários terá como intuito a compreensão do todo.

2.2 Locus da pesquisa: O município de Porto Ferreira

Porto Ferreira tem 115 anos e está localizado a 225 km de São Paulo e a 60 km de São Carlos. Conhecido como “A Capital da Cerâmica”, tem sua economia voltada pra a indústria de cerâmicas e agricultura, principalmente o cultivo de cana de açúcar

De acordo com o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2011⁸, a população residente no município era de 51.407 pessoas distribuídas em uma área territorial de 244,906km². Na última década houve um aumento populacional de 7,35%, um pouco menor que as médias nacional (9,4%), estadual (7,8%) e regional (9,9%). (IBGE, 2011).

Segundo a Sinopse do Censo Demográfico do ano de 2010 (IBGE, 2011), no total de 51.203 residentes do município, 25.506 (49,62%) são homens e 25.901 (50,38%) são mulheres. Quanto à área residencial, 50.485 (98,21%) moram em áreas urbanas e apenas 922 (1,79%) moram em áreas rurais.

Em relação ao saneamento⁹, o censo de 2010 apresenta que, 97,1% da população ferreirense tem acesso a saneamento do tipo “adequado”, 2,5% “”semi-adequado” e 0,4% tem acesso a saneamento inadequado, sendo que esse último percentual é referentes a domicílios em áreas rurais. (IBGE, 2011).

Analisaremos agora as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita no ano de 2010:

⁸ Informação obtida através do site SIDRA: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

⁹ Saneamento: adequado são domicílios que apresentam saneamento ligado à rede geral de esgoto ou fossa séptica, com água proveniente de rede geral de abastecimento e lixo coletado direta ou indiretamente pelos serviços de limpeza; inadequado que não têm conexão com rede geral de abastecimento de água, esgotamento sanitário nem acesso à coleta de lixo. (IBGE, 2011)

Quadro 1- Porto Ferreira: Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, 2010

Classe de Rendimento nominal	Número de domicílios
Total	15 865
Sem rendimento	491
Até 1/4 salário mínimo	373
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1 920
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	4 966
Mais de 1 a 2 salários mínimos	5 389
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1 441
Mais de 3 a 5 salários mínimos	832
Mais de 5 salários mínimos	452

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do IBGE, 2010

Observa-se que um total de 7.750 domicílios, ou seja, 49% da população vivem sem rendimento ou com até um salário mínimo e apenas 18% da população ferreirense (2.726 domicílios) vive com mais de três salários mínimos. Ao cotejarmos esses dados com os dados do Coeficiente de Gini¹⁰ observamos que o município apresenta este índice em 0,49, o que indica que aproximadamente 75% da população detêm 25% da renda. (IBGE, 2010).

O quadro abaixo mostra a taxa de analfabetismo no município de Porto Ferreira de acordo com os censos de 2000 e 2010

Quadro 2- Taxa de analfabetismo no município de Porto Ferreira: uma comparação entre os censos de 2000 e de 2010		
Idade	Ano do censo	
	2000	2010
<i>15 anos ou + de idade</i>	7,70%	5,30%
15 a 24 anos	2,00%	1,40%
25 a 59 anos	6,30%	4,00%
Mais de 60 anos	24,50%	15,10%

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do IBGE, 2010

¹⁰ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de [distribuição de renda](#), mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de [renda](#) (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm)

De acordo com os dados do quadro 1, a taxa de analfabetismo sofreu uma queda quando comparamos os dados dos censos de 2000 e 2010 na educação básica de Porto Ferreira. O censo de 2000 demonstrou que 7,7% da população com mais de 15 anos era analfabeta, enquanto no censo de 2010, essa porcentagem cai para 5,3%, índice que acompanhou os dados encontrados nacionalmente (no Brasil, houve uma queda de 4,03% na taxa de analfabetismo entre esses anos). (IBGE, 2011).

Apresentaremos abaixo a proporção de crianças de 0 a 5 anos de idade residentes em domicílios particulares com alguma especificidade¹¹: uma comparação entre os censos de 2000 e 2010

Quadro 3- Porto Ferreira: Proporção de crianças de 0 a 5 anos de idade residentes em domicílios particulares com alguma especificidade: uma comparação entre os censos de 2000 e 2010		
Especificidade	Ano do censo	
	2000	2010
Com responsável ou cônjuge analfabeto	13,30%	8,20%
Com saneamento inadequado	3,70%	0,30%
Com responsável ou cônjuge analfabeto e saneamento inadequado	1,10%	0,10%
Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do IBGE, 2010		

Fazendo uma análise da porcentagem de crianças entre zero e cinco anos que moram com responsável ou cônjuge analfabeto, observamos uma diminuição de 5,1% de 2000 para 2010, como mostra o quadro 2. A porcentagem de crianças entre zero e cinco anos que moram em casas com saneamento inadequado diminuiu de 3,7% para 0,3% e crianças que moram com responsável ou cônjuge analfabeto e em domicílios com saneamento inadequado também sofre uma queda de 1,1% em 2000 para 0.1% em 2010. Ao cruzarmos esses dados com os dados iniciais de analfabetismo e saneamento, observaremos que essa diminuição era esperada, visto que, de maneira geral, essas categorias sofrerem redução de um censo para o outro. Também podemos pensar que a melhoria das condições de vida impactaram outras esperas sócias.

¹¹ De acordo com o IBGE, a categoria “com alguma especificidade” inclui as seguintes deficiências: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física e mental /intelectual, cada uma classificada em “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade” e “pouca dificuldade” (IBGE, 2011)

- Quanto aos serviços de Saúde, há no município 32 estabelecimentos, sendo 17 de serviços públicos municipais e 15 de serviços privados, sendo um sem fins lucrativos. (IBGE, 2011).

- Quanto a educação, em 2011 Porto Ferreira tinha três escolas públicas estaduais, 26 escolas públicas municipais, três escolas privadas particulares, uma faculdade privada particular e uma escola de Educação Especial privada filantrópica (APAE).

A Diretoria Estadual de Educação, localizada na cidade de Pirassununga, é responsável pelas Escolas Estaduais de Porto Ferreira. As três escolas estaduais (Professora Pedrina Pires Zadra; Dr. Djalma Forjaz e Washington Luiz) atendem alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

O Departamento Municipal de Educação é responsável pelas escolas públicas municipais, sendo uma escola de ensino fundamental e médio, oito escolas de ensino fundamental (sendo que uma atende ao EJA), nove escolas de educação infantil e oito creches.

Das três escolas privadas particulares, duas atendem alunos do maternal ao pré-vestibular e uma do infantil ao 9º ano do ensino fundamental.

- A política Municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foram promulgadas na lei 1.767 no ano de 1992. A primeira destina-se ao atendimento de crianças e adolescente, no âmbito do município, através de “políticas sociais de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissional e outras que asseguram o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”. O Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente tem, dentre suas obrigações, formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, opinar sobre a destinação de espaços públicos para programas culturais, esportivos e de lazer e outros.

- Atualmente, há oito sindicatos no município: Sindicato dos Ceramistas (SindiCer), Sindicato dos trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas; Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Porto Ferreira, Sindicato dos trabalhadores Vidreiros, Sindicato dos Transportadores Autônomos de Bens do Estado de São Paulo – Porto Ferreira (Sindicam), Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Porto Ferreira e Região (Sindecarr), Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Porto Ferreira (Sindirodoviários) e Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) localiza-se na cidade

de Pirassununga e o Sindicato dos Professores de Leme, Pirassununga, Porto Ferreira e Descalvado (Sinpro Unidades), que representa os professores e auxiliares da rede privada de educação básica e ensino superior, localiza-se na cidade de Leme.

- Em relação aos prefeitos e partidos que ficaram no comando de Porto Ferreira de 1972 a 2011, apresento o quadro abaixo:

Quadro 4- Prefeitos e Partidos de Porto Ferreira: 1969 a 2012		
Nome do Prefeito	Período de Mandato	Partido
Joaquim Coelho Filho	1969-1972	MDB
Dorival Braga	1973-1976	MDB
Claiton Ernandes Arantes	1977-1981	ARENA
Sinésio Dias da Silva	1982	ARENA
Dorival Braga	1983-1988	PMDB
Valdir Bosso	1989-1992	PMDB
Carlos Alberto Teixeira	1993-1996	PMDB
André Luis Anchão Braga	1997-2000	PSDB
	2001-mar/2004	
Carlos Alberto Teixeira	2004	PFL
Maurício Sponton Rasi	2005-2008	PT
	2009-2012	

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados disponibilizados pelo Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira

2.3 Procedimentos metodológicos

Este item destina-se a apresentar os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa e está dividido em duas partes: documentos oficiais, entrevistas.

2.3.1 Documentos oficiais como fonte de pesquisa

“As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens e como o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida.” (LOMBARDI, 2004, p. 155)

Este trabalho utilizou como primeiro instrumento de coleta de dados o levantamento dos documentos oficiais, divididos em quatro grupos:

1º - Levantamento das leis e decretos municipais referentes à Educação Especial;

2º - Levantamento dos documentos da APAE de Porto Ferreira;

3º - Levantamento de matérias publicadas nos jornais do município: *clipping*¹² da APAE de Porto Ferreira.

4º - Censo Escolar da Educação Básica: 2007 a 2011

A coleta dos documentos foi realizada no período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. A partir desse momento, será relatada a forma de acesso aos documentos em cada um dos grupos e, posteriormente a maneira em que esses dados foram analisados.

2.3.1.1 Levantamento das leis e decretos municipais referentes a Educação Especial em Porto Ferreira

O que me levou a buscar as políticas públicas desenvolvidas no município de Porto Ferreira, sob forma de leis e decretos foi tentar entender como o município vem se organizando frente às políticas nacionais e federais, e desde que período a Educação Especial toma espaço dentro das discussões políticas municipais.

Para obter esses documentos, primeiramente acessei o *site*¹³ da prefeitura de Porto Ferreira com o intuito de procurar informações sobre a Educação/Educação Especial. Neste site foi localizado um *link*¹⁴ onde todas as leis municipais, do período de 1948 a 2005 estão disponíveis para *download*.

A partir disso, fiz o *download* de todos os arquivos, de todos os anos. Ao abrir o arquivo, lia a lei e selecionava as que faziam referência a alunos com deficiência, APAE, financiamento para as escolas que atendessem alunos com deficiência, aos direitos das crianças, conselho municipal do deficiente e leis que contemplassem as pessoas com deficiência. Mesmo com a pesquisa datada de 1972 em diante, a analisei todas as leis anteriores a essa data buscando alguma referência a educação/ educação especial no município, com o intuito de entender como era realizada a escolarização os alunos com deficiência. Entretanto, a primeira legislação encontrada com esse tema foi de 1973.

¹² Clipping é uma expressão em inglês derivada de "clip", que significa "grampo". No "clipping", alguns funcionários são encarregados de folhear diversos jornais e revistas à procura de notícias relacionadas a algum tema previamente definido.

¹³ <http://www.portoferreira.sp.gov.br/>, acesso em out. 2011

¹⁴ http://www.portoferreira.sp.gov.br/leis_web/index.php, acesso em out. 2011

Ao término da primeira etapa, entrei em contato com a Prefeitura, por telefone, para pedir informações de como ter acesso às leis de 2006 a 2011. Imediatamente a responsável pela Procuradoria da Prefeitura Municipal encaminhou ao meu email as leis que citavam a Educação Especial nas escolas municipais e na APAE. Diferentemente das leis anteriores a 2005, no qual tive acesso a 100% da legislação, de 2006 em diante não é possível saber se realmente todas as leis relacionadas à Educação Especial foram analisadas, visto que foi necessária a mediação de uma profissional da prefeitura. O mesmo processo realizado com as leis anteriores a 2006 foi realizado com as leis do período entre 2006 a 2011

Com este primeiro levantamento, foram encontradas 45 leis municipais, no período de 1973 a 2011, que se referiam as categorias ditas anteriormente: educação, alunos com deficiência, APAE, financiamento para as escolas que atendessem alunos com deficiência, aos direitos das crianças, conselho municipal do deficiente e leis que contemplassem as pessoas com deficiência. Além dessas categorias, nas 45 leis foram encontrados temas que asseguravam o transporte público aos deficientes físicos, vagas para carros de deficientes na praça central, a lei orgânica no município, a criação de um conselho municipal de educação (1997) e um plano municipal de educação do ano de 2004. Apresento abaixo um quadro com as leis encontradas:.

Quadro 5- Leis utilizadas na pesquisa			
Ano	Numero da Lei	Destinava-se à	Observação
1973	1.037	Declara a APAE de Porto Ferreira como sendo de Utilidade pública municipal	
1973	1.058	Autoriza o Executivo Municipal a abrir um crédito específico de Cr\$10.000,00 destinados a APAE a título de subvenção	
1975	1080	"O ensino do primeiro grau ministrados em escolas rurais, as classes de educação infantil, os parques infantis e as classes de excepcionais, mantidos pelo município, seguirão o programa adotado pelo estado, obedecendo a sua fiscalização e orientação"	
1975	1.144	Aquisição de terreno e determina a criação de uma escola municipal Primária, para excepcionais com 8 classes	

1978	1.229	Venda do terreno para a APAE	
1979	1.242	Pagamento da Prefeitura de subvenção para as entidades do município, no qual a APAE recebeu Cr\$260.000,00	
1983	1.330	Doação da Prefeitura de um veículo Dodge, as entidades do município	
1983	1.345	“Firmar convênio com a Secretaria do Estado de São Paulo objetivando a “coordenação e conjugação de esforços no desenvolvimento de um ‘Programa de Merenda Escolar’ destinado aos estudantes de 1º grau do município”	Merenda escolar
1986	1.464	“Celebra um convênio com o Ministério da Educação com o objetivo de desenvolver o “Programa de municipalização da Merenda escolar” “Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal, “conforme o Programa de Municipalização e	Merenda escolar
1987	1.518	Descentralização do Pessoal Administrativo das Escolas da Rede Pública Estadual, objetivando a conjugação de esforço no sentido de dotar as referidas Escolas do Município de escriturários, inspetores de alunos e serventes”	
1988	1.522	“Implementação de medidas para a municipalização da Educação Pré-Escolar”	
1989	1.606	Convênio firmado com o Ministério da Educação, destinado a construção de salas de aulas	
1989	1.607	Convênio firmado com o Ministério da Educação, destinado a construção de uma quadra coberta	

1989	1.612	Desenvolver atividades como merenda escolar, transporte, material de apoio e outros	Merenda escolar: Termo aditivo a lei 1.464/1986
1990		Lei Orgânica Municipal	
1992	1.767	Política Municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua aplicação	
		Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder aos Servidores Públicos Municipais em atividade, matriculados e frequentes em cursos de nível médio profissionalizante ou cursos universitários, em estabelecimentos escolares sediados fora do Município de Porto Ferreira, ajuda financeira correspondente a até 20% das despesas decorrentes de mensalidades escolares e de transporte coletivo”.	
1995	1.940	Dispões sobre a política Municipal de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente e da outras providências	
1995	1.959	Dispõe sobre o ingresso no serviço público municipal de pessoas portadoras de deficiências e dá outras providências	
1996	1.989	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências	
1996	1.990	Cria o Conselho Municipal da Alimentação Escolar	
1997	2.029	Cria o Conselho Municipal de Educação de Porto Ferreira e dá outras providências	
1997	2.033		

1998	2.072	Autoriza a celebração de convênio com Entidades Assistenciais do Município, objetivando a descentralização das ações e serviços de assistência social e dá outras providências	
1998	2.083	Dispõe sobre a obrigatoriedade de acesso para cadeiras de rodas usadas por deficientes físicos	
1998	2.096	Dispõe sobre o atendimento especial aos idosos e deficientes físicos na área de saúde pública municipal e dá outras providências	
1998	2.098	Concede abono aos profissionais do magistério e conveniados do ensino fundamental suplência I e II das escolas municipais	Aumento no valor concedido por hora efetivamente trabalhada, de até R\$0,20
1998	2.106	Concede abono aos profissionais do magistério e conveniados do ensino fundamental suplência I e II das escolas municipais	Altera a lei 2098 de 1998- Aumento no valor concedido por hora efetivamente trabalhada, de até R\$0,50
1999	2.136	Concede abono aos profissionais do magistério e conveniados do ensino fundamental suplência I e II das escolas municipais	Aumento no valor concedido por hora efetivamente trabalhada, de até R\$1,10.
2000	2.181	Autoriza a celebração de convênio com Entidades Assistenciais do Município, objetivando a descentralização das ações e serviços de assistência social.	
2001	2.229	Autoriza a celebração de convênio com Entidades Assistenciais do Município, objetivando a descentralização das ações e serviços de assistência social	

2001	2.221	"Estabelece quota de passe em ônibus de transporte coletivo na área do município, para os portadores de deficiências físicas e acometidas de doenças que impossibilitem a livre locomoção e dá providências"	Redação do artigo 1 alterado (olhar lei 2.314/2003)
2001	2.225	Concede abono aos profissionais do magistério e conveniados do ensino fundamental suplência I e II das escolas municipais	Aumento no valor concedido por hora efetivamente trabalhada, de até R\$2,50
2002	2.271	Dispões sobre a obrigatoriedade pelo poder público municipal, da instalação de 2 áreas a serem disponibilizadas e destinadas com exclusividade para o estacionamento de veículos-automóveis de passeio, para pessoas portadoras de deficiência física na praça Cornélio Procópio	
2002	2.310	Concede abono aos profissionais do magistério e conveniados do ensino fundamental suplência I e II das escolas municipais	Aumento no valor concedido por hora efetivamente trabalhada, de até R\$2,50
2002	2.350	Autoriza o Executivo a Concede abono aos profissionais do magistério e conveniados do ensino fundamental suplência I e II das escolas municipais de Porto Ferreira utilizando resíduo financeiro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	

2003	2.350	Autoriza o Executivo a conceder abono aos profissionais do magistério e conveniados do Ensino Fundamental Suplência I e II das Escolas Municipais de Porto Ferreira utilizando resíduo financeiro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Aumento no valor concedido por hora efetivamente trabalhada, de até R\$3,00
2004	2.366	Institui o Plano Municipal de Educação e dá outras providências que especifica	
2004	2.369	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE	
2004	2.373	Dispõe sobre a autorização do executivo municipal a celebrar termo de convênio com a APAE de Pirassununga	
2004	2.394	Autoriza o Executivo a conceder abono aos profissionais do magistério e conveniados do Ensino Fundamental Suplência I e II das Escolas Municipais de Porto Ferreira utilizando resíduo financeiro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Diminuição no valor concedido por hora efetivamente trabalhada, de até R\$2,00
2005	2.399	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE	
2005	2.437	Dispõe sobre o sistema municipal de ensino e estabelece normas gerais para a sua adequada implantação	
2006	2.477	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE	
2006	2.491	Autoriza o executivo municipal a repassar subvenções oriundas de doações destinadas ao Fundo Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (verba para a APAE)	

2006	2.525	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE	
2007	2.607	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE para o ano de 2008	
2008	2.625	Autoriza o executivo municipal a repassar subvenções oriundas de doações destinadas ao Fundo Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (verba para a APAE)	
2008	2.638	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE	
2008	2.674	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE para o ano de 2009	Revogado (olhar lei 2.704/09)
2009	2.704	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE, abertura de crédito adicional, alteração do Plano Plurianual; e, revoga a Lei 2.674 de 2008.	Redação alterada na Lei 2722/09
2009	2.706	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE	
2009	2.707	Autoriza o executivo municipal a repassar subvenções oriundas de doações destinadas ao Fundo Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (verba para a APAE)	
2009	2.722	Altera a redação do artigo 5o, da lei 2.704 de 2009.	
2009	2.737	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE	
2010	2.767	Autoriza o executivo municipal a repassar subvenções oriundas de doações destinadas ao Fundo Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (verba para a APAE)	
2010	2.777	Autoriza o Poder Executivo municipal a celebrar termo de convênio com a APAE de Porto Ferreira	
2010	2.778	Autoriza o Poder Executivo municipal a celebrar termo de convênio com a APAE de Porto Ferreira	

2010	2.803	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE para o ano de 2011
2010	2.806	Autoriza o Poder Executivo municipal a celebrar termo de convênio com a APAE de Porto Ferreira para o ano de 2011
2011	2.826	FIA- Autoriza o executivo municipal a repassar subvenções oriundas de doações destinadas ao Fundo Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (verba para a APAE)
2011	2.858	Dispõe sobre a suplementação de recursos financeiros de convênio celebrado com à APAE de Porto Ferreira
2011	2.891	Autoriza o Poder Executivo municipal a celebrar termo de convênio com a APAE de Porto Ferreira para o ano de 2012
2011	2.909	Dispõe sobre a concessão de subvenção à APAE para o ano de 2012

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados disponibilizados pela prefeitura de Porto Ferreira.

Obs: As leis e decretos de 1973 a 2005 utilizadas nesta pesquisa encontram-se disponíveis para *download* no *link* <http://www.portoferreira.sp.gov.br/leis_web/busca.php>

2.3.1.2 Levantamento dos documentos da APAE de Porto Ferreira

Ao chegar à APAE os funcionários liberaram todos os documentos que estavam arquivados na instituição, desde a ata de fundação até os convênios firmados em 2011, estando sempre dispostos a explicar as dúvidas e procurar os documentos solicitados¹⁵. Fui autorizada a ler todos os documentos, entretanto não pude fazer nenhuma fotocópia dos documentos: foi liberado apenas a leitura do documento na íntegra.

Diante disso, comecei a ler os textos e copia-los. Com isso, tive acesso e estudei as seguintes fontes:

- Ata de fundação da APAE de Porto Ferreira, datada de 1973
- Livro de Atas I: 02/05/1972 a 30/06/1975

¹⁵ A autorização da pesquisa nessa instituição encontra-se no anexo 3

- Livro de Atas II: 04/06/1979 a 26/05/1983
- Livro de Atas III: 30/03/1985 a 22/03/1986 e 07/03/1994
- Livro de Atas IV: 24/11/2004 a 13/09/2006
- Livro de Atas V: 08/11/2006 a 15/12/2009
- Livro de Atas VI: 01/11/2010 a 08/01/2011
- 1º Estatuto da APAE de Porto Ferreira: 1972
- 2º Estatuto da APAE de Porto Ferreira: 1975
- 3º Estatuto da APAE de Porto Ferreira: 1980
- 4º Estatuto da APAE de Porto Ferreira: 2003
- 5º Estatuto da APAE de Porto Ferreira: 2006
- 6º Estatuto da APAE de Porto Ferreira: 2009 (estatuto atual)
- Autorização de funcionamento da Escola de Educação Especial da APAE, expedido pela Secretaria do Estado de Educação: 1982
- Regimento escolar de 1982
- Regimento escolar de 1984
- Regimento interno de 2006
- Planos de aulas para 2011
- Matrículas dos alunos em 2011

Demais documentos referentes à escola não foram encontrados. Além disso, como pode ser observado, faltam alguns anos nas Atas. Mesmo assim, foram lidas atas de 101 reuniões, divididas em: 84 reuniões da diretoria; oito assembleias ordinárias e nove assembleias extraordinárias¹⁶

¹⁶ Segundo o estatuto em vigor, nas reuniões da diretoria somente os membros dessa podem participar, diferentemente das Assembléias Geral Ordinária ou Extraordinária que será constituída pelos associados que a ela comparecerem, em pleno gozo de seus direitos estatutários, quites com suas obrigações junto à Tesouraria da APAE, e pelos pais das pessoas com deficiências matriculados nos programas de atendimento da APAE.

À Assembléias Geral compete exclusivamente “alterar o Estatuto; decidir sobre a fusão, transformação e dissolução ou extinção da APAE; eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; destituir Administradores; aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva; apreciar recursos contra decisões da Diretoria; verificar a qualificação e proclamar os membros do Conselho Consultivo, na forma estabelecida nesse Estatuto e conceder o título de associado benemérito e honorário, por proposta da Diretoria.”

A Assembléias Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, sempre que julgar conveniente, ou quando houver requerimento assinado por mínimo um quinto dos associados, em dia com suas obrigações sociais, para os fins de alterar o Estatuto; decidir sobre a fusão, transformação e dissolução ou extinção da APAE; destituir Administradores; verificar a qualificação e proclamar os membros do Conselho Consultivo, na forma estabelecida nesse Estatuto e Conceder o título de associado benemérito e honorário, por proposta da Diretoria ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação

2.3.1.3 Levantamento de matérias publicadas sobre a APAE nos jornais do município.

Em uma das entrevistas realizadas, fui informada que no Museu Municipal havia um *clipping* da APAE. A pesquisadora entrou em contato com o Museu, que disponibilizou todos as matérias publicadas nos jornais da cidade referentes a APAE. Foram fotografadas todas essas matérias e armazenadas no meu computador. Abaixo apresento um quadro das matérias dos jornais.

Quadro 6- Notícias dos Jornais de Porto Ferreira - 1972 a 2011			
Data	Jornal	Matéria	Assunto
24/jun/72	O Ferreirense	"APAE já é uma realidade"	Notícia sobre a fundação da APAE
29/jun/74	O Ferreirense	"Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais"	Notícia sobre o funcionamento da APAE
12/jun/82	O Ferreirense	"APAE - 10 anos de amor e compreensão"	Notícia sobre os 10 anos de APAE em Porto Ferreira
19/jun/82	O Ferreirense	APAE e seus 10 anos	Notícia sobre os 10 anos de APAE e homenagem a primeira professora da instituição
11/jun/83	Jornal do Porto	APAE promove festa de 11 anos	Convite à comunidade a comparecer na festa de 11 anos da APAE
07/jun/90	Jornal do Porto	"Conheça a APAE da sua Cidade"	Convite à comunidade a visitarem a APAE de Porto Ferreira
23/set/91	Jornal do Porto	"O amor e a dedicação as nossas crianças"	Relata sobre o funcionamento, a diretoria, os funcionários e as instalações da APAE.
27/jun/92	Jornal do Porto	"Moradores da rua São Sebastião fazem doação à APAE"	Notícia sobre a doação feita para a APAE
21/out/92	Jornal Extra	"APAE pedi socorro"	Relata sobre a dificuldade financeira da instituição e pede a colaboração dos moradores da cidade para levantar fundos.

12/dez/92	Jornal do Porto	"Festa de Confraternização da APAE"	Festa contou com os funcionários e a população ferreirense que assistiram a apresentações feitas pelas crianças da APAE
04/set/93	Jornal do Porto	"Adote um aluno da APAE"	Divulgação da campanha "Adote um aluno" realizada pela APAE de Porto Ferreira e convidando a população a participar
04/jul/94	Jornal do Porto	"A união faz a força"	Notícia sobre a doação recebida do banco Banespa para construção de uma rampa de acesso, por parte do "Programa de Eliminação de Barreiras para Deficientes Físicos"
13/ago/94	Jornal A semana	"APAE inaugura no próximo sábado novo prédio que dinamizará seus efeitos"	Convida a população ferreirense para a inauguração do novo prédio da APAE
27/ago/94	Jornal do Porto	"APAE inaugura seu novo prédio"	Notícia sobre a inauguração do novo prédio
__ agosto, 1994	Jornal do Porto	"APAE inaugura suas novas instalações"	Notícia sobre a inauguração do novo prédio
____, 1994	Jornal do Porto	"Semana de Prevenção à excepcionalidade"	Notícia da APAE sobre a excepcionalidade
____, 1994	Jornal do Porto	"Deficiente mental - diferente- doente mental"	Notícia da APAE sobre a deficiência mental
15/jun/96	Jornal do Porto	"APAE de Porto Ferreira - 24o Aniversário de Fundação"	Notícia sobre os 24 anos de APAE em Porto Ferreira
21/jun/97	Jornal do Porto	"APAE: 25 anos de amor e dedicação"	Notícia sobre os 25 anos de APAE em Porto Ferreira

26/ago/98	Jornal do Porto	"Crianças especiais falam sobre deficiências"	Alunos da APAE descrevem versos a visão deles sobre a deficiência durante a Semana Municipal de Prevenção à Deficiência
30/set/98	Jornal do Porto	"Projeto Bem-Te-Vi terminou no sábado"	Alunos da APAE encenam peça da festa de encerramento do Clube Bem-Te-Vi
28/nov/98	Jornal do Porto	"Professores da APAE cursam movimento corporal"	Notícia sobre o curso realizado pelas professoras da APAE
06/jun/99	Jornal do Porto	"APAIE realiza encontro das oficinas"	Notícia sobre o 1o encontro de oficinas, realizado na APAE de Porto Ferreira.
10/jun/00	Jornal do Porto	"APAIE ferreirense completa 28 anos de sua fundação"	Notícia sobre os 28 anos de APAIE em Porto Ferreira
10/jan/01	Jornal do Porto (caderno 2)		Posse do diretor da APAIE, professor Wladimir Ferreira da Silva
10/jan/01	Jornal do Porto	"Professor assume entidade ferreirense"	Posse do diretor da APAIE, professor Wladimir Ferreira da Silva
12/jan/01	Jornal A semana	"APAIE tem nova diretoria para o biênio 2001/02"	Posse do diretor da APAIE, professor Wladimir Ferreira da Silva
08/jun/01	Jornal A semana	"APAIE de PF completa 29 anos"	Notícia sobre os 29 anos de APAIE em Porto Ferreira
19/out/01	Jornal A semana	"APAIE tem gabinete odontológico"	Notícia sobre a sala odontológica da APAIE
05/jan/02	Jornal do Porto	"APAIE ferreirense propõe terapia usando cavalos"	Notícia sobre a ecoterapia
20/abr/02	Jornal do Porto	"Mestre Souza realiza demonstrações de capoeira na APAIE"	Aula de capoeira é ministrada na APAIE como atividade extra-curricular

08/jun/02	Jornal do Porto	"APAE já produz sacos de lixo na oficina pedagógica"	Notícia sobre a produção de sacos de lixos na oficina pedagógica da APAE de Porto Ferreira
15/jun/02	Jornal do Porto	"APAE de Porto Ferreira comemora 30 anos"	Notícia sobre os 30 anos de APAE em Porto Ferreira
27/set/02	Jornal A semana	"APAE ganha sala equipada para promover reabilitação"	Empresa ferreirense Mar-Girius doa equipamentos para a sala de fisioterapia da APAE de Porto Ferreira
21/nov/04	Jornal A semana	"APAE de Porto Ferreira tem nova Diretoria e Conselhos"	Notícia sobre nova diretoria da APAE
02/set/05	Jornal A semana	"APAE prestou homenagem a três patronos"	Homenagem presta da três pessoas ligadas à instituição
19/mai/06	Jornal A semana	"APAE local na campanha exibida pela Band na TV"	Programa Raul Gil lança campanha para angariar fundos para a APAE
09/jun/06	Jornal A semana	"APAE de Porto Ferreira comemora 34 anos"	Notícia sobre os 34 anos de APAE em Porto Ferreira
10/jul/09	Jornal do Porto	"Equoterapia: uma parceria de sucesso entre Prefeitura e APAE"	Parceria entre prefeitura e APAE para funcionamento da equoterapia
18/set/09	Jornal do Porto	"APAE de Porto Ferreira recebe padaria artesanal"	Doação de uma padaria artesanal para a APAE de Porto Ferreira
04/nov/09	Jornal A semana	"Prefeito e primeira-dama fazem entrega de Brinquedoteca à APAE"	Doação da brinquedoteca da APAE
07/mai/10	Jornal do Porto	"Representantes da empresa VIDROPORTO visitam a APAE de Porto Ferreira"	Visita de empresários na instituição
28/mai/10	Jornal do Porto	"A APAE de Porto Ferreira tem um novo visual"	Prédio da APAE recebe pintura nova

11/jun/10	Jornal A semana	"Portadores de necessidades especiais poderão integrar projeto de dança"	Funcionários da APAE de Porto Ferreira idealizam projeto com o objetivo de inclusão social através da dança
25/jun/10	Jornal do Porto	"Escola Profissionalizante Evolua promove entrega de materiais de limpeza à APAE"	Doação realizada à APAE
08/jul/10	Jornal do Porto	"A APAE de Porto Ferreira é contratada por Empresas para fazer FESTAS JUNINAS"	Funcionários d APAE trabalham para angariar fundos para instituição m festa junina de empresa
03/set/10	Jornal do Porto	"A APAE de Porto Ferreira- SP recebe Dr. Ubiali - Presidente da FEAPAES"	Visita do presidente da Federação das APAES do estado de SP na APAE de Porto Ferreira
31/dez/10	Jornal do Porto	"Inauguração da Quadra Poliesportiva da APAE de Porto Ferreira"	Notícia sobre a inauguração da quadra da APAE
31/dez/10	Jornal do Porto	"Antônio Alves Coutinho termina o seu mandato com sucesso na Presidência da APAE de Porto Ferreira"	Notícia sobre o termino do mandato do presidente da APAE Antônio Coutinho
04/mar/11	Jornal do Porto	"Advogado Adilson Feliciano é o nono presidente da APAE de Porto Ferreira"	Posse da nova diretoria da APAE, sob presidência do advogado Adilson Feliciano
26/ago/11	Jornal do Porto	"APAE de Porto Ferreira promove tradicional jantar dançante com massas em setembro"	Convite à população para o jantar dançante realizado pela a APAE de Porto Ferreira

Fonte: Tabulação própria, de acordo com os dados coletados no Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira

Como pode ser observado, parte destas reportagens foram disseminadas com o intuito de arrecadar verbas para a instituição. De acordo de D’Antino (1998), a propaganda, neste caso feita em um dos jornais municipais, traz consigo a mensagem de um

[...] duplo “existir”. Se, por um lado, despertar a população para a “existência” da pessoa com deficiência mental – que muitos insistem em continuar negando-, por outro lado, associa esta “existência” ao existir institucionalizado. Assim é que os pedidos são feitos em nome da condição das pessoas deficientes, para a manutenção da instituição. É via imagem de coitado, dependente, incapaz etc. que a instituição se mantém até (ou principalmente) financeiramente. É vendendo a imagem de sua clientela (seus filhos), que a instituição sobrevive, pois é isso a sociedade espera e cobra.

Assim, quando se fala em instituição de atendimento ao indivíduo com deficiência, fala-se implicitamente em campanhas de captação de verbas. (D’ANTINO, 1998, p.58)

2.3.1.4 -Censo Escolar da Educação Básica: 2007 a 2011

Inicialmente apresentaremos o conceito de Indicador Social, conforme Jannuzzi (2006):

“Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.” (Jannuzzi, 2006, p.15)

Nessa pesquisa utilizaremos os indicadores sociais educacionais, que desde 1980 formam a base de dados dos Censos Escolares (INEP, 2009). A coleta é feita em todas as escolas públicas e privadas do país, responsáveis pelo preenchimento de um formulário padronizado e disponível, desde 2007, no sistema *on-line* Educacenso. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações sobre a educação básica, que abrange suas diferentes etapas e modalidades, coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, docentes, turma, escola e rendimento escolar. Estes dados são coordenados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (Brasil. MEC. INEP, 2009)

Realizou-se um levantamento acerca das matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)¹⁷ no município de Porto Ferreira, tendo com base os indicadores educacionais analisados através dos Microdados de Censo da Educação Básica, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação. Foram utilizados os dados referentes às matrículas dos

¹⁷ Para o Inep, os alunos com NEE são os que apresentam: cegueira, baixa visão, surdez, surdo-cegueira, deficiência física, mental, auditiva e múltiplas, autismo, Síndrome de Asperger, Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e superdotação.

anos de 2007 a 2010. O ano de 2007 foi escolhido como o inicial por ter sido o ano anterior ao estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, implementado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Saúde em 2008. (MEC.SEESP, 2008). Esse ano também foi escolhido, pois, de acordo com o mesmo documento:

“Em 2007, o formulário impresso do Censo Escolar foi transformado em um sistema de informações on-line, o Censo Web, que qualifica o processo de manipulação e tratamento das informações, permite atualização dos dados dentro do mesmo ano escolar, bem como possibilita o cruzamento com outros bancos de dados, tais como os das áreas de saúde, assistência e previdência social. Também são realizadas alterações que ampliam o universo da pesquisa, agregando informações individualizadas dos alunos, das turmas, dos professores e da escola.” (MEC.SEESP, 2008, p.6)

O ano 2011 foi delimitado como último, pois até o momento de finalização do estudo estes eram os dados mais atuais disponíveis do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. MEC. INEP, 2011).

Uma das relevâncias em se estudar os dados estatísticos referentes à educação básica no país é que eles que determinam o curso das políticas públicas:

“Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)”. (Brasil. MEC. INEP, 2009)

A análise dos microdados do censo foi dividida em três fases:

- Na primeira fase serão apresentados os dados gerais referentes ao número de matrículas do município, com o objetivo de caracterizá-lo, utilizando como variáveis para análise: sexo, raça, zona residencial (urbana ou rural), localização da escola (urbana ou rural), Dependência Administrativa (federal, estadual, municipal ou privada)
- Na segunda fase, as matrículas dos alunos com NEE do município foram agrupados nas seguintes categorias: Tipo de NEE; sexo; Deficiência auditiva (DA) x etapa de ensino¹⁸; Deficiência visual (DV) x etapa de ensino; Deficiência física (DF) x etapa de ensino; Deficiência mental (DM x etapa de Ensino, DA x dependência administrativa x modalidade

¹⁸ Entende-se por Etapa de Ensino as “Categorias em que as modalidades são oferecidas” Esta dividida em: Educação Infantil (Creche e Pré- escola), Ensino Fundamental (Atende alunos da 1ª a 8ª série e do 1º ao 9º ano), Ensino Médio (Última etapa da Educação Básica), Ensino Profissionalizante (Oferece cursos de Educação Profissional) e Ensino de Jovens e Adultos (Atende jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental/Médio na idade correta). Fonte: Mec/Inep. Caderno de Instruções: 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011).

de ensino¹⁹; DV x dependência administrativa x modalidade de ensino; DF x dependência administrativa x modalidade de ensino; DM x dependência administrativa x modalidade de ensino;

- Na terceira etapa, o número de matrículas de alunos com DA, DV, DF e DM nas modalidades Ensino Regular e Educação Especial, por etapa de ensino.

2.3.2 – Entrevistas como fonte de pesquisa

2.3.2.1 Procedimento de coleta de dados das entrevistas

Diversas pessoas foram mencionadas nos documentos e pelos próprios funcionários da instituição, como o nome dos presidentes, nome das primeiras professoras e de outras professoras que atuavam na instituição a mais de 20 anos. A instituição me passou o número do telefone de todos os ex-presidentes e professores da APAE. Entrei em contato com cada um deles por telefone, e agendei um horário para a entrevista. Durante essas entrevistas, os participantes sugeriram outras pessoas para que eu realizasse a entrevista, que também tinham relação com a educação especial no município pesquisado. Todos os nomes sugeridos foram entrevistados.

Para a seleção dos participantes foram utilizados os seguintes critérios: a) ter ou estar atuando efetivamente na Educação Especial de Porto Ferreira; b) aceitar participar da pesquisa e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para as entrevistas foi utilizado um gravador de voz da marca Sony ICD-P620, com capacidade para gravação de 250 horas, papel e caneta.

A caracterização de cada participante encontra-se no quadro 7:

Quadro 7- Identificação dos Participantes da pesquisa			
(continuação)			
Identificação na Pesquisa	Data de Nascimento	Escolaridade	Formação
P1	26.02.1924	Magistério	Professora I

¹⁹ Para o Inep as Modalidades de Ensino são: Ensino Regular (escolas que oferecem Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissionalizante); Educação Especial (escolas que atendem exclusivamente alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ou conta com classes especiais para esses alunos); Educação de Jovens e Adultos – EJA (destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio em idade própria). Fonte: Mec/Inep. Caderno de Instruções: 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011).

P2	23.02.1946	Ensino Médio Completo	–
P3	09.12.1937	Ensino Médio Incompleto	–
P4	07.03.1932	Magistério	Professora I
P5	07.03.1948	Técnico	Técnico em contabilidade
P6	18.05.1939	Ensino Superior Completo	Professor de Artes

Quadro 7- Identificação dos Participantes da pesquisa (continuação)			
Identificação na Pesquisa	Data de Nascimento	Escolaridade	Formação
P7		Ensino Superior Completo	Advogado
P8	18.07.1954	Ensino Médio Completo	–
P9	12.03.1981	Mestrado em estudos literários	Letras
P10	18.12.1975	Ensino Superior Completo	Pedagogia, com especialização em Libras
P11	05.10.1956	Ensino Superior Completo	Pedagogia, com especialização em psicopedagogia
P12	22.06.1948	Ensino Superior Completo	Pedagogia
P13	21.05.1948	Ensino Superior Completo	Pedagogia
P14	07.10.1950	Ensino Superior completo	Pedagogia
P15	09.12.1938	Magistério	Professora I
P16	11.09.1967	Magistério, Especialização em Educação Especial	Professora I
P17	21.10.1962	Magistério, Especialização em Educação Especial	Professora I
P18	20.05.1971	Ensino Superior Completo	Pedagogia
P19	01.05.1949	Ensino Superior Completo	Pedagogia
P20	03.01.1942	Ensino Superior completo	Pedagogia e Matemática
P21	06.09.1950	Ensino Superior Completo	Pedagogia

Quadro 7- Identificação dos Participantes da pesquisa (continuação)			
Identificação na Pesquisa	Data de Nascimento	Escolaridade	Formação
P22	10.03.1960	Ensino superior completo	Psicopedagoga
P23	13.10.1954	Ensino Superior Completo, Especialização em Educação Especial	Letra e Pedagogia
P24	07.04.1971	Pós- graduação: especialização	Comunicação social-habilitação em jornalismo
P25	12.03.1989	Ensino Superior em Andamento: Ciências Sociais	—

A coleta dos dados referentes as entrevistas foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, e foi dividida em quatro etapas:

Etapa 1 – esta etapa destinou-se aos procedimentos éticos: inicialmente foi marcada uma reunião no Departamento Municipal de Educação do município para apresentar os objetivos da pesquisa e solicitar autorização para realização da pesquisa (Anexo 1). O mesmo procedimento aconteceu na Diretoria de Ensino Estadual (Anexo 2) e na APAE de Porto Ferreira (Anexo 3). Após a autorização das três instituições, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (UNESP)- Campus de Araraquara- para análise. A escolha por este comitê justifica-se porque a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) estava em greve. A pesquisa foi aprovada pelo Despacho no 46/2011 (Anexo 4)

Etapa 2- Para a realização das entrevistas, foram elaborados dois roteiros de entrevistas semi-estruturadas. O primeiro roteiro destinou-se aos presidentes da APAE; continha nove perguntas sobre os motivos que levaram o participante a vincular-se e a se desvincular da diretoria da instituição; de onde vinham os recursos financeiros para a manutenção da instituição e quais eram os objetivos da APAE no período de sua presidência. O segundo roteiro destina-se as responsáveis pela Educação Especial nas escolas estaduais e municipais, e continha perguntas referentes à constituição da educação especial nas escolas públicas. Ambos os roteiros encontram-se na íntegra, respectivamente, nos anexos 05 e 06.

Etapa 3- Após aprovação do Comitê de Ética a pesquisadora, com os contatos telefônicos disponibilizados pela a APAE, agendou um horário com cada participante, individualmente, de acordo com a disponibilidade deles. Das 25 entrevistas, 13 foram realizadas na própria residência dos participantes, sete aconteceram no local de trabalho dos participantes, quatro no departamento municipal de educação e uma na diretoria regional de educação, em Pirassununga. Nenhum participante convidado se opôs a participar da entrevista e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No total, foram gravadas 12 horas, 4 minutos e 58 segundos de entrevista.

Etapa 4- Destinou-se a transcrição, leitura e análise das entrevistas. As normas utilizadas nessa etapa serão discutidas no próximo item.

2.3.2.2 Procedimentos de análise dos dados encontrados

Torna-se importante destacar que o foco desta pesquisa foi relatar como se estrutura a Educação Especial no município de Porto Ferreira. Entretanto, a coleta dos dados me levou a compreender que a Educação Especial no município estudado centraliza-se nas ações da APAE, por isso a maior parte dos dados encontrados fazem referência a esta instituição.

Com todos os documentos organizados e após inúmeras leituras, dois eixos temáticos para análise foram definidos:

- *Sobre a rede pública de ensino*: ações desenvolvidas pela prefeitura, e pelas escolas estaduais e municipais;
- *Sobre a APAE*: ações desenvolvidas para a criação da APAE; relação da APAE com família, escola, trabalho, financiamento e saúde.

As entrevistas foram transcritas rigorosamente na íntegra, mantendo-se a fala original dos participantes conforme suas pronúncias, ou seja, mantive o discurso ingênuo, entendido como dado genuíno, original primário ou verbatim (GONÇALVES JUNIOR, 2003).

De acordo com Queiroz

[...] o ideal em uma pesquisa é que o próprio pesquisador que entrevistou o informante seja também o transcritor da fita. Ouvir e transcrever constitui, para ele, um exercício de memória em que toda cena é revivida: uma pausa do informante, uma tremura de voz, uma tonalidade diferente, uma risada, a utilização de determinada palavra em certo momento, reavivam a recordação do estado de espírito que então se detectou em seu interlocutor, revelam aspectos da entrevista que [...] dão a conhecer detalhes que, no momento da entrevista, lhe escaparam. Cada vez que re-escuta a gravação, refaz de certo modo o contexto todo da entrevista na lembrança para explorá-lo mais a fundo. (QUEIROZ, 1991, p. 87)

Durante a transcrição, algumas marcações foram realizadas, com a “função de suprir algumas deficiências que resultam da passagem do documento para a forma escrita” (ALBERTI, 2004, p. 178). Foram utilizadas as seguintes pontuações, seguindo as normas utilizadas por Alberti:

- *Itálico*: quando o interlocutor enfatiza o que diz.
- [silêncio]: pausa mais prolonga entre uma frase e outra ou em meio a um diálogo.
- Reticências: no caso de falas interrompidas, suspensas ou de “falsos começos de frase”

- Dois pontos: indica que o que se segue é consequência do que estava sendo dito

Após a análise das entrevistas descritas na íntegra, foram selecionadas e organizadas as falas que se encaixavam nos mesmos eixos temáticos anteriormente descritos

Quanto aos Dados do Censo Escolar, encontra-se no Anexo 7 o passo a passo de como os dados foram analisados.

Os resultados encontrados serão discutidos no capítulo seguinte dessa dissertação.

CAPÍTULO 3- A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

Iniciaremos este item realizando um levantamento acerca das matrículas gerais e das matrículas de alunos com deficiências no município de Porto Ferreira, tendo com base os indicadores educacionais analisados com os Microdados de Censo da Educação Básica. Posteriormente, realizaremos um estudo dos dados coletados no município.

3.1 Análise dos dados do censo escolar, referentes à matrícula no município de Porto Ferreira: 2007 a 2011.²⁸

Para entendermos como se configura o atendimento aos alunos com deficiências em Porto Ferreira, torna-se necessário compreender, inicialmente, como estão distribuídos todos os alunos matriculados no município. A partir disso, serão apresentados os dados gerais de matrícula na Educação Básica. Esses dados servirão de base para análises comparativas subsequentes.

A tabela 1 apresenta os números de matrículas gerais no Brasil, Sudeste, São Paulo e Porto Ferreira.

Tabela 1- Número de matrículas gerais na Educação Básica no Brasil, Sudeste, São Paulo e Porto Ferreira - 2007 a 2011

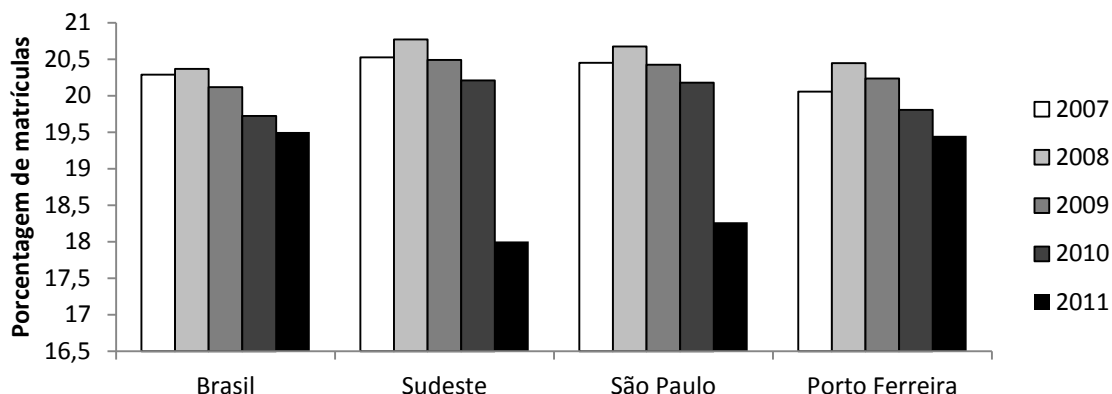
Ano	Brasil	Sudeste	São Paulo	Porto Ferreira
2007	53 028 928	20 652 814	10 651 119	12 517
2008	53 232 868	20 900 689	10 765 487	12 760
2009	52 580 452	20 617 965	10 637 167	12 629
2010	51 549 889	20 334 290	10 509 006	12 360
2011	50 972 619	18 114 505	9 513 537	12 137

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

²⁸ Os conceitos utilizados neste item estão de acordo com o Inep, explicados no decorrer do texto.

Para melhor visualização da distribuição dessas matrículas, as apresentaremos em gráfico das proporções relativas²⁹ que cada ano representou dentro de cada unidade da federação:

**Gráfico 1 -
Porcentagem de matrículas gerais na Educação Básica no Brasil,
Sudeste, São Paulo e Porto Ferreira - 2007 a 2011**



Fonte: Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Observa-se que as matrículas gerais na Educação Básica no Brasil, Sudeste, São Paulo e em Porto Ferreira diminuem de 2007 para 2011. Entretanto, quando calculadas as porcentagens dessa diminuição dentro de cada unidade da federação, notaremos que o município de Porto Ferreira sofreu menor queda no número de matrícula nesse nível nos anos cotejados, comparado à região Sudeste e ao estado de São Paulo.

A tabela 2 mostra a porcentagem das matrículas na Educação Básica, no município de Porto Ferreira distribuídos pelo gênero:

²⁹ Chamados de proporção a relativa de uma classe (ou dado), a frequência dessa classe dividida pela soma das frequências de todas as classes, demonstrado em forma de porcentagens.

Tabela 2- Número de Matrículas na Educação Básica de Porto Ferreira por gênero - 2007 a 2011

Ano	Gênero	
	Masculino	Feminino
2007	6 458	6 059
2008	6 568	6 192
2009	6 480	6 149
2010	6 282	6 078
2011	6 269	5 908

Fonte: Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Notamos que em todo o período estudado há maior número de matrícula do gênero masculino, apesar de quase equiparados. De acordo com Ferraro,

Essa quase equalização das taxas femininas de alfabetização e escolarização em relação às taxas masculinas, captada já no recenseamento de 1920, converteu-se, a partir do Censo 1940, em superioridade feminina, a começar pelos grupos de 5 a 9 e 10 a 14 anos naquele censo (Brasil, 1940), até se estender, no Censo 2000, a todos os grupos abaixo de 45 anos ou abaixo de 50 anos, dependendo do indicador utilizado (alfabetização ou média de anos de estudo). (Ferraro, 2010)

O estudo de Carvalho (2003) mostra que a ampliação ao acesso à escola foi o grande incentivador para a escolarização das mulheres e que o movimento de entrada dessas nas escolas se manifesta em termos tanto de média de anos de estudo cursados quanto de taxa de analfabetismo. Neste estudo, mostraremos as taxas de matrícula entre os gêneros, evidenciando que estudos acerca de “anos estudados x taxa de analfabetismo” são importantes na nossa área.

Analisaremos agora as matrículas na Educação Básica de Porto Ferreira de acordo com a raça³⁰:

³⁰ Branca – para a pessoa que se enquadrou como branca; Preta – para a pessoa que se enquadrou como preta; Amarela – para a pessoa que se enquadrou como de raça amarela de origem japonesa, chinesa, coreana etc.; Parda – para a pessoa que se enquadrou como parda ou se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça; Indígena – para a pessoa que se declarou como indígena ou índia (Brasil, 2000)

Tabela 3- Número geral de Matrículas na Educação Básica de Porto Ferreira pela raça - 2007 a 2011

Raça	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Total	12 517	12 760	12 629	12 360	12 177
Não Declarado	2 743	2 513	2 332	2 164	1 900
Branca	6 380	6 829	7 008	7 045	7 141
Preta	432	410	363	345	337
Parda	2 896	2 947	2 879	2 765	2 763
Amarela	28	27	19	19	16
Indígena	38	34	28	22	20

Fonte: Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Quanto às taxas de matrículas por raça observaremos a mesma incidência em todos os anos estudados: a maior porcentagem declara-se branca, seguida, sucessivamente, de parda, não declarado, preta, indígena e amarela. Entretanto, nota-se um aumento contínuo de matrículas da raça branca.

A tabela a seguir mostra o número de matrículas na Educação Básica pela Localização residencial do aluno e pela localização da escola:

Tabela 4- Porto Ferreira: Número de Matrículas na Educação Básica, por Localização residencial e Localização da escola - 2007 – 2011

Local. Residencial X Local. da Escola	Total por ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Total	12 517	12 760	12 629	12 360	12 177
Mora no Campo e Estuda no Campo	0	0	0	0	0
Mora na Cidade e Estuda na Cidade	12 097	12 301	12 175	11 920	11 737
Mora no Campo e Estuda na Cidade	420	459	454	440	440
Mora na Cidade e Estuda no Campo	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

A maior parte das matrículas no município de Porto Ferreira encontra-se, durante todo o período estudado, entre os que moram e estudam na cidade. Em Porto Ferreira as escolas localizadas no campo foram extintas na década de 1970³¹, portanto, todos os alunos que moram no campo (e que representavam, no ano de 2011, 3.28% das matrículas totais) tinham que se deslocar para cidade para estudarem. Não foram encontrados dados referentes a como esse deslocamento era realizado. Importante destacar que uma porcentagem da população ferreirense vive da coleta de cana de açúcar (trabalham na área rural), mas moram na cidade.

Analisaremos agora (tabela 5) as matrículas distribuídas em cada dependência administrativa³²:

Tabela 5 - Porto Ferreira: Número de Matrículas na Educação Básica por Dependência Administrativa - 2007 a 2011

Ano	Dependência Administrativa / %						Total
	Estadual		Municipal		Privada		
	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula	%	
2007	4 078	32,58	6 991	55,85	1 448	11,57	12 517
2008	4 076	31,94	7 221	56,59	1 463	11,47	12 760
2009	3 915	31	7 058	55,89	1 656	13,11	12 629
2010	3 620	29,29	7 011	56,72	1 729	13,99	12 360
2011	3 578	29,47	6 667	54,94	1 892	15,59	12 137

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Em relação à **dependência administrativa**, do ano de 2007 a 2010 o número de matrícula tem se mantido estável nas escolas municipais. Entretanto, houve uma diminuição nas matrículas nas escolas estaduais e aumento nas escolas privadas.. Já no ano de 2011, se

³¹ Não foram encontrados dados que justifiquem a extinção dessas escolas.

³² Não há escolas na esfera Federal no município de Porto Ferreira

observarmos a porcentagem da diminuição de matrícula das escolas estaduais e municipais (respectivamente -0,18% e -1,78%) é quase igual ao crescimento da dependência administrativa “privada”, de (1,6%). Isso pode indicar que, no ano de 2011, além do processo de migração dos alunos do estado já observado anteriormente, pode estar ocorrendo à migração dos alunos das escolas municipais também para as escolas privadas (importante destacar o baixo número de escolas estaduais no município). Comprendemos a necessidade de uma investigação mais detalhada acerca deste assunto, entretanto nos deteremos a somente registrar este processo nesta pesquisa.

Após esta breve caracterização das matrículas da Educação Básica no município de Porto Ferreira, iniciaremos o estudo sobre as matrículas de alunos com deficiência, alvos desta pesquisa.

3.1.1 Matrículas dos alunos com deficiências no município de Porto Ferreira.

Para compreender como estão distribuídas as matrículas de alunos com deficiências em Porto Ferreira, torna-se importante entender a relação dessas matrículas em âmbito nacional. A tabela 6 apresenta os dados referentes ao número de matrícula gerais da Educação Básica e de alunos com necessidades educacionais especiais³³ no Brasil, sudeste, São Paulo e Porto Ferreira:

³³ Para o Inep, os alunos com NEE são os que apresentam:

Dados 2007 e 2008: cegueira, baixa visão, surdez, surdo-cegueira, deficiência física, mental, auditiva e múltipla, superdotação, transtornos e Síndrome de Down

Dados 2009 a 2011: cegueira, baixa visão, surdez, surdo-cegueira, deficiência física, mental, auditiva e múltiplas, superdotação, autismo, Síndrome de Asperger, Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância(TDI).

(Fonte: Mec/Inep. Caderno de Instruções: 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011).

Tabela 6- Número de matrículas gerais e de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica do Brasil, Sudeste, São Paulo e Porto Ferreira - 2007 a 2011

Ano	Brasil		Sudeste		São Paulo		Porto Ferreira	
	Ed. Básica	Matrícula NEE	Ed. Básica	Matrícula NEE	Ed. Básica	Matrícula NEE	Ed. Básica	Matrícula NEE
2007	53 028 928	654 606	20 652 814	293 363	10 651 119	156 443	12 517	212
2008	53 232 868	657 272	20 900 689	321 243	10 765 487	174 638	12 760	206
2009	52 580 452	604 884	20 617 965	310 772	10 637 167	186 014	12 629	209
2010	51 549 889	702 603	20 334 290	309 257	10 509 006	175 659	12 360	173
2011	50 972 619	752 305	18 114 505	409 497	9 513 537	210 263	12 137	231

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

A tabela acima mostra que o município de Porto Ferreira segue a mesma tendência que o estado de São Paulo, a região Sudeste e o Brasil: enquanto os números de matrículas gerais apresentam queda constante, o número de matrículas de alunos com NEE tem aumentado quando analisadas as proporções relativas de cada região: queda de aproximadamente 1% das matrículas gerais de 2007 para 2011 e um aumento de 2% nas matrículas de alunos com NEE nos mesmos anos comparados. Por outro lado, ocorre oscilação ano a ano.

Na tabela a seguir (tabela 7) apresentaremos a distribuição das matrículas dentro de cada NEE. Importante salientar que o símbolo utilizado (-) refere-se às categorias que existiam no censo escolar de um ano e que, no ano anterior somem do questionário. Com isso, temos nos anos de 2007 e 2008 as categorias “Transtornos”, e “Síndrome de Down”; de 2009 a 2011 “autismo”, “TDI”, “Asperger” e “Rett”.

Tabela 7- Porto Ferreira: Número de Matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na educação básica- 2007 a 2011

NEE	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Total	212	206	209	229	330
Cegueira	0	0	0	0	0
Baixa Visão	10	9	10	11	13
Surdez	10	8	5	5	7
Def. Auditiva	8	4	6	9	14
Surdo- Cegueira	0	0	0	0	0
Def. Física	5	4	6	35	35
Def. Mental	98	98	112	130	192
Def. Múltiplas	53	56	55	28	27
Superdotação	0	0	0	0	0
Transtornos	12	13	-	-	-
Síndrome de Down	16	14	-	-	-
Autismo	-	-	14	10	8
TDI	-	-	1	1	34
Asperger	-	-	0	0	0
Rett	-	-	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

A tabela 7 nos mostra que, no período de 2007 a 2011, não houve matrículas de alunos com cegueira, surdo-cegueira e superdotação. Quanto às demais NEEs, a deficiência mental apresentou maior número de matrículas em todos os anos, enquanto a distribuição das demais NEE sofreu alteração ano a ano:

- 2007 e 2008: Deficiência mental – múltipla – síndrome de Down – transtornos, baixa visão- surdez- deficiência auditiva – deficiência física.

- 2009: Deficiência mental – múltipla – autismo - baixa visão – deficiência física e deficiência auditiva – surdez – TDI
- 2010: Deficiência mental – deficiência física – múltipla - baixa visão – autismo - deficiência auditiva – surdez – TDI
- 2011: Deficiência mental – deficiência física - TDI – múltipla –deficiência auditiva - baixa visão – autismo - surdez

Ressaltamos que, devido às mudanças das categorias de NEE, optamos por, a partir de agora utilizar as deficiências que se apresentam constantes em todo o período estudado, sendo: deficiência visual (DV) que correspondem à soma dos dados de baixa visão e cegueira; os de deficiência auditiva (DA) correspondente a soma da deficiência auditiva e surdez, os de deficiência mental (DM) - 2007 e 2008 correspondendo a soma de deficiência mental³⁴ e síndrome de Down, e deficiência física (DF)

A tabela a seguir (tabela 8) mostra o sexo dos alunos com deficiências de Porto Ferreira.

Tabela 8- Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com deficiências pelo sexo - 2007 a 2011

Ano	Gênero	Deficiências			
		DV	DA	DF	DM
2007	Masculino	7	12	4	65
	Feminino	3	6	1	49
2008	Masculino	6	10	3	62
	Feminino	3	2	1	50
2009	Masculino	8	7	5	61
	Feminino	2	4	1	51
2010	Masculino	9	11	25	79
	Feminino	2	3	10	51
2011	Masculino	11	17	24	114
	Feminino	2	4	11	78

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

³⁴ Mantêm-se a nomenclatura utilizada no banco de dados do INEP

Há em todos os anos e em todas as deficiências estudadas o predomínio das matrículas do sexo masculino, o que também foi evidenciado nas matrículas gerais, apesar de não ser na mesma proporção.

A próxima análise será referente às etapas de ensino³⁵ no qual os alunos com deficiências estão matriculados, enfatizando cada deficiência separadamente.

Tabela 9- Porto Ferreira: matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência auditiva pela etapa de ensino - 2007 a 2011

Etapa de ensino	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Educação infantil	1	1	1	2	3
Ensino Fundamental	12	4	7	10	11
Ensino Médio	4	2	0	1	1
Ensino Profissionalizante	0	0	2	0	2
EJA	1	5	1	1	1

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Podemos observar que as matrículas de alunos com **deficiência auditiva** na *educação infantil* apresentaram constante aumento, apesar de o número absoluto ser insignificante. Quanto ao *ensino fundamental*, houve uma queda nas matrículas no ano de 2008. Nenhuma matrícula aparece no *ensino médio* em 2009, aparecendo novamente em 2010 e mantendo-se contante em 2011. Há matrícula no *ensino profissionalizante* somente nos anos de 2009 e 2011 e, em relação ao *EJA*, podemos notar um elevado número de matrículas em 2008.

Por fim, podemos notar que durante todo o período estudado, os alunos com deficiência auditiva encontravam-se em sua maioria no ensino fundamental.

³⁵ Entende-se por Etapa de Ensino as “Categorias em que as modalidades são oferecidas” (Para análise, foram agrupadas as etapas referentes a Educação Infantil (alunos até seis anos), Ensino Fundamental (Atende alunos da 1ª a 8ª série e do 1º ao 9º ano), Ensino Médio (Última etapa da Educação Básica), Ensino Profissionalizante (Oferece cursos de Educação Profissional) e Ensino de Jovens e Adultos (Atende jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental/Médio na idade correta).(Fonte: Mec/Inep. Caderno de Instruções: 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011).

Tabela 10- Porto Ferreira: matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência visual pela etapa de ensino - 2007 a 2011

Etapa de ensino	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Educação infantil	0	1	0	1	0
Ensino Fundamental	10	8	8	7	8
Ensino Médio	0	0	2	3	2
Ensino Profissionalizante	0	0	0	0	0
EJA	0	0	0	0	1

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Em relação às matrículas de alunos com **deficiência visual**, podemos notar que na *educação infantil* aparece apenas uma matrícula nos anos de 2008 e 2010. As matrículas no *ensino fundamental* diminuem durante todo o período estudado, representando 100% das matrículas em 2007 e 87% em 2011. No *ensino médio* aparecem matrículas a partir de 2009. Não houve matrícula no *ensino profissionalizante* de alunos com deficiência visual e no *EJA* aparece apenas uma matrícula no ano de 2011. Aqui também notamos a predominância das matrículas do ensino fundamental.

Tabela 11- Porto Ferreira: matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência física pela etapa de ensino - 2007 a 2011

Etapa de Ensino	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Educação infantil	0	0	1	8	14
Ensino Fundamental	5	2	3	25	18
Ensino Médio	0	1	2	2	3
Ensino Profissionalizante	0	0	0	0	0
EJA	0	1	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

No ano de 2007, todos os alunos com **deficiência física** estavam matriculados no *ensino fundamental*. As matrículas de alunos com deficiência física na *educação infantil* aparecem no ano de 2009 e se mantêm em constante aumento. O *ensino médio* apresenta um aumento de 8,34% de 2008 para 2009. O EJA aparece somente em 2008. Bem como a deficiência visual, a deficiência física não apresenta matrículas na etapa ensino profissionalizante e há concentração de matrículas no ensino fundamental, apesar do significativo aumento na educação infantil

Tabela 12- Porto Ferreira: matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência mental pela etapa de ensino - 2007 a 2011

Etapa de ensino	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Educação infantil	3	17	3	13	54
Ensino Fundamental	111	69	107	116	104
Ensino Médio	0	0	0	0	1
Ensino Profissionalizante	0	0	0	0	0
EJA	0	26	2	1	10

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Em relação à **deficiência mental**, podemos notar que as matrículas na *educação infantil* diminuem no ano de 2009, mas que voltam a subir nos anos seguintes, ao contrário do que acontece no *ensino fundamental*, no qual houve um aumento de matrículas no ano de 2010 e queda no ano seguinte. Somente em 2011 há registro de matrículas de alunos com deficiência mental no *ensino médio*: uma única matrícula foi realizada neste ano, sendo singular nos anos estudados. Na etapa *EJA* aparecem matrículas somente no ano de 2008, sofrendo diminuição em 2009 e 2010 de respectivamente 21,39% e 1,03%, aumentando, em 2011, 5,14% . Há um predomínio das matrículas de alunos com deficiência mental no ensino fundamental, seguido de ensino infantil e no EJA

A partir desta análise das etapas de ensino em que estão matriculados os alunos com deficiências no município de Porto Ferreira, nos anos de 2007 a 2011, podemos concluir que na etapa de ensino *educação infantil* as únicas matrículas foram de alunos com

deficiência auditiva e deficiência mental e que as demais crianças com deficiências encontravam-se em suas casas enquanto deveriam estar na escola.

O *ensino fundamental* é o que contempla o maior número das matrículas de alunos com deficiências, sendo observadas matrículas em todos os anos. Nenhuma matrícula de alunos com deficiência foi efetuada no *ensino médio* no ano de 2007, sendo que a **única** matrícula realizada por um aluno com deficiência mental nesta etapa de ensino foi em 2011: este dado vai de encontro aos achados do IBGE (2000) no qual nos alunos com deficiência mental apresentam menores taxas de alfabetização. Somente a deficiência auditiva apresentou matrículas no *ensino profissionalizante* e, na etapa *EJA*, houveram matrículas de alunos com deficiências a partir do ano de 2008, sendo que os alunos com deficiência visual aparecem matriculados apenas em 2011, também com uma **única** matrícula.

A seguir mostraremos como estavam distribuídas as matrículas totais de alunos com deficiências no município de Porto Ferreira dentro das modalidades de ensino, no período de 2007 a 2011.

Tabela 13- Porto Ferreira: Matrículas totais na educação básica de alunos com deficiências pela modalidade de ensino - 2007 a 2011

Ano	Modalidade de Ensino		
	Ensino Regular	Educação Especial	EJA
2007	30	116	1
2008	29	106	2
2009	45	91	3
2010	43	144	3
2011	85	135	12

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Podemos concluir que, durante todo o período estudado a modalidade **educação especial** foi responsável, de maneira geral, pela maior porcentagem de matrículas dos alunos com deficiências. Pensando que, no município de Porto Ferreira não há classes especiais desde 1999 e que a única escola exclusivamente especial é a APAE, então os alunos estavam, ainda em 2011 sendo escolarizados no espaço segregado, o que vai contra toda a luta por igualdade de direitos que tanto almeja o movimento social da pessoa com deficiência, e vai de encontro às políticas públicas desenvolvidas pelo próprio município.

E, tentando compreender como era o atendimento dos alunos com deficiências que estavam matriculados na modalidade especial nas escolas municipais, obtivemos a seguinte resposta:

“No censo nos tínhamos sete (preciso buscar essa informação certinho) salas de educação especial funcionando fora do prédio. Eram todos cadastrados, vinculados aqui ao Sud Menucci³⁶, só que funcionava fora do prédio. Onde elas funcionavam: na APAE. Então se fez um convênio com a APAE de concessão de espaço. Então as professoras eram da prefeitura, mas atuavam lá, sob a direção de lá. Ou seja: ficou tudo do mesmo jeito³⁷, só que vinha recurso financeiro para a prefeitura custear essas professoras, vinha pelo Fundef” (P11)

(...) Mas eles³⁸ queriam o dinheiro, então agora a gente manda o dinheiro, mas todos as professoras que trabalhavam lá saíram, e agora estão trabalhando nas Salas de Recursos Multifuncionais. Nas rede nós não temos mais salas especiais de educação especiais... Temos Salas de Recursos Multifuncionais, que nos chamamos de Atendimento Educacional Especializado”(P11)

Para complementar os dados da tabela anterior apresentaremos os dados de matrículas de alunos com deficiências na cidade de Porto Ferreira, enfatizando cada deficiência separadamente, as modalidades de ensino e as dependências administrativas das escolas.

³⁶ Escola municipal de ensino fundamental

³⁷ A participante se refere ao fato de os alunos continuaram a ser atendidos em classes exclusivamente especiais, entretanto dentro da APAE

³⁸ A participante se refere aos diretores da APAE

Tabela 14- Número de matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Porto Ferreira por tipo de deficiência, dependência administrativa e modalidade de ensino - 2007 a 2011

Ano	Dependência Administrativa	Ensino Regular				Educação Especial				EJA			
		Tipo de Deficiência				Tipo de Deficiência				Tipo de Deficiência			
		DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
2007	Estadual	4	6	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Municipal	4	2	1	10	1	3	0	75	0	0	0	0
	Privada	0	0	0	1	1	6	2	28	0	0	0	0
2008	Estadual	3	4	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0
	Municipal	3	2	1	10	1	2	0	70	0	0	0	1
	Privada	1	0	0	2	1	3	1	28	0	0	0	0
2009	Estadual	3	5	2	2	0	0	0	0	0	1	0	0
	Municipal	5	2	3	17	1	0	0	61	0	0	0	2
	Privada	1	0	0	5	0	3	1	25	0	0	0	0
2010	Estadual	2	4	4	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Municipal	5	3	5	16	2	0	1	51	0	0	0	2
	Privada	1	0	0	3	1	6	25	58	0	0	0	0
2011	Estadual	4	5	7	3	0	0	0	0	0	0	0	1
	Municipal	4	6	5	46	0	0	0	0	1	1	0	9
	Privada	1	0	0	4	1	6	22	106	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Iniciando pelas matrículas de alunos com **deficiência auditiva**, observa-se que até o ano de 2010 a maior porcentagem de matrículas no **ensino regular** encontrava-se nas escolas *estaduais*. Porém, em 2011, as escolas *municipais* detêm o maior número de matrículas de alunos com deficiência auditiva. A rede *privada* mantém de 2008 a 2011, uma única matrícula.

Quanto a modalidade **especial** de ensino, observa-se que nos anos de 2007 e 2008 haviam matrículas de alunos com DA nas esferas municipais e, a partir de 2009 há apenas matrículas nas escolas *privadas*.

Apenas uma matrícula foi observada na **EJA** em todo período estudado, entretanto, essa matrícula, que anteriormente era efetuada na esfera *estadual* passa em 2011 a estar na *municipal*.

Os dados de matrículas de alunos com **deficiência visual**, na **modalidade regular de ensino** mostram um aumento no número de matrículas de 2007 para 2011, partindo de quatro para nove alunos.

Na rede *estadual e municipal* de ensino houve pouca alteração no número de matrículas nos anos estudados e na dependência administrativa *privada* observa-se uma única matrícula nos anos de 2008 a 2011.

Deste mesmo modo, em relação à modalidade **educação especial**, nota-se que os números mantêm-se distribuídos igualmente entre as dependências *municipal e privada*. Já em 2009, uma única matrícula é realizada nesta modalidade e na dependência administrativa *municipal*. Em 2010 houve duas matrículas de alunos com deficiência visual em escolas *municipais* e apenas um nas escolas *privadas*. Por fim, no ano de 2011 há apenas uma matrícula de alunos com deficiência visual na modalidade especial, que se encontrava nas escolas *privadas*.

Em relação à modalidade **EJA**, observou-se apenas uma matrícula em escola *municipal* no ano de 2011.

As matrículas dos alunos com deficiência física no **ensino regular** mostraram que em 2007 e 2008 a maioria encontrava-se em escolas *estaduais*, passando em 2009 e 2010 apresentar sua maioria nas escolas *municipais*, sendo que em 2011 voltaram a ser em escolas *estaduais*.

Quanto a modalidade **educação especial**, apenas no ano de 2010 houve matrícula na esfera *municipal*, sendo apenas uma. As escolas *privadas* foram responsáveis por todas as matrículas dos alunos com deficiência física nos anos de 2007 a 2009 e 2011, sendo que no ano de 2010, houve um aumento significativo de matrículas: passando de uma para 25 matrículas.

Observa-se também que não há matrículas de alunos com deficiência física no EJA.

As escolas *municipais* detiveram maior número de matrículas de alunos com **deficiência mental** do ensino regular. Quanto à modalidade **educação especial**, tínhamos em 2007 e 2008 o maior número de matrículas também nas escolas municipais; entretanto a partir de 2010, a maior porcentagem de matrículas começa a aparecer nas escolas *privadas*, sendo que em 2011, essa última dependência se tornou-se responsável por todas as matrículas da educação especial. Em relação à EJA, houve, em 2011, um aumento de duas para nove matrículas nessa modalidade, sendo que estas se encontravam principalmente nas escolas *municipais*.

Por fim, em relação à dependência administrativa os achados neste estudo se contrapõem aos resultados do estudo de Prieto (2001), o qual revela que:

A municipalização do ensino fundamental, principalmente após 1995, é o eixo central da política educacional brasileira. Nessa direção, a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) vem defendendo que o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser assumido pelas prefeituras, que deverão investir para que suas escolas contemplem a diversidade humana, inclusive organizando recursos educacionais especiais que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento de toda a demanda escolar que depende dessa educação especial (PRIETO, 2001, p. 01).

A autora aponta ainda que os dados oficiais, divulgados pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC), que retratam a expansão das matrículas na educação especial por dependência administrativa entre 1988 e 1998, mostram que o maior aumento percentual de atendimentos educacionais de alunos com deficiência deu-se na esfera municipal. No entanto, no município estudado as matrículas aumentaram na esfera privada.

A partir dos dados oficiais podemos confirmar que os alunos com deficiências, em sua maioria, sempre foram atendidos pela APAE. Mas, qual o perfil desses alunos matriculados na APAE? Pensando nessa pergunta, analisamos os dados de etapa de ensino e a idade, tentando compreender qual o nível de escolarização e a idade que esses alunos se encontravam matriculados e, para melhor compreendermos esse panorama, faremos a

discussão juntamente com os dados de etapa de ensino e idade dos alunos com deficiências matriculados no ensino regular.

Iniciaremos mostrando algumas tabelas (tabelas 15 a 18) referentes as matrículas os alunos com deficiência, em cada etapa de ensino, comparando os alunos com a mesma deficiência matriculados no ensino regular e na APAE:

Tabela 15- Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com Deficiência Auditiva no ensino regular e na educação especial por etapa de ensino: 2007 a 2011

Ano	Etapa de Ensino									
	Educação Infantil		Ensino Fundamental-ciclo I		Ensino Fundamental - ciclo II		Ensino Médio		Ensino Profissionalizante	
	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial
2007	1	0	1	0	2	0	4	0	0	0
2008	1	0	1	10	2	0	2	0	0	0
2009	1	0	3	3	1	0	0	0	2	0
2010	0	0	3	6	3	0	1	0	0	0
2011	0	0	4	3	4	0	1	0	1	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Quanto ao **ensino regular**, a deficiência auditiva foi a única deficiência estudada no qual apareceram matrículas no ensino profissionalizante, sendo esta aparece no ano de 2009 e 2011. O ensino fundamental – ciclo I apresenta constante aumento no número de matrículas, enquanto no ensino médio ocorre o processo inverso: diminuição de matrículas, sendo que no ano de 2009, não foi efetuada nenhuma.

Não houve nenhuma matrícula de aluno com DA na **educação especial** no ano de 2008. Em 2007, 2009 e 2010 todas as matrículas foram efetuadas no ensino fundamental – ciclo I e em 2011 o número de matrículas se dividiu de maneira igual entre a educação infantil (que aparece pela primeira vez nessa modalidade de ensino) e ensino fundamental- ciclo I.

Tabela 16- Porto Ferreira: Número de matrículas na educação básica de alunos com Deficiência Visual no ensino regular e na educação especial por etapa de ensino: 2007 a 2011

Ano	Educação Infantil		Ensino Fundamental- ciclo I		Ensino Fundamental - ciclo II		Ensino Médio	
	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial
2007	0	0	2	2	6	0	0	0
2008	1	0	1	2	5	0	0	0
2009	0	0	3	1	4	0	2	0
2010	1	0	3	2	1	0	3	0
2011	0	0	4	1	3	0	2	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Podemos observar matrículas de alunos com deficiência visual, **no ensino regular**, em todas as etapas de ensino nos anos estudados, sendo que uma única matrícula na educação infantil aparece somente nos anos de 2008 e 2010; enquanto houve um aumento de matrículas no ensino fundamental- ciclo I houve diminuição de matrículas no ano seguinte. Matrículas no ensino médio aparecem a partir de 2009.

Tabela 17- Porto Ferreira: Número de Matrículas na educação básica de alunos com Deficiência Física no ensino regular e na educação especial por etapa de ensino: 2007 a 2011

Ano	Etapa de ensino							
	Educação Infantil		Ensino Fundamental- ciclo I		Ensino Fundamental - ciclo II		Ensino Médio	
	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial
2007	0	0	0	2	3	0	0	0
2008	0	0	0	0	1	0	1	0
2009	1	0	1	1	1	0	2	0
2010	3	0	4	24	0	0	2	0
2011	2	12	5	11	2	0	3	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Quanto a **educação especial**, em todos os anos só houve matrículas no ensino fundamental – ciclo I

A porcentagem de matrículas de alunos com deficiência física dentro de cada etapa de ensino variou na modalidade **ensino regular**. No ano de 2007, todas as matrículas de alunos com deficiência física foram efetuadas no ensino fundamental – ciclo II. Já no ano seguinte, as matrículas dividiram-se entre o ensino fundamental II e o ensino médio. Nos anos de 2009 e 2011, observamos matrículas na educação infantil, no ensino fundamental - ciclo I e II e no ensino médio, sendo que no primeiro ano a maior porcentagem das matrículas no ensino médio e em 2011, a maior porcentagem encontra-se no ensino fundamental - ciclo II,

Não houve nenhuma matrícula de aluno com DF na **educação especial** no ano de 2008. Em 2007, 2009 e 2010 todas as matrículas foram efetuadas no ensino fundamental – ciclo I e em 2011 o número de matrículas se dividiu entre a educação infantil (que aparece pela primeira vez nessa modalidade de ensino) e ensino fundamental- ciclo I.

Tabela 18- Porto Ferreira: Número de Matrículas na educação básica de alunos com Deficiência Mental no ensino regular e na educação especial por etapa de ensino: 2007 a 2011

Ano	Etapa de ensino							
	Educação Infantil		Ensino Fundamental- ciclo I		Ensino Fundamental - ciclo II		Ensino Médio	
	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial	Regular	Ed. Especial
2007	3	0	6	103	2	0	0	0
2008	2	16	9	57	2	0	0	0
2009	3	0	12	86	7	0	0	0
2010	2	0	8	109	9	0	0	0
2011	1	53	12	36	39	7	1	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

As matrículas de alunos com deficiência mental no **ensino regular** encontravam-se até 2009 em maior porcentagem no ensino fundamental – ciclo I e, a partir de 2010, este quadro se altera, ficando o ensino fundamental – ciclo II com a maior porcentagem das matrículas. Podemos observar também, a queda do percentual de matrículas na educação básica. E, em relação ao ensino médio, apenas uma matrícula é efetuada e esta foi realizada no ano de 2011.

A educação infantil aparece na modalidade **educação especial** em 2008 e 2011, sendo que nos anos de 2007, 2008 e 2010 todas as matrículas foram efetuadas no ensino fundamental – ciclo I. Em 2011 aparece pela primeira vez alunos com deficiência mental na modalidade educação especial matriculados no ensino fundamental – ciclo II.

Com esta análise, podemos concluir que os alunos com deficiências matriculados no ensino regular atingem etapas de ensino mais avançado, como o ensino médio, sendo observadas matrículas de todas as deficiências nesta etapa. Quando comparamos com as matrículas na educação especial, observamos que a maioria dos alunos estavam no ensino fundamental- ciclo I e raros os que são encontrados no ensino fundamental ciclo II.

A tabela abaixo apresenta a idade dos alunos com deficiência dentro de cada etapa de ensino, matriculados no ensino regular (Tabela 19) e na educação especial (Tabela 20) ³⁹.

-

³⁹ As idade e etapas não apresentadas na tabelas significam ausência de matrículas.

Tabela 19- Porto Ferreira: Número de Matrículas de alunos com DA, DV, DF e DM, pela idade e etapa de ensino na modalidade Ensino Regular – 2011

Deficiência	Idade	Etapa de ensino													
		Creche	1o ano	2o ano	3o ano	4o ano	5o ano	6o ano	7o ano	8o ano	9o ano	1o Ensino Médio	2o Ensino Médio	3o Ensino Médio	Subsequente*
Auditiva	7 a 9	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 a 12	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	13 a 15	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
	16 a 18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
	19 a 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	25 a 27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Visual	4 a 6	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	13 a 15	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	16 a 18	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-
	19 a 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Física	4 a 6	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7 a 9	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-
	13 a 15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
	16 a 18	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Mental	0 a 3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7 a 9	-	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	6	12	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-
	13 a 15	-	-	-	6	4	8	-	-	-	-	-	-	-	-
	16 a 18	-	-	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
19 a 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

* Etapa Subsequente= Oferece educação profissional a alunos que concluíram o ensino médio

Tabela 20- Porto Ferreira: Número de Matrículas de alunos com DA, DV, DF e DM, pela idade e etapa de ensino na modalidade Educação Especial - 2011

Deficiência	Idade	Educação Especial		
		Pré escola	1o Ano	4o ano
Auditiva	7 a 9	2	-	-
	13 a 15	1	-	-
	19 a 21	-	-	1
	25 a 27	-	-	1
	34 a 36	-	-	1
Visual	16 a 18	-	-	1
Física	4 a 6	4	-	-
	7 a 9	5	-	-
	10 a 12	1	-	-
	13 a 15	2	-	1
	16 a 18	-	-	3
	19 a 21	-	-	3
	22 a 24	-	-	2
	28 a 30	-	-	1
37 a 39	-	-	1	
Mental	4 a 6	9	-	-
	7 a 9	16	4	2
	10 a 12	8	3	3
	13 a 15	13	-	4
	16 a 18	5	-	10
	19 a 21	-	-	8
	22 a 24	-	-	8
	25 a 27	-	-	2
	28 a 30	-	-	4
	31 a 33	-	-	3
	37 a 39	-	-	2
40 a 42	-	-	1	

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Os dados referentes a Educação Especial, ou seja, referentes a APAE, nos mostra alunos com ate 18 anos na pré-escola e com ate 40 anos no 4º ano do ensino fundamental. Isso nos faz refletir, novamente, sobre o conceito de escola desta instituição.

3.2 Análise das políticas públicas desenvolvidas no município de Porto Ferreira

Iniciaremos agora a análise das políticas públicas desenvolvidas no município estudado. O conceito de Educação utilizado neste trabalho refere-se a educação escolar que se desenvolve predominantemente por meio do ensino em instituições próprias. (LDB 9394/96, artigo 1º)

Para melhor compreensão, o período estudado foi dividido em três momentos: de 1972 a 1996; de 1997 a 2003 e de 2004 a 2011. A justificativa para a escolha desses períodos é que em 1972 é fundada a APAE de Porto Ferreira; em 1997 cria-se o Conselho Municipal de Educação e em 2004 é instituído o Plano Municipal de Educação. Segundo Saviani,

A periodização, enquanto uma exigência de compreensão do objeto, é, antes, uma questão teórica que se põe para o historiador ao enfrentar a tarefa de organizar os dados visando explicar o fenômeno que se propôs a investigar.

[...] Do sistema de categorias que ele mobiliza para explicar o seu objeto decorrerá o princípio de periodização que lhe permitirá dar conta das descontinuidades na continuidade dos eventos constitutivos do fenômeno investigado. (SAVIANI, 2010, p. 12)

3.2.1 De 1972 a 1996

Neste período, foram encontradas 16 leis referentes a educação, sendo que dessas, 10 faziam referência a educação geral (sendo apenas uma referente a escolarização dos alunos “excepcionais”), cinco referentes a APAE, e uma é a lei orgânica do município. Dividiremos os dados encontrados em três blocos: um referente a educação, outro sobre a educação especial nas escolas públicas e outro referente APAE.

- Sobre a Educação:

Na década de 70 existiam as seguintes escolas no município de Porto Ferreira:

Quadro 8- Escolas do município de Porto Ferreira pela localização e tipo de escolarização: década de 70		
Nome da escola	Localização	Tipo de Escolarização
Bairro "Bôa Esperança" - Fazenda Santa Mariana	Rural	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série, multisseriada)
Bairro Santa Cruz	Rural	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série, multisseriada)
Fazenda Boa Vista	Rural	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série, multisseriada)

Fazenda Campineira	Rural	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série, multisseriada)
Fazenda Jaraguá	Rural	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série, multisseriada)
Fazenda Maria Aparecida	Rural	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série, multisseriada)
Fazenda Rio Corrente	Rural	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série, multisseriada)
Escola Instituição "Mansão de Jesus"	Rural	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série, multisseriada)
Casa Maternal "Eucharis Fortes Salzano"	Urbana	Educação Infantil
Gesc "Sud Mennucci"	Urbana	Educação Infantil e Fundamental
Gesc "José Gonso"	Urbana	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)
Escola de Comércio "Mário Borelli Thomaz"	Urbana	Ensino Fundamental(1ª a 4ª série)
Escola "Pedrina Pires Zadra"	Urbana	Ensino Fundamental(1ª a 4ª série)
Escola Washington Luis	Urbana	Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e Ensino Médio
Escola Djalma Forjaz	Urbana	Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)
Fonte:Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira		

Observa-se que neste período tínhamos oito escolas rurais e que, 40 anos após não encontramos nenhuma, apesar da área rural ter grande importância para a economia da cidade.

Em relação à merenda escolar, esta aparece pela segunda vez nos documentos oficiais no ano de 1983 (o primeiro documento encontrado relacionado ao pagamento de merenda escolar data de 1960, com a lei 340). Destinava-se a firmar convênio com a Secretaria do Estado de São Paulo objetivando a “coordenação e conjugação de esforços no desenvolvimento de um ‘Programa de Merenda Escolar’ destinado aos estudantes de 1º grau do município” (Lei Municipal 1.345/1983, artigo 1º). Em 1986, a prefeitura de Porto Ferreira celebra um convênio com o Ministério da Educação com o objetivo de desenvolver o “Programa de municipalização da Merenda escolar” Municipal 1.464/1986). Um termo aditivo a esta lei é firmado em 1989 com o intuito de desenvolver atividades como merenda escolar, transporte, material de apoio e outros (Lei Municipal 1.612/1989). Estes foram os únicos documentos encontrados que se relacionavam com a merenda escolar no município de Porto Ferreira.

Em 1987, a lei 1.518 descreve sobre o convênio entre o Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal, “conforme o Programa de Municipalização e Descentralização do Pessoal Administrativo das Escolas da Rede Pública Estadual, objetivando a conjugação de esforço no sentido de dotar as referidas Escolas do Município de escriturários, inspetores de alunos e serventes”, No ano seguinte, a lei 1.522 descreve sobre a “implementação de medidas para a municipalização da Educação Pré-Escolar” (Lei 1.522 de 1988, artigo 1º, Porto Ferreira)

A prefeitura do município firma dois convênios com o Ministério da Educação no ano de 1989. O primeiro destinou a verba para a construção de salas de aulas e o segundo para a construção de uma quadra coberta. (Leis municipais, 1.606 e 1.607 respectivamente, de 1989)

Na lei orgânica do município, de 1990, Capítulo II, Seção I, no inciso I descreve sobre “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”.

Em 1995, aparece pela primeira vez nos documentos oficiais, a intenção dos órgãos públicos municipais auxiliarem os trabalhadores públicos do município que estudam fora da cidade. A lei 1.940 relatava que “Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder aos Servidores Públicos Municipais em atividade, matriculados e frequentes em cursos de nível médio profissionalizante ou cursos universitários, em estabelecimentos escolares sediados fora do Município de Porto Ferreira, ajuda financeira correspondente a até 20% das despesas decorrentes de mensalidades escolares e de transporte coletivo”. (Lei municipal 1.940/1995). Fica explícito a intenção da prefeitura de qualificar seus empregados.

- Sobre a Educação Especial nas escolas públicas:

Em 1973, a lei municipal 1.080 dispõe que “as escolas rurais, as classes de educação infantil e as classes de excepcionais, mantidas pelo município, deverão seguir aos programas adotados pelo Estado, obedecendo a sua fiscalização e orientação”. Sobre a formação dos professores que poderão assumir as denominadas “classes de excepcionais”, o Artigo 13º desta lei afirma que

“[...] o município deverá manter classes de excepcionais ou designar professores para regência das mesmas em instituições já existentes”

§1º- O interessado ao exercício dessa função deverá possuir conveniente especialização comprovada por diploma de condução de curso em estabelecimento oficial ou reconhecido

§2º- No caso de inexistência de professores com os requisitos exigidos no § anterior, os candidatos deverão apresentar declaração de treinamento intensivo adequado, com duração mínimo de 3 meses, em classes mantidas por APAEs” (Lei Municipal 1.080/1973, Artigo 13º)

Em 1975 a prefeitura de Porto Ferreira adquiriu um terreno, como 7.200 m² e cria uma Escola Municipal Primária para excepcionais, com oito classes. (Lei municipal 1.144 de 1.975). De acordo com uma das participante da pesquisa,

“Nunca teve outra escola em Porto Ferreira para criança excepcional sem ser a APAE. E neste ano que aparece esta lei e o endereço que está nela é referente ao ano que mudamos a sede da APAE para este endereço indicado na lei. Não sei porque que está com este nome de Escola para excepcional... sempre foi APAE!”
(P14)

Entretanto, mesmo funcionando neste endereço, somente em 1978 que a instituição compra da prefeitura este terreno.

- APAE:

Anteriormente a lei 1.037 de 1973, que declarava a APAE como sendo de utilidade pública, nenhuma lei foi encontrada que se destinasse a escolarização dos alunos com deficiências no município.

As quatro leis seguintes referentes à APAE (1.080/1973; 1.229/1978; 1.242/1979 e 1.330/1983) faziam referência a subvenção para a instituição, e a doação de um terreno e um carro para a instituição. Observa-se que desde o início a APAE de Porto Ferreira já recebia incentivo financeiro público para exercer suas atividades.

3.2.2. De 1997 a 2003

Neste período, foram encontradas nove leis referentes à educação geral, criação do conselho municipal de educação e a criação do conselho de alimentação escolar.

Nenhuma legislação referente à escolarização de alunos com deficiências foi encontrada neste período.

As únicas leis que fazem referência a APAE (leis 2.072/1998; 2.181/2000 e 2.229/2001) dizem a respeito a celebração de convênios entre a prefeitura as instituições de assistência social, no qual a instituição também faz parte.

- Sobre a Educação

Em 1997, cria-se o Conselho Municipal de Educação de Porto Ferreira (lei 2.033 de 1997), que tem como um dos seus objetivos fixar as diretrizes da para a organização do sistema municipal de ensino. Fazem parte deste conselho 11 membros, sendo um representante do Poder Executivo, um representante do Poder Legislativo, um representante do Departamento Municipal de Educação, um representante da Delegacia de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, um representante das Mantenedoras das Escolas Particulares de Educação Básica do município, um representante dos professores e especialista da Rede Estadual de Ensino, um representante dos professores e especialistas da Rede Municipal de Ensino, um representante das Associações de Pais e Mestres das escolas municipais, um representante de Grêmios ou Associações de representação Estudantil do ensino fundamental e médio e um representante dos segmentos atuantes da Sociedade local indicado pelos demais membros deste Conselho. Entretanto, de acordo com o participante P6, *“não há um responsável pela Educação Especial no Conselho Municipal de Educação”*. Com isso, pode-se pensar que, ações educacionais voltadas para os alunos com deficiência não são levados para as discussões deste conselho, visto que não há pessoas que levem à tona esta discussão.

Ainda em 1997, o Conselho Municipal da Alimentação Escolar é criado. Este tem como finalidade *“assessorar o Governo Municipal junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental existentes no município”* (Lei municipal 2.029/1997). Em 2001 esta lei sofre alterações, e passa a ter como finalidade:

Artigo 1º - [...] atuar na fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental existentes no município [...]
XIV- acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
XV- zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição [...] (Lei municipal 2.202/2001).

De 1998 a 2003 foram encontradas seis leis que dispunham sobre a concessão de abono aos profissionais do magistério e conveniados do ensino fundamental, Suplência I e II das escolas municipais de Porto Ferreira (Leis municipais 2.098/1998; 2.106/1998; 2.136/1999; 2.225/2001; 2.310/2002; 2.350/2003). Em todas elas é observado um aumento no valor concedido por hora efetivamente trabalhada, iniciando com até R\$0,20 e passando, respectivamente para R\$0,50; R\$1,10; R\$2,50; R\$ 2,50 e R\$ 3,00. Como observado, apenas

nos anos 2001 e 2002 esses valores se mantiveram. Apesar do ano de 2004 ser tratado no próximo item, é importante ressaltar que o último documento oficial encontrado que se referia a este abono foi a lei 2.394 de 2004, que abaixou o valor para R\$2,00.

3.2.3 – De 2004 a 2011

Foram encontradas 27 leis referentes a educação neste período estudado. Destas, uma referia-se a criação do Plano Municipal de educação, duas referiam-se a concessão de abono aos profissionais do magistério e conveniados do ensino fundamental, Suplência I e II, e 24 dizem respeito à subvenção dada pela prefeitura para a APAE.

- Quanto ao Plano municipal de Educação:

Em 2004, a lei 2.366 instituiu o Plano Municipal de Educação. Referente a educação do aluno com deficiência, encontramos no artigo 3, que diz respeito aos níveis de ensino na educação básica, os seguintes itens:

- Educação Infantil: “Proporcionar condições de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais com apoio de auxiliar e monitor, seja na creche ou na escola de educação infantil, bem como adequar os prédios para melhor atendê-las se necessário” (Plano Municipal de Educação, Artigo 3, capítulo I, inciso 12).
- Educação Fundamental: não fala propriamente da educação de aluno com deficiências, mas, em seu primeiro inciso, declara como objetivo “universalizar o Ensino Fundamental no final da 4ª série e/ou ciclo II assegurando que o aluno, esteja de fato alfabetizado, conseguindo ler, escrever e interpretar textos”.
- Ensino Médio: relata como objetivo planejar junto com o Poder Público Municipal, Estadual e Particular um melhor atendimento aos “portadores de necessidades especiais tendo ser vista recente a prática da inclusão destes na rede de Ensino Fundamental sendo que em breve esses alunos atingirão o Ensino Médio [...]”.
- Ensino superior: não aparece nada específico aos alunos com deficiências

Quanto à modalidade de ensino “Educação Especial”, descreve como objetivos oferecer educação básica em todos os níveis e modalidades de ensino para “os educandos portadores de necessidades educacionais especiais”; favorecer e promover a “inclusão escolar/social dos educandos com necessidades especiais”; garantir a continuidade do “apoio técnico e financeiro às instituições particulares sem fins lucrativos com atuação exclusiva em

educação especial” (Plano Municipal de Educação, Artigo 4, Capítulo 4, incisos 2, 5 e 7 respectivamente)

- Sobre a Educação Especial

Em 2005, a lei 2.437 “dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino” e estabelece normas para sua implantação, no qual aparece novamente o direito de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O capítulo 3, inciso III desta lei descreve como sendo objetivo do Sistema Municipal de Ensino “oferecer atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. O artigo 48 diz que “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos à escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos do Art. 77 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96”. Observa-se que, o texto dessa lei municipal iguala-se as diretrizes da LDB 9.394 de 1996.

Quanto às legislações estaduais, a responsável pela Educação Especial nas escolas estaduais do município de Porto Ferreira (P9) relatou que seguem as normas do MEC. Um fato curioso é que a mesma responsável alegou que não há demanda nas escolas estaduais do município para se pedir uma sala de recursos -SR (de acordo com a mesma, se há mais de 2 alunos com deficiência o estado faz o pedido das SR); entretanto, o censo escolar aponta, nos anos de 2008, 2009 e 2010 respectivamente 14, 18 e 12 matrículas nas escolas estaduais: há alguma divergência nos dados! Quando questionada a respeito disso, P9 disse:

“É que a gente tem um cadastro de alunos nosso e nesse cadastro já conta os alunos com Necessidades Especiais. Nós temos aluno surdo, nós temos alunos com deficiência auditiva... Esses alunos são atendidos como? Os alunos surdos são colocados numa lista, só os surdos profundos, por que eles têm direito ao interlocutor. Só que o interlocutor é um profissional escasso. Agora que nós estamos conseguindo um pouco mais, mas eles vêm para cá, fazem o cadastro e a gente atribui. Então por enquanto em Porto a gente não tem nenhum interlocutor, mas assim que surgir..

A gente tem aluno com visão sub-normal, baixa visão... Aí esses alunos eles são.. todo final de ano a escola preenche um formulário dizendo a deficiência do aluno e solicitam livros para o CAP, que é o Centro de Atendimento Pedagógico Especializado que nos orienta. Ai o CAP manda livros ampliados, livros que o Estado tem usado.” (P9)

Algumas Salas de Recursos foram implantadas em 2011 nas escolas municipais de Porto Ferreira. Nenhum dado referente as classes especiais em escolas públicas antes desta data foi encontrado. Segundo a responsável pelo Departamento Municipal de Educação, as classes especiais foram extintas no ano de 1999, junto com a municipalização do ensino. A

partir disto os alunos com deficiências eram cadastrados no Censo Escolar como alunos das escolas municipais, porém eram atendidos na APAE:

“No censo nós tínhamos sete (preciso buscar essa informação certinho) salas de educação especial funcionando fora do prédio. Eram todos cadastrados, vinculados aqui ao Sud Menucci, só que funcionava fora do prédio, lá a APAE. (P11)

No ano de 2011, entraram em funcionamento as primeiras Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), em seis escolas públicas municipais de ensino fundamental. Essas escolas foram as primeiras a receber as salas de recursos pois, de acordo com o censo, são as escolas municipais com maiores números de alunos com deficiência matriculados.

No quadro abaixo apresentamos a distribuição nos alunos com deficiências nessas salas de recursos, no ano de 2011²⁹

Quadro 9- Porto Ferreira: Distribuição dos alunos com deficiências nas Salas de Recursos Multifuncionais: 2011	
Escolas com SEM	Necessidade Educacional Especial Atendida em cada SRM
Total	37 alunos
EMEF "Prof. Agostinho Garcia"	5 Deficiência Mental 1 Transtorno Desintegrativo da Infancia (TDI)
EMEF "Prof. Bráulio Teixeira"	3 Deficiência Mental 1 Transtorno Desintegrativo da Infancia (TDI) 1 Deficiência Múltipla
EMEF do CAIC "Prof João Teixeira"	3 Deficiência Mental 4 Transtorno Desintegrativo da Infancia (TDI) 1 Baixa Visão
EMEF "Profa Nadir Zadra Ribaldo"	1 Deficiência Mental 2 Transtorno Desintegrativo da Infancia (TDI)
EMEF "Profa Ruth Barroso"	4 Deficiência Mental 4 Transtorno Desintegrativo da Infancia (TDI)
EMEF "Sud Menucci"	3 Deficiência Mental 4 Transtorno Desintegrativo da Infancia (TDI)
Fonte: Elaboração própria, de acordo com os dados disponibilizados pelo Departamento Municipal de Educação, Porto Ferreira.	

²⁹ Neste quadro foram utilizadas as nomenclaturas passadas e utilizadas pelo próprio Departamento de Educação

De acordo com no quadro acima, 37 alunos são atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais, sendo 19 alunos com Deficiência Mental, 16 com Transtorno Desintegrativo da Infância, um com Baixa Visão e um com deficiência Múltipla.

Entretanto, em uma outra lista cedida pelo Departamento Municipal de Educação, há 87 alunos com NEE matriculados nas escolas públicas municipais, do primeiro ano a EJA, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 10- Número de alunos com NEE matriculados nas escolas municipais de Porto Ferreira, por série- 2011		
NEE	Número de alunos	Série
Total	87	
Deficiência Mental (52)	10	4o Ano
	9	4a Série
	16	3o Ano
	9	2o Ano
	2	7a Série
	1	1o Ano
	5	EJA
Deficiência Múltipla (07)	1	3o Ano
	2	1o Ano
	1	7a Série
	3	EJA
Baixa visão e Deficiência Visual (04)	2	Eja - 2o Ano
	1	3o Médio
	1	4a Série
Deficiência Auditiva (03)	2	Técnico em Administração
	1	Eja - 6a Série
Deficiência Física (02)	1	1o Ano
	1	4a Série
Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (18)	10	2o Ano
	5	3o Ano
	3	4a Série
Síndrome de Down (01)	1	2o Ano

Fonte: Elaboração própria, de acordo com os dados disponibilizados pelo Departamento Municipal de Educação, Porto Ferreira.

Observa-se que há 50 alunos com NEE matriculados nas escolas públicas municipais, que não estão recebendo atendimento nas Salas de Recursos.

Segundo a responsável pela Educação Especial nas escolas municipais, o critério utilizado para designar quais serão os alunos atendidos nas SRM é o aluno ter laudo médico. Por esse motivo, todos os alunos que migraram da APAE para as escolas municipais estão sendo atendidos nas SRM (todos os alunos que saíram da APAE têm laudo médico).

De acordo a mesma responsável, os profissionais que trabalham nas Salas de Recursos são professores que trabalharam por mais de 20 anos nas salas da APAE. Esses professores não são concursados, e tem em seus currículos somente um curso de Educação Especial de 180 horas.

No ano 2011, os alunos da APAE que foram encaminhados para as escolas públicas municipais, tiveram que fazer uma avaliação, pois, segundo a P11:

“nós começamos a notar que a seriação da APAE não condizia com a nossa seriação. Os alunos matriculados na 3ª série lá, não acompanhavam a nossa 3ª série aqui e acabavam voltando para a APAE. Então, com essa provinha, a gente conseguiu colocar o aluno numa série adequada, tanto que eles não passaram no 1º e 2º ano aqui.”

No Regimento Escolar da APAE de 1983 aparecem os seguintes tópicos referentes ao currículo:

“Artigo 36- O Currículo Pleno dos cursos mencionados no Artigo 4º, terá um parte destinada à Educação Geral e a outra à Formação Especial. §
 §1º- A parte de Educação Geral visará à aquisição de uma base comum de conhecimentos que integrem o aluno no seu ambiente sócio-cultural.
 §2º- A parte de Formação Especial visará a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho.
 Artigo 37- A parte da Educação Geral compreenderá o núcleo comum estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação, os conteúdos expressos no Artigo 7º da Lei no 5692/71, e matéria da parte diversificada, de acordo com as normas do Conselho Estadual de Educação.”(APAE- Regimento Escolar, 1982. Cap.1, Art.3)

A prova aplicada foi a mesma dada aos alunos que pararam de estudar e depois voltavam para a EJA sem histórico escolar: há uma prova com os conteúdos de português e matemática desenvolvidos no primeiro ano, no segundo, no terceiro e no quarto ano. Todos esses alunos fizeram inicialmente a prova com conteúdos do primeiro ano; os que passavam, faziam a prova do segundo ano, até que se determinasse a seriação adequada para o aluno.

3.3 Foco na APAE

Após a análise de todos os dados coletados, concluímos que no município de Porto Ferreira, a APAE foi no período estudado, a responsável pela escolarização dos alunos com deficiências. Portanto, este tópico tem por objetivo apresentar a análise dos documentos

coletados na APAE de Porto Ferreira, bem como das entrevistas, notícias publicadas nos jornais municipais e leis municipais referentes a APAE a partir de cinco eixos temáticos denominados: O conceito de deficiência, APAE x Escola, APAE x Trabalho, APAE x Saúde e APAE x Financiamento.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Ferreira foi fundada em 07 de junho de 1972 (APAE, Ata de Fundação, 1972)

Porém, as discussões para fundar esta instituição tiveram início anteriormente, por meio de um professor chamado Flavio da Silva de Oliveira, que começou a observar que alguns pais de alunos procuravam as escolas da cidade para matricular seus filhos e tinham o acesso negado. Ao observar que isso ocorria em diversas escolas do município, o professor Flavio da Silva Oliveira encontrou-se com o senhor Wladimir Salzano, o qual era seu amigo e empresário da cidade e propôs a fundação de uma APAE no município, com intuito de atender as crianças que não eram aceitas na escola (P1, P3, P4, P13, P14, P15 e P16). Entretanto, em 1974, foi publicado no jornal “O Ferreirense” a seguinte notícia:

O crescente número de excepcionais que sentavam nos bancos escolares dos nossos Grupos, ao lado de crianças normais, impedindo o desenvolvimento mais rápido das atividades pedagógicas, fez com que pessoas ligadas ao Ensino passassem a se preocupar com a fundação de uma APAE em Porto Ferreira. (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “O Ferreirense” datado de 29 de junho de 1974. Grifos meus)

Essa matéria no jornal afirma que os alunos “excepcionais”³⁰ atrapalhavam o trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos tidos “normais” nas escolas regulares.

Não há relatos na Ata de Fundação da instituição referente ao motivo de sua criação.

Em três de agosto de 1973 iniciaram-se as aulas da APAE de Porto Ferreira, com duas professoras e uma diretora. Essas aconteciam em duas salas cedidas pela Casa Maternal “Eucharis Fortes Salzano”³¹, com um total de 39 alunos.

No ano de 1979, aparece no livro de Ata o primeiro relato de reunião no prédio próprio da APAE, local doado em regime de comodato³² pela prefeitura para a APAE. Este passou por diversas construções e reformas e até hoje permanece neste mesmo terreno, atendendo nas áreas da saúde e da educação, pessoas com diversas deficiências e idades.

³⁰ Neste parágrafo foi mantido o termo utilizado na própria matéria divulgada no jornal.

³¹ A casa Maternal funcionava como um orfanato.

³² “O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto” (Código Civil de 2002, artigo 579). “São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.” (Código civil de 2002, artigo 85). Importante salientar que na época que o regime foi firmado com a APAE de Porto Ferreira, o Código Civil que era seguido era o de 1916, sendo que o regime de comodato encontra-se no artigo 1246. Entretanto, a redação de comodato não se alterou de um Código Civil para o outro.

Hoje, a APAE do município de Porto Ferreira localiza-se a Rua Osório Alves, número 107, bairro Porto Novo. Apresenta um espaço físico de 7.200 m², distribuídos em: 17 salas de aulas, uma sala de informática, uma sala para educação física, nove salas para atendimento técnico, sete salas utilizadas pela administração (secretaria, diretoria, telemarketing, sala do presidente, sala de professores), 17 banheiros (06 para funcionários e 12 para alunos (todos adaptados)), dois refeitórios, três cozinhas (uma para funcionários), uma quadra poliesportiva, quatro oficinas, (Oficina Pedagógica I (manhã), Oficina Pedagógica II (manhã), Oficina Ocupacional e Socialização (tarde), Oficina de Preparação para o Trabalho (manhã) e Pré Oficina (tarde)), seis almoxarifados, uma piscina em construção, um salão de festas, um parquinho e uma sala para o médico. No espaço físico há separação, por corredores, da área pedagógica e da área de saúde.

No ano de 2011³³, a APAE de Porto Ferreira tinha em seu quadro 44 profissionais, das mais diversas áreas, sendo: dois motoristas, uma diretora pedagógica, três serventes, uma secretária readaptada, dois auxiliares de escritório, um assessor técnico administrativo, um assistente de administração, uma pessoa responsável pelos serviços gerais, uma mensageira, uma operadora de telemarketing, duas monitoras, três fisioterapeutas, duas psicólogas, uma terapeuta ocupacional, uma fonoaudióloga, uma psicopedagoga, uma assistente social e 19 professoras (o que representa 43% dos profissionais, ou seja, menos da metade do quadro de funcionários é formado pela parte pedagógica)

A instituição era responsável pela remuneração dos seguintes funcionários: 19 professores, duas monitoras (auxiliam os professores), assessor técnico, uma assistente administrativa, uma operadora de telemarketing, duas serventes, uma pessoa responsável pelos serviços gerais e uma mensageira (responsável por receber as doações), além de toda equipe técnica (com exceção a psicopedagoga) . Os demais funcionários (ADI-readaptada, uma servente, dois motoristas, psicopedagoga e a diretora pedagógica) eram remunerados pela Prefeitura.

Cento e quarenta e sete alunos frequentaram a instituição no ano de 2011. Importante ressaltar que este número difere dos dados oficiais disponíveis pelo INEP: de acordo com esses dados, havia 120 matrículas na instituição em 2011.

De acordo com um funcionário, a instalação das primeiras Salas de Recursos Multifuncionais na rede regular de ensino no início do ano de 2011, levou a uma diminuição no número de alunos, que no ano de 2010 eram de aproximadamente 200 alunos. Segundo o

³³ Ano em que a coleta foi realizada.

mesmo funcionário, os alunos que ainda estão matriculados na instituição, são os alunos que apresentam “alguma deficiência grave, o que dificulta a migração para as escolas regulares de ensino”.

O quadro abaixo mostra o número de matrículas da APAE de Porto Ferreira, de acordo com a própria instituição, no ano de 2011, segundo a deficiência.

Quadro 11- Matrículas na APAE de Porto Ferreira segundo a deficiência: 2011	
Quantidade de matrículas	Deficiência
55	Deficiência Intelectual
52	Deficiência Múltipla, Patologias Multifatoriais e autistas
2	Deficiência Auditiva
1	Deficiência Física
35	Não têm laudo médico fechado
Fonte: Elaboração própria, de acordo com os dados disponibilizados pela APAE de Porto Ferreira	

Estes dados também não correspondem aos dados obtidos pelo Censo Escolar, o qual nos mostra que, no mesmo ano haviam matrículas de um aluno surdo, quatro com deficiência auditiva, uma com deficiência física, 82 com deficiência mental, 24 com deficiência múltipla e oito autistas. (Mec/ INEP: Microdados de Censo Escolar, 2011)

A APAE de Porto Ferreira não presta serviços de contra turno aos alunos matriculados na rede regular de ensino, e não há período integral para os alunos matriculados na instituição. Estes últimos recebem o atendimento educacional e o técnico no mesmo período de aula, tendo que, por muitas vezes, se ausentarem da sala de aula para realizar atendimentos de fonoaudiologia, fisioterapia e outros.

Há 10 crianças que recebem somente o atendimento técnico/ambulatorial na instituição. Essas estão esperando por uma vaga na escola da APAE e atualmente não frequentam a rede regular de ensino, pois tem idade inferior a três anos.

A APAE de Porto Ferreira obteve o certificado de Utilidade Pública Municipal no ano de 1973 (Lei municipal, 1.037 de 1973); Utilidade Pública Estadual em 1982 (Lei estadual 3.478 de 1982) e Utilidade Pública Federal em 1993, de acordo com o decreto 91.108.

Não foram encontrados documentos que dizem respeito da filiação da APAE de Porto Ferreira a Federação Estadual e/ou Nacional das APAEs. Entretanto, no site das

Federações das APAEs do estado de São Paulo há menção da APAE de Porto Ferreira como filiada.

A partir dessa breve explanação, iniciaremos a análise dos documentos dentro de cada eixo temático:

3.3.1- O conceito de deficiência.

Em 40 anos de APAE no município de Porto Ferreira, diversos foram os conceitos de deficiência encontrados nos documentos. Em seu primeiro Estatuto, redigido no ano de 1972, observa-se o termo “excepcional” sendo utilizado para todos que apresentassem alguma dificuldade no âmbito educacional ou social:

§único: O termo “excepcional” é interpretado de maneira a incluir crianças, adolescentes e adultos que se desviem acentuadamente para cima ou para baixo do nível dos indivíduos normais em relação a uma ou varias características emocionais, mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação dessas, de forma a criar um problema especial com referencia à sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social. (Estatuto APAE de Porto Ferreira, 1972, Cap1, Artigo 1ºb, p.1).

Observa-se que no segundo e no terceiro estatuto desta instituição, redigido em 1975 e em 1980 respectivamente, a definição de “excepcional” não é alterada. (Estatuto APAE de Porto Ferreira, 1975, Cap. 1b, p.1 e Estatuto APAE de Porto Ferreira, 1980, Cap. 1b,p.1)

Até o ano de 2002 o mesmo estatuto foi utilizado, sendo que em 24 de novembro de 2003 um novo Estatuto é formulado. Neste observa-se a inclusão do termo “Pessoa Portadora de Deficiência”:

§único. Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa Portadora de Deficiência” aquela que se diferencia do nível médio dos indivíduos em relação a uma ou várias características físicas, mentais ou sensoriais, de forma a exigir atendimento especial com referência a sua educação, desenvolvimento, integração e inclusão social. (Estatuto APAE de Porto Ferreira, 2003, Cap1, Artigo 4º, p.3)

Para Mazzotta (1996) a expressão “pessoa portadora de deficiência” tenta diminuir o preconceito da deficiência, destacando o conceito de pessoa.

No estatuto de 2006 (adequado ao Estatuto padrão proposto pela Federação Nacional das APAEs) e no estatuto de 2009 (atualmente em vigor) o termo “Pessoa com deficiência” aparece junto com os termos anteriormente utilizados:

§único. Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa Portadora de Deficiência” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que apresenta perda ou alteração de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade e/ou necessidade que implique em atendimento especial, tendo como preferência sua inclusão social. (Estatuto APAE de Porto Ferreira, 2006, Cap1, Artigo 4ºn, p.4 e APAE, 2009, Cap1, Artigo 5ºn, p.43).

Em 2006 aconteceu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em Nova Iorque. Nessa convenção, o conceito de deficiência é definido como: “Pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.” (Convenção, 2006). Percebe-se que o conceito de “Pessoa com deficiência” presente nos estatutos de 2006 e de 2009 não dialoga com o conceito utilizado internacionalmente.

Não podemos deixar de notar que as diversas mudanças na terminologia podem em alguns casos minimizar os efeitos estigmatizantes da palavra, porém em um quadro educacional não podemos afirmar com esteja ocorrendo melhoria na qualidade de ensino simplesmente com a mudança da terminologia. Segundo Prieto

“Mudanças de denominação podem contribuir para minimizar efeitos depreciativos, que, mais do que revelar a existência de diferenças entre os indivíduos, são, muitas vezes, usadas para justificar a permanência de desigualdades de ordem social, econômica, educacional e outras” (Prieto, 2000, p.99)

As confusões terminológicas e conceituais aparecem não somente no estatuto de uma cidade do interior paulista: essas confusões são visíveis também na legislação e documentos oficiais nacionais.

Por fim e para além do conceito de deficiência, “ a deficiência parece impregnar-se na instituição como um todo, na medida em que, tanto em nível estrutural , quanto econômico e técnico, o déficit se apresenta como elemento mediador” (D’ANTINO, 1998, p.49)

3.3.2- APAE x Escola

“Então, começou assim: seu Flávio começou a perceber que as escolas estavam tendo assim, pais que procuravam as escolas com as crianças e não conseguia matricular... que hoje tem inclusão, naquela época não tinha!” (P15)

Como já dito anteriormente, a APAE de Porto Ferreira foi idealizada pelo professor Flavio da Silva Oliveira, que observou que os pais de crianças com deficiências tinham dificuldade para matricular seus filhos nas escolas regulares do município. Este se reuniu com o empresário da cidade, senhor Wladimir Salzano e mais algumas professoras e decidiram começar algumas iniciativas para a fundação de uma escola para esses alunos que não eram aceitos nas escolas regulares.

O primeiro passo foi realizar um mapeamento das crianças que possivelmente seriam atendidas pela instituição. A primeira diretora da instituição, juntamente com as

professoras começaram a divulgar o nome da APAE, indo a cada escola e conversando com os diretores e professores. Em alguns casos as próprias professoras ficavam sabendo de alguma criança e iam até a casa da mesma para conversar com os pais:

“Então, nós íamos às escolas, de classe em classe, o professor dava a lista, fulano, fulano que tem mais dificuldade. E nós íamos nas casas. Então nós sabíamos, naquela casa tem uma criança que tem um problema com deficiência física, que não tem condições de ir para a escola. (...) Tinha pais que punha a gente pra fora.. Porque onde se viu, porque APAE naquele tempo era assim, escola pra louco.. então aos poucos que as pessoas foram entendendo na realidade o que era a APAE. Mas foi um trabalho assim, muito lento, muito vagaroso, sabe? Logo que a gente começou a ir nas reuniões, já começamos a ir nas escolas...” (P15)

“Então, essa parte aí que depois eu fui divulgando nas escolas. Eu fui de classe em classe de escolas divulgar o nome da APAE, que nos estávamos atendendo. Conversei com professores, com os diretores das escolas. Quem eles tinham para encaminhar e aí quando eles achavam "esse aluno seria um caso", eu ia na casa da família, conversava com os pais, explicada o que era a APAE, que atendimento que ia ser dado, tudo isso. De um em um. Foi catado de um em um”.(P21)

“Então, eu acho que foi divulgado né, e as pessoas que tinham... porque eram os pais que tinham contato, que tinham filhos excepcionais, eram esses que já frequentavam a APAE de Pirassununga, e aí foram falando um pros outros... a gente queria em idade escolar...” (P16)

As falas revelam que as matrículas na APAE foram inicialmente de alunos que já frequentavam o ensino regular, mas eram identificados como “alunos problemas” e com alunos que moravam em Porto Ferreira, mas *“eram transportados para Pirassununga, onde recebiam atendimento na APAE deste município.” (P15)*

Até este momento, a APAE não tinha sede: as reuniões e as primeiras ações referentes ao atendimento dos alunos aconteciam na sala da casa do senhor Wladimir Salzano. Segundo relatos, nesse período os alunos não recebiam atendimento escolar:

*“Mas começou na casa do Nenê Salzano³⁴, na sala da casa do Nenê Salzano. Lá a gente fazia as reuniões, a gente dava aula, tinha meia dúzia de crianças, mas **a gente cuidava, porque não dava aula neh?** Cuidava né, porque eram crianças com deficiência. Porque quando nós começamos a APAE tinha muita criança não com dificuldade em aprendizado. Nós tínhamos muitas crianças com Síndrome de Down e crianças com deficiência física. Nós tivemos muito com DF, da gente ter que pegar no colo. Aí depois que começaram a aparecer as crianças com deficiência de aprendizado, que aí as escolas começaram a encaminhar.” (P15, grifos meus)*

*“Na época nós achávamos que eles não tinham condições de ser alfabetizados, e ser encaminhados para a escola comum. Na época era aquela mentalidade de que não ia aprender. Assim... quer dizer, ele ia ser alfabetizado, mas a longo prazo, e que a gente ia tirar dele o máximo. (...) **Na época era... assistencialista!** Porque, a gente não tinha ainda o foco certo. Mas só que a maior parte era aluno portador de deficiência mental, deficiência física...” (P16, grifos meus)*

³⁴ Nenê Salzano é o apelido que o senhor Wladimir Salzano tem no município

Neste momento fica claro que a instituição tinha cunho assistencialista³⁵. Alguns questionamentos surgem a partir dessa fala: se a APAE não era educacional, por que as professoras tinham como prioridade crianças em idade escolar? Por que foram atrás das crianças nas escolas?

No primeiro estatuto na instituição, descreve sobre a educação do excepcional:

Para a consecução de seus objetivos a APAE de Porto Ferreira, se propõe a:

- a) Cooperar com as instituições públicas e particulares, empenhadas *na educação* de excepcionais e a incentivar a disseminação das mesmas ou cria-las;
- c) Incentivar *a criação e o aperfeiçoamento de classes especiais em grau primário e secundário*" (Estatuto APAE de Porto Ferreira, 1972, Cap1, Artigo 2º, itens "a" e "c", p.2. *grifos meus*)

Como pode ser observado, no artigo 2º, os itens "a" e "c" descrevem sobre a educação do excepcional, mostrando um interesse no incentivo a educação e mesmo da "criação de classes especiais em grau primário e secundário". Nesse item não podemos afirmar que essa educação diz respeito aos conteúdos clássicos³⁶ ou simplesmente a educação de forma geral. Quanto à criação de salas especiais, fica em aberto se essas salas deveriam ser na própria instituição ou na rede regular de ensino.

Em julho de 1973, foram cedidas três salas na Casa Maternal para que as aulas da APAE iniciassem, atendendo 39 alunos. As classes foram divididas com os alunos "educáveis", os "treináveis" e os "dependentes" que, segundo o regimento Escolar da APAE de 1982 e 1984,

"[...] os termos "Deficientes Mentais Educáveis."e "Deficientes Mentais Treináveis" aparecem definidos como: "Os Deficientes Mentais Educáveis são aqueles que apresentam um índice de desenvolvimento intelectual de metade a ¾ em relação ao desenvolvimento intelectual normal" que permite a eles o "aprendizado mínimo das matérias ensinadas na escola; ajustamento social suficiente para adaptar-se independentemente à comunidade o mínimo de adequação profissional que lhe permitirá manter-se parcial ou totalmente, quando adulta. (APAE- regimento escolar de 1982, Cap II, Art 5º)

.Os Deficientes Mentais Treináveis são definidos como tendo QI de 30/35 a 50/54, o que significa que seu desenvolvimento intelectual está entre um terço e a metade do índice da criança média, não se alfabetizam nem adquirem independência completa em seu ajustamento social e ocupacional podendo, contudo, desenvolver habilidade necessárias aos cuidados pessoais, tornando-se úteis no lar, no trabalho e na comunidade." (idem, Art. 6º) "

A fala da P21 deixa claro quem eram os alunos atendidos em cada classe:

"Os educáveis eram os melhores; um limitrofe, talvez fossem para o estado, para a escola comum. Os treináveis eram alunos também com bastante dificuldades,

³⁵ Não há referência disto na Ata de Fundação.

³⁶ De acordo com Saviani (1991), "clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial" (p. 14), "o clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado" (p. 18)

deficientes. E os dependentes, que eram um número até menor, eram os mais graves da época... E a gente dividia assim.” (P21)³⁷

Dessa forma, em agosto de 1973 iniciaram-se oficialmente as aulas na APAE de Porto Ferreira. A psicóloga Ana Maria Favaro auxiliava as professoras quanto aos testes que deveriam ser aplicados e a partir deste, ajudava na indicação de qual seria a melhor sala para cada aluno.

No final de 1981, os membros da diretoria da APAE de Porto Ferreira sugerem uma mudança no sistema de funcionamento da escola: de Externato para Semi-Internato excepcional, proposta que foi aceita por todos. Não foram encontrados documentos que justificam essa mudança.

No dia 28 de julho de 1982 é publicado no Diário Oficial, a “*Autorização de Funcionamento da Escola de Educação Especial da APAE de Porto Ferreira*”. A APAE de Porto Ferreira, antes apenas instituição, consegue agora, o título de escola. A seguir apresentarei na íntegra os artigos desse documento, que se encontra completo no Anexo 11.

Artigo 1º- Fica autorizado o *funcionamento da Escola de Educação Especial da APAE de Porto Ferreira*, localizada na Avenida 02, nº162, em Porto Ferreira, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede em Porto Ferreira, e inscrita no C.G.C sob nº47.007.471/0001-95.

Artigo 2º- A unidade escolar a que se refere o Artigo 1º ministrará *Educação Infantil e Ensino de 1º Grau, na modalidade Educação Especial, para Deficiente Mentais Treináveis e deficientes Mentais Educáveis*, conforme Plano do Curso³⁸ aprovado.

Artigo 3º- Os responsáveis pela escola ficam obrigados a manter adequados seu Plano Escolar e Regimento Escolar às normas que forem baixadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação e demais instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal nº5692/71

Artigo 4º- *A Delegacia de Ensino de Pirassununga, à qual ficará jurisdicionada a escola*, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria e proporá, em caso de inadimplemento, a cassação da presente autorização, de conformidade com o disposto na Deliberação CEE nº 18/78. (Diário Oficial de 1982, grifos meus)

No primeiro regimento escolar, redigido em 16 de junho de 1982 (12 dias antes da oficialização como escola) observa-se que a Escola de Educação Especial da APAE de Porto Ferreira é uma “instituição civil, de caráter assistencial e educativo, sem fins lucrativos” (APAE- Regimento escolar, 1982, Cap. I, Art.2).

O capítulo 2 deste mesmo documento apresenta os objetivos da escola:

- “I- Oferecer aos alunos excepcionais deficientes mentais educáveis e treináveis, as experiências necessárias a seu desenvolvimento adequado;
- II – Oferecer condições para que a criança deficiente mental possa auto-realizar-se de acordo com suas capacidades;

³⁸ O Plano de Curso e Plano Escolar não foi encontrado nas documentações da instituição.

- III- Oferecer condições para que a criança deficiente mental possa aprender a cuidar de sua higiene, e ser socialmente aceita pela apresentação pessoal;
 - IV- Despertar no educando a consciência e a responsabilidade de sua atuação na comunidade em que vive e a qual participa;
 - V- Acentuar e aprimorar na formação espiritual, a consciência cívica e humanística.”
- (APAE- Regimento escolar, 1982, Cap 2, Art. 3)

Pensava-se nas atividades de vida diária, na atuação na comunidade, na formação espiritual, cívicas e humanísticas, porém, em momento algum aparece a intenção de escolarizar esses alunos. Temos assim, uma instituição que não tem em seus objetivos transmitir o saber sistematizado e consegue o título de escola.

Em uma matéria publicada no Jornal do Porto em 1983, é relatado que a APAE atendia a 100 alunos, em seis classes no período da manhã e cinco classes no período da tarde, contando com 11 professoras e quatro profissionais da saúde: o número de alunos aumentou mais de 200% em 11 anos de fundação da APAE de Porto Ferreira. (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, intitulada “APAE promove festa de 11 anos,” datada de 11 de junho de 1983.).

No ano de 1984, o regimento escolar sofre algumas alterações quanto ao seu objetivo, porém continua claramente sem a intenção de escolarizar:

- I- O desenvolvimento das potencialidades do deficiente mental como elemento de auto-realização;
- II- Preparação para o trabalho;
- III- Despertar no educando a consciência e a responsabilidade de sua atuação na comunidade em que vive e a qual participa” (APAE- Regimento interno, 1984. Título I, Cap 2)

No ano de 1990, o Jornal do Porto publica uma matéria, escrita da diretora da escola da APAE, senhora Lucia Honorato, que continha as seguintes frases:

“[...] Queremos esclarecer que a **APAE é uma ESCOLA**, que dentre os diferentes trabalhos que desenvolve, oferece **treinamento às crianças com deficiência intelectual encaminhados pelas Escolas Comuns do município**. Chegando a nossa entidade, a criança passa por uma equipe especializada sendo avaliada globalmente. Após essa avaliação e comprovação da necessidade de Classe Especial, é organizado um programa especial de acordo com sua necessidade. Terminando o período de Alfabetização, quando o aluno apresenta condições, é transferido para a _____. [...] **Enquanto a criança não apresentar condições de acompanhar as atividades desenvolvidas em classe comum, permanece na especial, com a manutenção dos seus estudos, ate que esteja preparada.** (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, intitulada “Conheça a APAE da sua cidade” datada de 7 de julho de 1990, grifos meus).

Várias questões podem ser abordadas nessa matéria:

- A necessidade de deixar claro para a população de que a APAE é uma escola;

- As “escolas comuns” do município encaminhavam as crianças para a APAE. Porém, se a criança não apresentar condições, ela não voltava para a rede.

No ano seguinte (1991), a APAE atendia a 200 crianças, sendo que 150 com frequentavam diariamente a instituição ou ficavam em sistema de internato, e as demais 50 recebiam atendimento de saúde dentro da instituição, mas não faziam parte do quadro de alunos. O quadro de funcionários contava com 29 profissionais: uma diretora e coordenadora pedagógica, 20 professoras, e oito profissionais da saúde. (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, intitulado “O amor e a dedicação às nossas crianças” datado de 23 de setembro de 1991).

Três matérias são publicadas nos jornais da cidade no ano de 1994: todas sobre a inauguração do novo prédio (aquele proposto pelo Dr. Neif em 1985). As matérias nomeadas “APAE inaugura no próximo sábado novo prédio que dinamizará seus trabalhos”, “APAE Inaugura seu novo prédio” e “APAE inaugura suas novas instalações” traziam a informação de que o prédio, inaugurado no dia 20 de agosto, possuía “38 cômodos, que abrigam desde o almoxarifado até as salas de psicomotricidade, ambulatório médico, gabinete odontológico, salas de aula, refeitório”. Neste momento, a instituição contava com “cerca de 120 alunos que são atendidos na escola, oficina e ambulatório” (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicações nos jornais “A semana”, “Jornal do Porto” e “Jornal do Porto”, datado, respectivamente de 13, 27 e 29 de agosto de 1994).

Em fevereiro de 1994, uma nova diretora foi cedida da prefeitura para a APAE: a psicopedagoga Elizabeth Aparecida Mazzoneti Tozzato. Nesta mesma reunião cogitou-se a possibilidade de formação de uma classe com crianças de 2 a 5 anos para estimulação precoce: até este momento nenhum documento falava sobre classes de estimulação precoce, aparecendo pela primeira vez nas atas.

Outros projetos também apareceram nos documentos: na reunião de 14 de fevereiro de 1995, o presidente relatou que em abril próximo a instituição receberia uma doação³⁹ de “mais ou menos 13 mil reais” que seriam utilizados para o desenvolvimento de dois projetos: “Projeto D.A” e “Projeto zero a três anos”. O primeiro destinar-se-ia a alunos com deficiência auditiva e exigiria a contratação de uma professora. O segundo estimava-se a crianças de zero a três anos, no esquema de estimulação precoce, e exigiria três monitoras.

³⁹ Não foram encontradas informações sobre quem ou qual empresa teria feito essa doação.

No ano de 1996, é divulgada no “Jornal do Porto” uma matéria que informava que naquele ano 112 “clientes”⁴⁰ eram atendidos:

“Mantemos uma escola de Educação Especial onde nossos alunos são preparados para frequentar a rede pública. Funcionamos em regime de semi-internato onde alguns alunos frequentam a escolaridade (1º grau) pela manhã e à tarde a Oficina Pedagógica e Ocupacional, onde são confeccionados artigos de artesanato, tapeçaria, pintura de panos de prato, reaproveitamento de sucatas e cozinha pedagógica [...]” (Acervo do Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, intitulado “APAE de Porto Ferreira: 24 anos de fundação”, datado de 24 de junho de 1996).

Pela primeira vez, trata-se da preparação dos alunos frequentarem a rede pública de ensino.

Para comemorar os 25 anos de fundação da APAE de Porto Ferreira, o Jornal do Porto publica uma matéria com um breve texto sobre a história dos deficientes, os trabalhos desenvolvidos na instituição, os presidentes, e as contribuições feitas para a APAE. Cento e quarenta e três alunos são atendidos nas mais diversas áreas: “estimulação, escola, educação aos deficientes auditivos, oficina ocupacional e sistema ambulatorial”, contando com profissionais de nível técnico (professores, auxiliares e pessoal de apoio), duas pedagogas, uma professora de educação física e seis profissionais da área da saúde.

“O objetivo maior de reintegrar o deficiente à sociedade vem sendo alcançado ao longo dos anos, graças à crença de algumas empresas que proporcionam emprego, solidariedade e oportunidade aos excepcionais. Crianças que outrora frequentavam a APAE, hoje deixam o centro de educação especial para o convívio dos alunos que frequentam as escolas da rede pública e participam do programa criado pelo Governo Federal ” (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, intitulado “APAE: 25 anos de amor e dedicação”, datado, de 21 de junho de 1997).

Na ata de 11 de fevereiro de 2005, o senhor José Olímpio de Souza, presidente da APAE na data, informou que a escola contava com 168 alunos, em diversas faixas etárias e que não havia lista de espera e que existiam vagas para alunos de zero a seis anos.

No dia 22 de abril do mesmo ano, uma reunião foi realizada com um objetivo específico: a mudança do nome da Escola de Educação Especial da APAE de Porto Ferreira para Escola de Educação Especial “Dr. Neif João”, nome escolhido em votação entre os funcionários, técnicos, professores, voluntários e diretores. O Dr. Neif João é um médico da cidade de Porto Ferreira que desde 1985 engajou-se na APAE com a proposta de construção de um prédio novo para a instituição, reunindo um grupo de empresários da cidade e angariando verbas para a construção do prédio onde até hoje funciona a APAE. Em 26 de

⁴⁰ Termo utilizado na publicação.

agosto de 2005, e escola torna-se oficialmente Escola de Educação Especial “Dr. Neif João”, com a colocação de uma placa na entrada da escola.

Em 2006, o primeiro Regimento Interno é redigido. Este regimento contém normas disciplinares, regras de comportamento e condições de trabalho a serem cumpridas pelo funcionário, além de conter as condutas relacionadas aos associados da instituição.

Ainda em 2006, aparece na ata o projeto “GADA- Grupo de apoio aos deficientes auditivos”. Uma sala de audiometria foi montada para dar suporte a esse grupo. De acordo com informações coletadas nas entrevistas⁴¹, nesse projeto é utilizado um método diferenciado, com uma professora especialista em deficientes auditivos. Atualmente, a sala de audiometria está fora de funcionamento, pois “*não há profissionais, nem verba para mantê-la*” (P9).

Durante as entrevistas, algumas professoras informaram que no ano de 2007, um novo projeto começou a ser desenvolvido na instituição: O projeto PÉTALA (Programa Educacional de Tratamento e Apoio à Pessoa Autista, com Múltipla Deficiência e com Patologias Multifatoriais). A instituição já atendia alunos autistas antes dessa dada, porém não tinha nenhum projeto específico para esses alunos. A partir da implantação desse projeto, um espaço na instituição⁴² ficou destinado somente para esses alunos, e os profissionais começaram a utilizar o método TEACH.

“Então, o setor Pétala ele é um trabalho assim bem diferenciado de uma sala de aula. Trabalha-se com agenda. O aluno necessita saber o que ele vai fazer no dia-a-dia, desde a que ele chega, do bom dia, do café, do cumprimento com os amiguinhos da sala, ele precisa saber. A gente não precisa olhar, ler, o que a gente vai fazer. Mentalmente a gente já sabe tudo, e mentalmente também se a gente deixar se fazer isso não vai desestruturar a gente. O autista ele precisa saber exatamente o que ele vai fazer. Determinada coisa que não conseguiu fazer ele avançar, pode desestruturar, ele pode ficar agressivo. Não é todo caso. Eles precisam de um rotina. Se aquilo lá não for acontecer então...

A gente usa as fichas, o Método Teach, então tem que ver essa ficha. A professora tem que virar a ficha... A professora vira a ficha. Mas isso tem que acontecer naturalmente. Se aquilo não aconteceu, ele não precisa saber que aquilo não aconteceu. Então é um trabalho muito bom, muito bem feito e que o objetivo é acalmar a criança autista, para que ela possa ter uma qualidade de vida melhor.” (P27)

No ano de 2009, a APAE de Porto Ferreira recebe uma nova brinquedoteca, doada pela primeira dama do município. (Acervo do Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicações no jornal “Jornal do Porto”,

⁴¹ Não foi encontrado nenhum documento que oficialize os objetivos e ações este projeto

⁴² A casa onde a APAE iniciou suas atividades quando passou para o prédio próprio foi reformada. No ano de 2011, funcionavam 4 salas somente no período da manhã, que atendiam um total de 18 alunos, com idades entre quatro e 26 anos.

Segundo a atual diretora da escola da APAE, no ano de 2011 haviam 144 alunos matriculados na instituição, distribuídos em 11 turmas: Jardim I e II; 1º ano A e B; 2º ano; 3º ano, GADA; PÉTALA; Pré-Oficina; Oficina Pedagógica I e II; Oficina de Preparação para o Trabalho; Oficina Ocupacional e Socialização além das crianças que frequentam apenas a parte ambulatorial da instituição, sendo matriculadas como alunos.

No Plano de Aulas do ano de 2011, aparecem dois programas de disciplinas: um destinado à educação infantil, ensino fundamental de 1ª a 4ª série e oficina ocupacional e outro destinado ao Ensino Pré- Profissionalizante Básico e Oficina Ocupacional.

Na educação infantil, ensino fundamental e na oficina ocupacional 88,46% das aulas destinam-se aos conteúdos formais, da base comum (português, matemática, história, geografia, ciências, educação física e arte), enquanto somente 11,54% destinam-se para as demais atividades (computação, música, dança, teatro). O mesmo não acontece no EJA-fundamental: Nas três primeiras séries apenas 52% das aulas destinadas aos conteúdos formais, e 48% destinados as demais atividades (Expressão corporal, marcenaria, artesanato, AVD e AVP, culinária, artes plásticas, tapeçaria, cartonagem e ensino religioso). Não foi compreendido o motivo, mas na última série, essa porcentagem sofre uma alteração: 56,8% das aulas são destinadas aos conteúdos formais e 43,2% destinados as outras atividades.

Com isso, concluímos que, para o aluno estar matriculado na EJA, significa que ele já passou para a escolarização e não conseguiu assimilar os conteúdos, logo, ele irá fazê-lo na EJA. Partindo dessa ideia, podemos concluir que os alunos da EJA da APAE passam menos tempo tendo os conteúdos clássicos do que os alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental e que, se este aluno que esta na EJA passou pela escolarização inicial na APAE os conhecimentos transmitidos no ensino fundamental da APAE a esses alunos não estão sendo assimilados, obrigando os alunos a irem para o EJA. Outra questão é passar a chamar de EJA as atividades com adultos para que se possam manter convênios com a Educação.

A partir desse estudo dos documentos e entrevistas relacionados da APAE de Porto Ferreira, passamos a pensar que, diante de toda a movimentação em torno da organização e apresentações para a festa, quermesse, atendimentos na área de saúde e outros qual era o tempo para os conteúdos escolares? Saviani (1991) nos aponta que:

“ [...] fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda a espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimento sistematizado. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado.” (Saviani, 1991, p.16)

3.3.3 APAE X Trabalho

No regimento escolar da APAE, datado de ano de 1984 aparece pela primeira vez à questão no trabalho⁴³ no currículo:

§3º - A preparação para o Trabalho com elemento de Formação Integral do aluno é levado em conta por todos os componentes curriculares, que sejam eles da Parte Comum, quer sejam da Parte Diversificada

§4º- A Preparação para o Trabalho visa à sondagem de aptidões, à oferta de informações sobre o mundo do trabalho e a aquisição de habilidades, hábitos e atitudes para o trabalho.

(APAE- Regimento Escolar, 1984. Título III, Capítulo I)

Em 1990, um jornal municipal publica uma matéria, escrita da diretora da escola da APAE, senhora Lucia Honorato, que descrevia os objetivos da oficina:

[“...] temos a parte de escolaridade (onde a criança permanece temporariamente na entidade); e a Oficina onde aprende o cultivo nas hortas, confecção de trabalhos manuais, aulas de higiene pessoal e de Educação para o lar.” (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira). Publicação no jornal “Jornal do Porto”, intitulada “Conheça a APAE da sua cidade” datada de 7 de julho de 1990, grifos meus).

Com isso conclui-se que as oficinas funcionavam para ensinar aos alunos o cultivo de hortas e confecção de trabalhos manuais. Também para ensino de higiene pessoal e atividades domésticas.

Em 1999, foi realizado “I Encontro das Oficinas”, que contou com a participação de nove entidades da região e teve como objetivo proporcionar a troca de experiências entre os profissionais. (Acervo do Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, intitulado “APAE realiza encontro de oficinas”, datado de 06 de junho de 1999).

Questões relacionadas ao trabalho começaram a se oficializar em 2006, no qual, de acordo com o livro de atas, uma empresa do município chamada MarGirius Continental, requisitou alguns alunos da APAE para trabalharem no setor de produção da empresa. No final desse ano, um projeto denominado “Oficina Protegida” é iniciado na instituição. De acordo com uma professora que trabalhou nessa oficina

“Tinha um trabalho específico de montagem de peças da MarGirius, vinculado a APAE. Eu trabalhei nessa parte lá como orientadora na montagem de peça. Alunos da APAE trabalhavam dentro mesmo lá do prédio, mas com todo o esquema MarGirius: horário de entrada, de saída, postura, quantidade de montagem. E tinha um funcionário, uma funcionária da Margirius que acompanhava esses alunos lá dentro. E eles recebiam! Tudo como seu ele estivessem dentro da empresa.” (P19)

⁴³ Nesta pesquisa utiliza-se o termo de trabalho descrito por Saviani (1991). De acordo com o autor “[...] trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É ,pois, uma ação intencional”(Saviani, 1991, p. 11)

Esta oficina, que funcionava dentro da própria empresa passou, em menos de um ano, a funcionar em uma sala dentro da APAE.

No ano de 2009, a APAE de Porto Ferreira e uma padaria artesanal (doação do Sindicato de Corretores de Seguros e Previdência – São Carlos). Esta última tinha como objetivo desenvolver, nos jovens “atitudes, hábitos e habilidades básicas para um bom empenho ocupacional e/ou profissional” (Acervo do Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, 05 de novembro de 2009).

Fala-se realmente em inclusão social e preparação para o trabalho, mas aparentemente não era isso que acontecia com a empresa dentro da instituição exclusivamente especial.

3.3.4- APAE x saúde

Durante as entrevistas com as primeiras professoras da APAE de Porto Ferreira, todas relataram que no início contavam com o auxílio de uma psicóloga:

“Também tinha uma psicóloga que vinha de Campinas uma vez por semana...” (P17)

“Tinha uma psicóloga que dava as orientações para a gente.” (P16)

“Tinha uma psicóloga de Campinas que passava orientação. Através dessa orientação a gente testava as crianças, mandava pra ela pra poder selecionar as crianças” (P15)

Se a APAE realmente surgiu com o intuito de ser uma escola, qual o motivo para, desde o início, aparecer profissionais da saúde no seu quadro de funcionários?

No ano de 1973, a diretoria contrata uma psicóloga, Ana Maria Fávoro, que já exercia este cargo na APAE da Pirassununga, para trabalhar na APAE de Porto Ferreira. No mesmo ano, surge na ata um relato de que os membros da diretoria prontificar-se-iam em conseguir uma consulta médica e uma consulta odontologia para três alunos. Na mesma ata a senhora Marta Montenegro informa aos membros da diretoria que o médico Américo Montenegro colocou-se a disposição da instituição no Posto de Saúde da cidade e em sua clínica.

Em 29 de junho de 1974, é publicado no jornal “O Ferreirense” em 29 de junho de 1974, uma matéria intitulada “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, contendo o quadro de funcionários da instituição naquele ano: “[...] Além de uma coordenadora, também auxiliam na APAE uma encarregada de fonoaudiologia, uma psicóloga e uma orientadora educacional” (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “O Ferreirense” datado de 29 de junho de 1974. Grifos meus).

No final de 1981, aparece na ata da instituição uma proposta feita pelo fisioterapeuta que dava assistência para a APAE para que a partir de 1982 a APAE não pagasse pelos seus serviços profissionais, ele passaria a atender todas as crianças da APAE gratuitamente, e em seguida usaria o Setor de Fisioterapia como consultório, bem como contrataria um neurologista que atenderia todos os alunos sem cobrança de consulta. Com isso, o setor de fisioterapia começa a funcionar em um prédio no centro da cidade, mantido pela instituição. Em 1983, o setor de fisioterapia que funcionava na cidade é desativado e volta a funcionar dentro da instituição. Segundo a ata, como isso haveria economia de aluguel, energia e imposto. Os médicos que atuavam neste setor seriam recontratados pois “precisamos encontrar uma forma de ser melhor atendidos os pacientes” (Caetano Peripato, diretora da APAE)

Ainda no ano de 1982, o quadro de funcionários da APAE de Porto Ferreira contava com, além de sete professoras, três estagiárias e seis pessoas encarregadas pelos serviços gerais (secretaria, merendeiros, etc.), **seis** profissionais da saúde, sendo uma fonoaudióloga, uma auxiliar de fonoaudiologia, uma fisioterapeuta, uma auxiliar de fisioterapeuta, uma psicóloga e um médico neurologista. Como pode ser observado, após 10 anos de fundação da APAE, aproximadamente 31% do quadro de funcionários já era constituído por profissionais da saúde, sendo os demais compostos por 42% de profissionais da educação e 27% de profissionais ligados aos serviços gerais. Ainda neste ano pode ser observado que o número de profissionais da educação é maior do que os da saúde, porém os segundo já apresentam grande parte no número de funcionários da instituição. (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Quadro de Funcionários da APAE de Porto Ferreira, datado de 09 de junho de 1982).

Onze anos depois, o quadro de profissionais da área da saúde não se altera muito em números, porém na diversidade do atendimento: duas fonoaudiólogas, duas psicólogas, uma fisioterapeuta, uma terapeuta ocupacional, um dentista e um médico dermatologista. (Acervo Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, intitulado “O amor e a dedicação às nossas crianças” datado de 23 de setembro de 1991).

De acordo com as entrevistas, durante a presidência do senhor Walter Ferreira da Silva (2001-2004) os trabalhos de equoterapia iniciaram-se, acontecendo na hípica da Estação Ferroviária Ferreirense:

“A equoterapia... Começou a equoterapia com o Walter... Era aqui na, perto da estação, aonde tem a hípica, era ali. Porque a estação não era usada como é hoje. Então ali tinha a pista deles, ai que eles faziam...Ai eles tinham uma perua. Saia

tudo da gente.. o Walter solicitou uma perua, e a gente conseguiu, nós ganhamos uma perua. E ai essa perua, a prefeitura dava o combustível e motorista que levava essas crianças para a Estação.” (P22)

No ano de 2002, foi publicado no Jornal do Porto matéria “APAE ferreirense propõe terapia usando cavalos”. (Acervo do Museu Flávio da Silva Oliveira, Porto Ferreira. Publicação no jornal “Jornal do Porto”, datado de 05 de janeiro de 2002). No mesmo ano, a indústria MarGirius doa todos os equipamentos da sala de fisioterapia.

Na ata de 12 de janeiro de 2005, encontram-se informações sobre a equoterapia: em parceria com a prefeitura municipal e terceiros, este setor seria reativado. A APAE fornecia os animais e os materiais de montaria, além de uma psicóloga que ficaria disponível oito horas semanais. A prefeitura forneceria os técnicos necessários para o setor. Meio período seria destinado aos alunos da instituição e o outro período para pessoas interessadas. Essas iniciariam na primeira semana do mês de abril.

Em 2006, é instalada na instituição uma sala de audiometria, e em 2007 esta sala é reformada com a colocação de um isolante acústico.

No ano de 2011, a instituição contava com uma assistente social e sete profissionais da saúde: três fisioterapeutas, duas psicólogas, uma fonoaudióloga e uma terapeuta ocupacional.

Apresentarei abaixo um quadro com o resumo as distribuição dos profissionais da saúde, assistência social e da parte pedagógica:

Quadro 12- Número de funcionários da APAE de Porto Ferreira em 1973, 1974, 1982, 1991 e 2011						
Ano		1973	1974	1982	1991	2011
Escola	Direção	1	1	1	1	1
	Professor	3	3	7	20	19
	Coord. Pedagógica	0	1	0	1	0
	Estagiárias	0	1	3	0	0
	Total	4	6	11	22	20
Saúde	Psicóloga	1	1	1	2	2
	Fonoaudióloga	0	1	2	2	1
	Fisioterapeuta	0	0	2	1	3
	Médico	0	0	1	1	0
	Terapeuta Ocupacional	0	0	0	1	1
	Dentista	0	0	0	1	0
	Total	1	2	6	8	7
Assistência Social	Total	1	0	1	1	1

Fonte: Elaboração própria, de acordo com os dados disponibilizados pela APAE de Porto Ferreira e pelo Acervo do Museu Flávio da Silva Oliveira.

Por fim, a presença de profissionais da saúde aparece desde o início da instituição no município, passando por diversas alterações, mas nunca sendo extinta. De acordo com Saviani:

“[...] em nome desse conceito ampliado de currículo, a escola tornou-se um mercado de trabalho disputadíssimo pelos mais diferentes tipos de profissionais (nutricionistas, dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos, artistas, assistentes sociais etc.), e uma nova inversão opera-se. De agência destinada a atender o interesse da população pelo acesso ao saber sistematizado, a escola passa a ser uma agência de interesses corporativistas e clientelistas. E neutraliza-se, mais uma vez, agora por outro caminho, o seu papel no processo democrático”.(Saviani,1991,p.17)

Importante destacar que no caso da Educação Especial isso assume mais um aspecto: a secundarização do pedagógico pela crença na ineducabilidade do aluno com deficiência.

3.3.5 – APAE x Financiamento

Em 18 de maio de 1982, o senhor presidente relata que será realizada uma festa de comemoração aos 10 anos de APAE e que os alunos iriam apresentar “várias poesias, números de ginástica rítmica, jogral e uma música em comemoração aos 10 anos”. O jornal “O ferreirense” pública, em 12 de junho, uma matéria intitulada “APAE- 10 anos de amor e

compreensão”, descrevendo a festa, as apresentações dos alunos, as pessoas que participaram (como prefeito municipal, o vice-presidente da Federação Estadual das APAES, o delegado de educação, alguns vereadores e pessoas ligadas à fundação da instituição).

No documento “Planejamento estratégico descentralizado 2009 – 2011” disponível no site da Federação Nacional das APAE, descreve que :

“Percebeu-se também uma preocupação na eleição de presidentes que facilitariam o acesso ao governo. No regime militar, seu presidente era um Coronel do Exército, que exerceu vários mandatos, em 1969 um deputado federal, na constituinte também, fato que se repetiu por diversas vezes na década de 90 e em 2004. O perfil de dirigente escolhido era de pessoas que pudessem exercer influência política.” (Fenapaes – Planejamento estratégico descentralizado 2009 – 2011)

Logo, é possível compreender a participação de pessoas ligadas à política, no município, nos eventos realizados pela APAE.

Este item destina-se a apresentar as relações entre a APAE e Estado. Nele serão abordados algumas questões como financiamento e parcerias entre o Estado e a instituição privada. Outros temas relacionados com a relação político partidária dos próprios presidentes da APAE e documentos que oficializam a instituição como filantrópica e de utilidade pública também serão discutidos. Ações particulares, como de empresas e pessoas do município no sentido de arrecadar verbas para a instituição também serão apresentados neste item.

Em 02 de maio de 1973, menos de um ano após a fundação da APAE aparece no livro de Atas da instituição uma referência à intenção de que a reunião dos envolvidos na APAE acontecesse na Câmara Municipal. A reunião seguinte, uma semana depois, realmente aconteceu na sala de sessões da Câmara Municipal. Nesta mesma reunião, um dos vereadores presente apresentou um projeto de lei que declararia a APAE de utilidade pública no qual o presidente da APAE disponibilizou-se para levá-lo ao prefeito municipal. Seria solicitada ao mesmo que no orçamento municipal seguinte constasse uma verba destinada à instituição.

Observa-se, neste momento o envolvimento político nas questões reacionadas a APAE. Esse fato fica evidente quando é descrito o interesse em que a reunião fosse realizada no recinto do Plenário, bem como o projeto de lei considerando a instituição como utilidade pública, enviado por um **vereador**.

Na reunião de 19 de maio de 1973, o senhor presidente propôs uma aula inaugural e que fossem enviados convites para as autoridades mais ligadas a APAE e uma propaganda na Radio Primavera tornaria o convite extensivo à população ferreirense. Ficou decidido que as autoridades que receberiam os convites seriam o Juiz de Direito, o Promotor, o Delegado de Polícia, os Diretores de Unidades de ensino, o Rotary, o Lions, o Prefeito Municipal e três senhoras de famílias tradicionais ferreirenses e que eram ligadas a educação: a senhora Maria

Janoni Novazzi, Dolores Gimenez Contreras e a Grizeide Moreschi. Fica claro a intenção dos diretores da APAE do município de manter um vínculo com o poder público municipal, facilitando assim o futuro acesso a esses poderes.

Em 23 de maio do mesmo ano o senhor Wladimir Salzano notificou que um convênio para a merenda de 24 alunos foi firmado e, em 30 de junho é informado que a Prefeitura daria mensalmente um valor a ser destinado ao transporte dos alunos da APAE:

“O senhor presidente iniciou a reunião relatando o que lhe fora incumbido. Tendo entrado em entendimento com a senhora Dolores Gimenez Contreras, chefe do Setor Regional da Campanha Nacional da Alimentação Escolar, informou-nos que foi acertado o convênio para 24 alunos e que o mesmo órgão fornecerá canecas, pratos e talheres necessários.” (Livro de Ata I, reunião do dia 23 de maio de 1973)

“O senhor Arcyr Giaretta Barcellos passou então a relatar que a Prefeitura Municipal de Porto Ferreira fará um doação mensal de Cr\$800,00 que se destinará ao transporte dos alunos da APAE”. (Livro de Ata I, reunião do dia 30 de junho de 1973)

Aqui pode ser observado que, antes mesmo do início das aulas da APAE de Porto Ferreira (que iniciariam em agosto do mesmo ano), a instituição já havia firmado alguns convênios com órgãos públicos.

Na reunião realizada em 31 de julho (data anterior ao início das aulas na Casa Maternal) é citado que a APAE receberá a doação de um terreno próprio para a APAE:

“O Sr. Flavio da Silva Oliveira levou ao conhecimento de todos os presentes que na reunião com o Sr. Prefeito Municipal, para tratar do assunto da aquisição de um terreno, onde será construída a sede própria da APAE, extra-oficialmente, informou a doação de um terreno medindo 17.000 m², situado na Vila Sibila, por parte da Municipalidade.” (Livro de Ata I, reunião do dia 31 de julho de 1973).

Esse terreno será conseguido somente em 1976, fato que será apresentado mais adiante.

Em 1974, na primeira reunião da próxima diretoria, o presidente da instituição fez uma exposição sobre a situação financeira da APAE naquele momento, mostrando que a instituição passava por algumas dificuldades financeiras. Nesta mesma reunião, os membros da diretoria são informados que o prefeito municipal, senhor Dorival Braga doaria a APAE um parque infantil e um veículo, no qual a prefeitura responsabilizar-se-ia pela manutenção.

Em 1979, a instituição se movimentava para arrecadar verbas: realiza de um bingo e um bazar beneficente; participa, com um stand, na Feira Industrial Ferreirense e vende agendas feitas pelos próprios alunos. No final do mesmo ano, o tesoureiro da instituição relata que a condição financeira na APAE de Porto Ferreira apresenta-se boa, com saldo bancário no valor de Cr\$244.000,00. Além disso, o senhor presidente relata que solicitou a 1ª Dama do Estado, através de um ofício, a doação de um micro-ônibus ou uma perua-Kombi para APAE,

assim como a interferência junto aos órgãos públicos para a liberação de algumas verbas solicitadas (não há registros de que verbas são essas e para quais finalidades elas estavam sendo requeridas).

Um crédito no valor de Cr\$53.586,00 foi disponibilizado em 1980 para a instituição, por conta do Fundesp. Nesta data, o tesoureiro propôs que fosse realizado um empréstimo bancário no valor de Cr\$120.000,00 para que se acertassem as folhas de pagamento que se encontravam atrasadas. Neste momento, aparece pela primeira vez nas atas, certa dificuldade financeira da instituição para manter os pagamentos em dia.

No final de 1980, o governador do estado, através de um ofício, autorizou a liberação de uma verba no valor de Cr\$500.000,000 para a instituição, além de um “termo aditivo” de convênio para pagamento de professores. Outras ações referente à liberação de verbas aconteceram neste mesmo período: a secretária da promoção social, através das Conselho Estadual de Assistência Social (C.E.A.S), destinou 440,00 cruzeiros para a instituição adquirir novos equipamentos; a Legião Brasileira de Assistência (L.B.A) firmou convênio com a APAE de Porto Ferreira, liberando 1.000.000,000 cruzeiros para a instituição. Esta última verba recebida destinou-se a compra de equipamentos para alguns os setores da instituição, distribuída da seguinte maneira: 45% para fisioterapia, 18% para alimentação, 12% para as oficinas, 7% para a psicologia, 7% para a fonoaudiologia, 6% para equipamentos da cozinha e 5% para a pedagogia.

Um ano após o relato do tesoureiro da necessidade de se realizar um empréstimo para acertar a folha de pagamento, esta dificuldade aparece novamente: *“ficou acertado que seria feito um empréstimo de Cr\$120,00 junto ao Banco F.Barreto S/A para que se acertassem as folhas de pagamento”*. Dois meses depois, o senhor presidente solicita a todos os participantes da reunião que trouxessem na próxima reunião sugestões para campanhas de arrecadação de fundos, visto que *“a folha de pagamento do pessoal já estava atrasada há dois meses”*.

Em maio de 1981, é solicitado ao C.E.A.S que a verba doada anteriormente para a instituição realizar compra de equipamentos fosse remanejada para o uso com despesas para manutenção *“tendo em vista a grande dificuldade que a entidade vem tendo com a sua manutenção”*. Um mês depois, o presidente da APAE assinou um documento de subvenção no valor de Cr\$500.00,00, dado pelo governo do estado através da secretaria de Promoção Social, destinada à manutenção da instituição.

Em novembro e dezembro do mesmo ano, o presidente da APAE viaja para São Paulo a fim de firmar convênio com os seguintes órgãos: Legião Brasileira de Assistência

(L.B.A), Secretaria da Promoção Social, Secretaria de Educação e Fundação Estadual para o Bem- Estar do Menor (FEBEM). Os valores conseguidos foram os seguintes:

- L.B.A: subsídio único no valor de Cr\$1.400.000,00 destinado a construção do setor onde funcionará a Oficina Pedagógica, e o restante distribuído entre os setores da instituição. Em 1982 um ofício é encaminhado a este órgão solicitando reiteração na verba para esta construção.
- Secretária de Educação: convênio destinado ao pagamento de professores no valor de Cr\$569.712,00. Em 1982 um termo aditivo é assinado no valor de Cr\$364.624,00
- FEBEM: Cr\$380.160,00

Em três de dezembro de 1982 o governador do estado declara a APAE de Porto Ferreira como sendo de “Utilidade Pública Estadual”. Com isso, a instituição conseguia alguns descontos e facilidades.

De acordo com ata de 09 de fevereiro de 1983, o convênio com a FEBEM foi suspenso devido à falta de prestação de conta do CEAS:

“Fomos comunicados que o convênio com a FEBEM estava suspenso temporariamente por motivo de falta de prestação de conta do CEAS, e que somente após a prestação de contas é que seria reativado o mesmo, conforme informações do Dr. Machado, superintendente da FEBEM, Ficou determinado que fossem tomadas providências imediatas para a solução do caso uma vez que desde agosto nos não estávamos recebendo a verba. (Livro de Ata II, reunião do dia 9 de fevereiro de 1983).

Ainda em 1983, algumas providências foram tomadas: a instituição conseguiu junto a Cesp redução de 50% no valor do consumo; o ofício de solicitação de “Certidão de Entidade Filantrópica” e “Utilidade Pública Federal” é encaminhado ao CNSS; e a instituição aguarda a chamada para firmar convênio com o Fundesp, FEBEM e Educação.

As indústrias e o comércio do município são procurados por membros da diretoria da APAE como o objetivo de angariar fundos para o término da construção das oficinas, no qual obtiveram êxito. Além disso, campanhas nas redes bancárias da cidade também ocorreram, fato que gerou uma doação no valor de Cr\$290.000,00 do banco Banespa para a instituição: *“isso ajudará a pagar a folha de pagamentos de fevereiro e resto de janeiro do ano seguinte”*

Um corte nas verbas dos órgãos públicos é relatado novamente na ata de 30 de março de 1985, o que gerou dificuldades para efetuar o pagamento dos profissionais da instituição. Para sanar o problema, um bingo beneficente foi realizado, arrecadando 14 milhões de cruzeiros para a instituição.

Em dezembro de 1985 o presidente da APAE de Porto Ferreira relata que no balanço financeiro deste ano contatou-se que a instituição terminaria o ano sem déficits e em condições de efetuar o pagamento dos funcionários até fevereiro do outro ano, além de estudar as possibilidades de fazer a cobertura na área das oficinas.

Uma quermesse realizada no Clube de Campo das Figueiras⁴⁴, em 1994, contou com participação da instituição que, junto com os alunos, confeccionou o material que foi vendido, sendo que todo o rendimento da barraca destinou-se a instituição. O banco Banespa realiza uma doação a APAE, o que *“possibilitou a construção da rampa de acesso aos deficientes”*.

Em 1995 uma nova diretoria toma posse e traz consigo a intenção de formar um *“Grupo de Mães e um Corpo de voluntários, cujos membros poderiam prestar pequenos serviços de manutenção, campanhas financeiras, apoio ao corpo docente, etc.”*. Na entrevista com o presidente da época, ele contou que o corpo de voluntários realmente se constituiu:

“Tinha um corpo de voluntários. Então eu tinha, por exemplo, eu conversava com um pedreiro, e falava assim “o senhor teria condições de me ajudar se eu precisasse?”, ele dizia “Ooo se eu tenho!”, eu dizia “posso por seu nome, seu telefone?”. Pegava outro, pegava um marceneiro, um eletricista.... Então quando eu precisava de um eletricista eu ia nessa lista. Ligava para um eu to e se esse não podia, eu ia pro outro. Um ia me ajudar [...] Eles não ajudavam com dinheiro, mas com serviço.” (P5)

Na reunião que ocorreu dia 28 de novembro de 1996, o presidente da APAE informa aos presentes a situação financeira da APAE naquele momento:

“a situação financeira da entidade é crítica devido ao atraso no pagamento e também ao cancelamento de convênios da entidade com órgãos públicos federais e estaduais. A entidade, que iniciou o ano com um saldo positivo de cerca de 20 mil reais, hoje não tem verba para o pagamento completo da folha do mês de novembro e também do décimo terceiro, perfazendo ao todo um déficit de mais ou menos 8 mil reais. Esta situação se deve ao fato de: atraso no pagamento da verba no valor de R\$1.024,80 mensais da L.B.A desde o mês de junho; extinção do convênio A.R.E um junho no valor de R\$703,00 pela Secretaria da Criança, Família e Bem-estar Social; diminuição do número de contribuintes da campanha “Adote um aluno da APAE⁴⁵”. Foi concedido pelo C.E.A.S, uma verba de oito mil reais, já publicada no Diário Oficial do Estado, mas ainda não depositada no conta da APAE, sendo esta verba destinada para subvenção e manutenção.” (Livro de Ata III, reunião do dia 28 de novembro de 1996).

Em 2004 os recursos financeiros destinados à instituição vinham de convênios firmados com a Secretaria de Educação do estado, com o MEC (através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e as pessoas portadoras de deficiências- PAED) e

⁴⁴ Clube da cidade.

⁴⁵ Na Campanha “Adote um aluno” o contribuinte doa um valor fixo a instituição, assinando termo de compromisso com a instituição.

Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS). Neste momento, a situação financeira a APAE era estável, com todas as obrigações salariais, encargos sociais e fornecedores em dia.

No ano seguinte, há relatos na ata de que a APAE passava por dificuldades financeiras novamente, pois “*os repasses dos convênios firmados com os governos Federal, Estadual e Municipal não pode ser realizado*”. Não há relatos em nenhum documento referente aos motivos desses repasses não serem efetuados. Para contornar a situação, a instituição entrou em contato com os contribuintes para que aquele mês adiantassem suas contribuições. Um empréstimo ao banco Nossa Caixa foi solicitado e negado, o que ocasionaria a necessidade de entrar em contado com “*entidades e pessoas físicas para conseguir o valor destinado à folha de pagamento*”.

A campanha “Adote um aluno” aparece na ata de 12 de janeiro de 2005. Nesta os membros decidiram que o valor solicitado aos contribuintes dessa campanha passaria de 32 reais para 50 reais, fato que não agradou aos contribuintes, obrigando a instituição a manter o valor anterior. Para angariar verbas para a APAE, alguns novos procedimentos foram sugeridos:

“[...] campanha nas indústrias locais para ser descontado em folha de pagamento a quantia de um real de cada funcionário, em favor da APAE; entrar em contato com pessoas do círculo de amizade de cada membro da entidade para conseguir mais adesões para o ADOTE UM ALUNO.” (Livro de Ata IV, reunião do dia 12 de janeiro de 2005).

Na mesma reunião, é informado que o Prefeito Municipal, Dr. Mauricio S. Rasi reativaria a seção de equoterapia, ficando a prefeitura responsável pelo pagamento dos técnicos necessários e a APAE forneceria os animais, os materiais de montaria e uma psicóloga que ficaria disponível para os alunos da instituição.

Em 22 de março de 2005, o presidente da APAE expõe a situação financeira da APAE:

“O Sr.Presidente informou aos participantes que a situação financeira é muito preocupante pois, a Associação possui em caixa, nesta data, o valor de R\$34.610,00 e existe um saldo a pagar de R\$31.000,00, restando apenas o valor de R\$3.610,00 como saldo , sendo o mesmo insuficiente para efetuar o pagamento de salários aos funcionários da Entidade referente ao mês de março que é pago em abril. O senhor presidente relatou que não gostaria que se repetisse o ocorrido no mês de janeiro pois, para saldar a folha de pagamento referente a dezembro de dois mil e quatro, foi obrigado a efetuar empréstimo no valor de R\$10.000,00 de particulares, além de solicitar aos contribuintes que fazem doações mensais para que antecipassem os valores referentes ao mês de fevereiro, fato que causou constrangimento a vários colaboradores da APAE. Dando prosseguimento ao assunto, o Sr.Presidente informou que, para que fosse efetuado o pagamento do pessoal em fevereiro, referente a janeiro, teve também que recorrer aos membros da Diretoria da Associação, e conseguiu um empréstimo no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), além de precisar fazer uso do valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) que a

Prefeitura Municipal havia repassado à APAE, para pagamento de fisioterapeuta.” (Livro de Ata IV, reunião do dia 22 de março de 2005).

Um dos participantes da diretoria alertou que, para o ano de 2005 os valores referentes à previsão de gastos fossem revisados, visto que “*os valores repassados pela Secretaria Estadual de Educação não estavam sendo suficientes*”.

Na reunião de 20 de junho de 2005, o presidente da instituição apresenta aos participantes a situação financeira da APAE naquele momento, demonstrando que os valores das despesas da instituição ultrapassavam o valor das receitas, fato que obrigou a instituição a efetuar um empréstimo no Banco Nossa Caixa:

“[...] o total das despesas (R\$142.544) ultrapassavam o total das receitas(R\$.119.846) em, R\$22.698 o qual somado ao valor da folha de pagamento de dezembro/2004 – R\$21.258, cujo pagamento ocorreu em janeiro/2005 e, somado aos juros pagos sobre os empréstimos contraídos R\$1.156, nos aponta um saldo negativo de R\$.45.112, fato que obrigou a Entidade a efetuar empréstimo na NOSSA CAIXA no valor de R\$23.883, o qual somado aos valores provenientes das várias campanhas realizadas no semestre - R\$9.601, ainda nos apresenta um saldo negativo de R\$11.628.” (Livro de Ata IV, reunião do dia 02 de junho de 2005).

O senhor presidente prosseguiu informando que novos projetos seriam lançados no semestre seguinte, que seriam amplamente divulgados em imprensa escrita e falada, sendo:

- “Empresa solidária”: empresas que colaborariam com a APAE, assinando um contrato mínimo de um ano, contribuindo com um salário mínimo mensalmente, recebendo no final do ano um diploma de agradecimento;
- “Empresa amiga”: empresas que colaborariam com a APAE, assinando um contrato mínimo de um ano, contribuindo com meio salário mínimo mensalmente, recebendo no final do ano um diploma de agradecimento;
- “Empresa Colaboradora”: empresas que colaborariam com a APAE, assinando um contrato mínimo de um ano, contribuindo com um sexto do salário mínimo mensalmente, recebendo no final do ano um diploma de agradecimento.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) distribuiu R\$6.200,00 para cada uma das entidades beneficentes do município (APAE, Casa do Abrigo, Creche Henrique Roberto João e Fundo Social de Solidariedade), porém a Casa do Abrigo e o Fundo Social repassaram a parte da verba que lhes foi destinada para a APAE.

Em 21 de dezembro de 2005, o tesoureiro da instituição alerta aos participantes que a situação financeira da instituição era preocupante:

“[...] a folha de pagamento de novembro que deve ser paga em dezembro juntamente com a segunda parcela do décimo terceiro salário deve atingir o valor de aproximadamente R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais) e, a folha de pagamento de dezembro que deverá ser paga em janeiro de dois mil e seis deverá ser de aproximadamente R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais), perfazendo um total de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), porém, a APAE possui em caixa em novembro o valor de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais) e, estamos prevendo uma receita do telemarketing para dezembro na ordem de R\$10.000,00 (dez mil reais) e o resultado

do festival de prêmios realizado em onze de dezembro passado deverá ser de aproximadamente R\$5.000,00 (cinco mil reais), perfazendo portanto o valor de R\$43.000,00 (quarenta e três mil reais). Como se verifica a APAE-PF estará apresentando um saldo negativo de aproximadamente R\$7.000,00 (sete mil reais), sem contarmos com as despesas normais com a manutenção da Entidade. O Sr. Devanir informou também que no transcorrer de dois mil e cinco a APAE-PF foi obrigada a recorrer a empréstimos bancários e particulares no valor de R\$66.000,00 (sessenta e seis mil reais) para poder cumprir os compromissos com a folha de pagamento. O Sr. Walmir Toffoli informou que os recursos repassados pela Secretaria da Educação para pagamento dos professores da Entidade só serão liberados a partir do mês de março de dois mil e seis, fato que compromete o caixa da APAE para fazer os pagamentos dos meses de janeiro e fevereiro, havendo grandes possibilidades de termos de recorrer novamente a empréstimos de terceiros.” (Livro de Ata IV, reunião do dia 21 de dezembro de 2005).

Na mesma ata, há a relação dos valores arrecadados nas campanhas realizadas durante o ano e dos projetos que estão em andamento:

- R\$ 22.362,92 oriundos das seguintes campanhas: Festival da Alegria (carnaval), Festival de Pizzas, Festival de Prêmios, Baile de Aniversário, Festa Junina e 1º APAE “Fest Country”.
- Prejuízo no valor de 120 reais na participação da Feife de 2005;
- Adote um Aluno: média do valor mensal – R\$1.212,00
- APAE Exonados: média do valor mensal: R\$714,00
- Telemarketing: média do valor mensal – R\$7.220,00
- Incentivo Imposto de Renda através do CMDCA – valor único: R\$18.600
- Transporte-escolar – valor único: R\$35.000,00
- Convênio com o SUS, referente à Portaria 1635 do Ministério da Saúde – FNDE/MEC, para o pagamento de técnicos que prestam serviços às Pessoas Portadoras de Deficiência e Autista⁴⁶

No final de 2006, o presidente apresentou o “Relatório anual sobre a situação financeira”. Neste relatório está escrito que os recursos financeiros para manutenção da instituição foram recebidos através de convênios firmados com a Secretaria Estadual de Educação e com a Prefeitura Municipal de Porto Ferreira. Para complementar esses recursos à instituição participou e promoveu diversos eventos como jantares dançantes, festival de prêmios, festa junina, barraca no carnaval, campanhas de pizza e pastel, além das arrecadações via telemarketing. Lançou também uma nova campanha, “ação entre amigos”, que tinha por objetivo arrecadar verbas para o pagamento do décimo terceiro salário e férias dos funcionários. Além do convênio com a prefeitura municipal, a mesma efetuava o pagamento de vários professores, serventes e motorista e fornecia a merenda escolar e o

⁴⁶ Termo utilizado na ATA.

transporte dos alunos. Quanto à situação financeira daquele momento, o presidente da APAE de Porto Ferreira expôs que:

“Muito embora os repasses referentes à subvenção que recebemos da Prefeitura Municipal estejam com atraso de R\$28.920,00 conseguimos sanear as finanças da Entidade, tendo apresentado em nossos balanços resultados positivos. Temos uma dívida com o INSS no valor de R\$71.487,72 proveniente de gestões anteriores à nossa, cujo pagamento está sendo efetuado em parcelas a vencer em longo prazo. Nosso saldo depositado nos bancos locais apresenta-se satisfatório e, nossos compromissos com a folha de pagamento e os respectivos encargos sociais bem como o pagamento aos nossos fornecedores estão rigorosamente em dia.” (Livro de Ata V, reunião do dia 8 de novembro de 2006).

Uma nova assembleia Ordinária foi realizada em agosto de 2007, e a situação financeira da instituição demonstrada novamente. Os recursos financeiros para manutenção da instituição foram recebidos através dos convênios com a Secretaria Estadual de Educação, Prefeitura municipal de Educação (que além do convênio, pagava alguns professores, serventes, motorista, e também a merenda e o transporte escolar), verbas destinadas pelo governo federal (PDDE, PAED, SADS). Duas ementas parlamentares no valor de R\$10.000,000 e R\$30.000,00 foram conseguidas atrás de deputados. A verba é complementada com as doações via telemarketing, campanhas “Apaixonados” e “Ação entre Amigos”, e diversos eventos promovidos pela instituição. Há relatos que, muito embora os repasses referentes à subvenção recebida da Prefeitura esteja em atraso, às condições financeiras encontravam-se estáveis.

Em 18 de março de 2008, um fato inédito acontece na APAE de Porto Ferreira: *“Pedido de licenciamento do presidente Antonio Alves Coutinho e do vice-presidente Francisco Henrique Ribaldo Gentil pelo período de cento e oitenta dias para concorrência ao cargo de vereador.”* (Livro de Ata V, reunião do dia 18 de março de 2008).

Outros presidentes e membros da diretoria tiveram ligação político-partidária antes de seus mandatos e até mesmo depois. Porém, este presidente assumiu a diretoria em 1 de janeiro de 2008, e três meses depois pediu dispensa para concorrer ao cargo de vereador. Em 2011 este mesmo presidente distribuiu pela cidade um panfleto nomeado “Antonio Alves Coutinho divulga seu trabalho desenvolvido em três anos de presidência” na APAE. O próprio candidato, relatou na sua entrevista que irá disputar ao cargo de Deputado novamente em 2012:

“Eu faço muita política em Porto Ferreira, mas política limpa, política em benefício ao povo. E várias vezes eu já saí candidato. Então tão pedindo pra mim sair candidato nessa eleição”

Retornando o assunto das verbas, em 12 de setembro de 2008, a APAE recebeu um ofício da Delegacia da Receita Federal, cobrando a instituição do valor patronal do

período de 30/12/2003 a 31/08/2007. Com essa dívida, a instituição perderia a isenção, prejudicando o recebimento de verbas e subvenções. Uma dívida com o INSS também é relatada nesta ata, sendo que o pagamento “*está sendo efetuado em parcelas a vencer em longo prazo*”. Observa-se, portanto, que algumas diretorias não cumpriram com suas obrigações com os órgãos públicos.

As verbas para manutenção da instituição vinham dos mesmos convênios apresentados no ano de 2007, entretanto, nesta ata, o valor veio especificado, sendo:

Quadro 13- Convênios firmados pela APAE DE Porto Ferreira, segundo o órgão, o valor e para o que era destinado: 2008		
Órgão	Valor R\$:	Destinado à:
FNDE-PDDE	3.708,00	50% utilizados em materiais de consumo e 50% com materiais permanentes.
Secretária de Educação do Estado de SP	132.990,00	Manutenção de professores e despesas de manutenção e permanente (conta de energia elétrica, telefone e foram antecipadas as folhas de pagamentos de 2009)
SADS- Repasse Federal	Previsto: 27.000,00 Recebido: 22.500,00	Manutenção de professores
Subvenção Municipal - FIA	10.792,25	Foi adquirido o veículo Parati CL 1989 e posteriormente vendido
Subvenção Municipal – Lei 2607/07	Previsto: 48.000,00 Recebido: 36.000,00	Manutenção de técnicos
Subvenção Municipal – Lei 2638/08	Previsto: 23.000,00 Recebido: 11.600,00	Suplementação da manutenção dos técnicos
Ementa Parlamentar (deputado estadual)	30.000,00	Foi adquirido um veículo Gol 2008.

Telemarketing, campanhas “Apaixonados” e “Ação entre amigos”; eventos.	-----	Fundos destinados ao pagamento do décimo terceiro salários, férias e outras despesas do mês de janeiro.
Prefeitura Municipal	-----	Custeia o pagamento de vários professores, serventes e motoristas e fornece a merenda escolas e o transporte para os alunos.
Fonte: Elaboração própria, de acordo com os dados disponibilizados pela APAE de Porto Ferreira - Livro de Ata V, reunião do dia 18 de novembro de 2008.		

Analisando essa tabela, surge a seguinte questão: quais são os reais gastos custeados pela própria instituição? E se os convênios fossem extintos, como ficaria a parte financeira da instituição? Esta mesma ata termina relatando que com as previsões e pagamentos efetuados até 31.12.2008, a instituição terá um déficit de R\$2.254,19. Como que, com todos esses recursos financeiros entrando na instituição, a mesma termina o ano em déficit?

No final do ano de 2010, com a chegada das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais de Porto Ferreira, nove professoras concursadas, cedidas para a APAE e pagas pela Prefeitura foram retiradas da instituição para trabalhem nessas salas. Na ata de 20 de novembro de 2010, aparece a preocupação da instituição frente à necessidade de contratação de novos professores, sendo que a prefeitura cortaria a verba destinada ao pagamento destes, restando à própria instituição o pagamento dos novos professores. Alguns relatos referentes à dificuldade financeira que a instituição passa neste momento (2011, início de 2012) foram encontrados nas entrevistas, sendo esse escolhido para demonstrar:

“Como no município não existe, não sei assim... Mas a prefeitura não tem no quadro dela, então pra ela poder adquirir esse funcionário para trabalhar na Sala de Recursos teria que abrir um concurso público. Como foi uma coisa de imediato e ela tinha esses nove professores que tem mais de 20 anos de experiência na área de Educação Especial, então ela pegou esses 9 professores e distribuiu nas escolas que tem SRM. [...] Para a APAE trouxe algumas desvantagens no sentido de reestruturação interna ne?! Porque ela tinha 9 professores, ela deixou de ter, então ela ter que contratar alguns professores e aí gerou toda essa crise financeira!” (P16)

Por fim, após a análise dos dados coletados, podemos concluir que o município, até 2011, não tinha conseguido quebrar com a condição de segregação da educação das

peças com deficiências e, de acordo com Meletti (2006) e pensando em todas as deficiências,

A transformação será possível na medida em que os conflitos e as contradições desencadeados forem direcionados para uma ruptura dos condicionantes históricos de ineducabilidade da pessoa com deficiência mental e do caráter totalitário da instituição especial. Para isso, é necessário que as transformações incidam sobre outros espaços sociais que não os institucionais. Ou seja, é preciso uma política e um Estado que não favoreçam exclusivamente as instituições especiais em detrimento da consolidação da educação desta população em outras instâncias educacionais. Nesse sentido, considero que não se trata de um processo de inclusão, mas sim de recuperar a busca de uma escola verdadeiramente democrática. (p. 127)

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

[...] é no contexto da educação geral que devem estar presentes os princípios e as propostas que definem a política de educação especial. (MAZZOTA, 1996, p. 201)

Neste trabalho objetivamos compreender a organização e o funcionamento da Educação Especial no município de Porto Ferreira, a fim de conhecer sua história e as políticas públicas desenvolvidas no município em prol dos alunos com deficiências.

Conforme proposto por Saviani (2008), e baseado no texto “Método da economia política” de Marx, o método utilizado para análise dos dados parte de uma visão caótica do todo (síncrise), e chega pela mediação da análise a sua compreensão da totalidade das relações. Para tanto, documentos oficiais, como leis e decretos do município de Porto Ferreira referentes à educação e a educação especial, documentos da Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais - APAE, notícias publicadas em jornais municipais e dados do censo escolar da Educação Básica foram levantados e analisados. Por fim, para compreender a relação existente por trás dos documentos, foram realizadas algumas entrevistas com pessoas relacionadas à Educação Especial no município estudado.

Foram encontradas 45 leis municipais, no período de 1973 a 2011, referentes à educação dos alunos com deficiências. Anterior a esta data, nenhuma lei foi encontrada. Em relação aos dados coletados na APAE de Porto Ferreira, foram lidas e estudadas atas de 101 reuniões, todos os estatutos e regimentos escolar da instituição. Além disso, foram encontradas 51 notícias nos jornais municipais referentes às pessoas com deficiências.

Outro documento analisado foram os Censos da Educação Básica, a partir de um levantamento acerca das matrículas de alunos com deficiências no município estudado, estado, região Sudeste e Brasil. Foram utilizados os dados referentes às matrículas dos anos de 2007 a 2010.

Por fim, foram realizadas 25 entrevistas com pessoas ligadas a Educação Especial, desde a fundação da APAE até os dias de hoje.

A análise documental, as entrevistas e as notícias publicadas nos jornais locais auxiliaram no conhecimento sobre o percurso histórico percorrido pelo município até chegar ao atual cenário da Educação Especial.

Conhecer e compreender a realidade que se encontra a escolarização dos alunos com deficiências no município estudado significou adentrar pelo universo dos professores e gestores da educação especial, tanto das escolares regulares como da instituição, ou seja, em um mundo ligado a histórias, valores e padrões sociais, educacionais e individuais. Significou também explicitar os obstáculos ligados a prática cotidiana do sistema educacional.

Nesta perspectiva, esta pesquisa revelou a APAE como o principal (e talvez único por vários anos) proposta de atendimento para os alunos com deficiência, mantendo-se baseado a segregação e no assistencialismo. A “desresponsabilização” do Estado perante essa clientela levou a instituição a ganhar força política e social no município estudado, que de acordo com Jannuzzi (1998, p.185) “há assim uma parcial simbiose entre o público e o privado, que permite ao segundo exercer influência na determinação da política pública na área”. Neste ponto é preciso enfatizar a manutenção de um sistema segregado de atendimento aos alunos com deficiências, no qual o Estado viabiliza financiamento para a instituição deixando de investir na educação pública, distanciando questões relativas à educação especial.

Pensando nisso, devemos levar em conta que o ensino implementado pelas instituições, pautado em uma perspectiva médica de educação, nem sempre instrumentaliza o aluno ao que Saviani (2008) chama de “saber sistematizado”,

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. [...] Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é a **cultura letrada**. (idem, p. 15, grifos meus)

Outro dado relevante encontrado neste estudo foi a “ausência” de um movimento social das pessoas com deficiências no município pesquisado. De acordo com Caiado (2011), “ao se organizarem as pessoas deficientes podem assumir um novo paradigma de sociedade e de homem, o que pode alterar as grades invisíveis do consenso que as proclama incapazes [...]”. Com isso, podemos pensar que a força detida pela APAE no município (instituição esta que não foi criada no município a partir de um movimento de pais ou das próprias pessoas com deficiências) deu-se devido à ausência de um grupo social organizado lutando pelos seus direitos. Para Neves,

Os movimentos de pessoas com deficiência precisam resgatar, na própria pessoa com deficiência, nos dirigentes e na sociedade como um todo, o crédito na **pessoa com deficiência como cidadão com deveres e direitos**. O movimento por uma sociedade inclusiva, que reivindica igualdade no direito de participação sem restrições, tem se descuidado de um ponto importante, fundamental mesmo para o sucesso do movimento: **a conscientização da sociedade, dos parentes, dos profissionais e da pessoa com deficiência em relação à capacidade de participação dessa população de pessoas com deficiência**. (NEVES, 2000, p.131, grifos da autora)

Quanto às matrículas, percebe-se que há um avanço do quantitativo de alunos com deficiências na rede regular de ensino. Algumas mudanças começam a ser observados em 2011, com a chegada das Salas de Recursos Multifuncionais, que pautado na Política Nacional de Educação Inclusiva e do Decreto nº 6571/2008, aponta que os sistemas de ensino

devem matricular os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Cabe destacar que o objetivo desta pesquisa não era o de fazer uma análise detalhada que discutisse a totalidade dos elementos implicados nas Políticas Públicas de Educação no município de Porto Ferreira e sim o de fornecer subsídios à discussão dessas políticas como uma forma de contribuir para a construção da qualidade de ensino no município. Espera-se que os resultados deste estudo tragam contribuições para a escolarização não somente dos alunos com deficiências, mas para delimitação de novas ações destinadas a escolarização de todos os educandos, partindo do pressuposto que cabe a educação a formação de indivíduos participantes e que lutam por seus direitos, em prol de uma participação ampla e baseada na cidadania.

Cabe ressaltar também que a análise referente ao financiamento da educação especial neste município pode vir a contribuir para a análise e compreensão das propostas voltadas a educação especial neste município pois este poderia explicitar algumas questões referentes à aplicação de recursos públicos destinados a educação especial.

Por fim, acredita-se que seja importante que a Secretaria de Educação e o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiências assumam um projeto de educação que contemple todas as pessoas com deficiência no município: os dados analisados nesta pesquisa revelam a ausência deste projeto.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2 ed. Ver e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BIELER, R. (org.) **Ética e legislação: os direitos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil** – Rotary Club, Rio de Janeiro, 1990

BRAGA, A.F. **Educação Inclusiva: das intenções às ações** – um estudo sobre o processo de inclusão escolar de alunos caracterizados como portadores de necessidades especiais em escolas públicas no município de Viçosa, MG. Viçosa: UFV, 2006. (Dissertação de Mestrado)

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDN nº4.024**. Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDN nº 5.692**. Diário Oficial da União, 12 de agosto de 1971.

BRASIL. **Ementa de 1978**. Disponível em <
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/emecon/1970-1979/emendaconstitucional-12-17-outubro-1978-366956-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 20 mai, 2011

BRASIL. Congresso Nacional, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – Senado Federal, Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Brasília, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, MEC, 1993

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação**. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em 29 jan, 2013

BRASIL. **Decreto 3.076**, de 1 de junho de 1999. Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE. Disponível em <
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3076.pdf>>. Acesso em 03 jul, 2011

BRASIL. **Decreto nº 30289**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/seeso/>. Acesso em nov, 2006. SITE

BRASIL. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.. Disponível em

http://www.gestoreconsultoria.com.br/pub/files/1o_eixo_radila_slide_decreto_6571_2008.pdf

. Acesso em 05 jan, 2012

BRASIL. **Decreto nº 9.649**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em 08 jul, 2011

BRASIL. **Decreto nº 9.680**, de 13 de outubro de 2009. Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/820015/decreto-6980-09>>. Acesso em 03 jul, 2011

BRASIL. **Decreto no 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm> . Acesso em 02 dez. 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001*. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF. 2001

BRASIL, **Lei nº 10.845**, de 5 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10845.pdf>>. Acesso em 25 fev, 2012

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008a. Disponível em :<HTTP://www.mec.gov.br> Acesso em: 11 jan.2011.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2000: características gerais da população**. Disponível em <

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf>. Acesso em 3 jul, 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2007. Brasília: MEC/INEP, 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2008. Brasília: MEC/INEP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2009. Brasília: MEC/INEP, 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2010. Brasília: MEC/INEP, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2010. Brasília: MEC/INEP, 2011.

BUCCIO, M. I. S.S. **Políticas públicas de educação inclusiva: a implementação em escolas públicas no município de Araucária-PR.** Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2007 (Dissertação de Mestrado)

BUENO, J. G. **Educação especial brasileira: questões e conceitos da atualidade.** São Paulo: EDUC, 2011

CAIADO, K.R.M; LAPLANE, A. L. F. **Programa Educação inclusiva: direito à diversidade - uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo.** *Educ. Pesqui.*, Ago 2009, vol.35, no.02, p.303-315.

CAIADO, K.R.M. Quando as pessoas com deficiências começam a falar: história de resistência e luta. In: **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação, 3ª Ed, 2011, p.210-219

CARVALHO, M. P. (2003). **Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero.** *Educação e Pesquisa*, 29 (1), 185-193. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a13v29n1.pdf>> Acesso em 18 jul 2012

CARVALHO, M. P. (2004a). **O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça.** *Cadernos Pagu*, 22, 247-290. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a10.pdf>>. Acesso em 18 jul 2012

CARVALHO, R.E. **A nova LDB e a educação especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997

CORRÊA, N. M. **A construção do processo de municipalização da Educação Especial em Campo Grande no período de 1996 a 2004.** Campo Grande: UFMS, 2005. (Dissertação de Mestrado)

D'ANTINO, M. E. F. **A máscara e o rosto da instituição especializada: marcas que o passado abriga e o presente esconde.** São Paulo: Memnon, 1998

FENAPAES. **APAE em rede.** Disponível em www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=47. Acesso em 29 nov, 2012

FERRARO, A. R. . Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. *Educação e Pesquisa (USP. Impresso)*, v. 36, p. 505-526, 2010. Disponível em <

<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=29815818006>>. Acesso em 18 jul 2012

GONÇALVES JUNIOR, L. **Lazer e novas relações de trabalho em tempos de globalização: a perspectiva dos líderes das centrais sindicais do Brasil e de Portugal**. 2003. Tese (Pós-Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 19 jul, 2011. Site

JANNUZZI, G.; JANNUZZI, N. **Incidência de deficientes no Brasil segundo o censo demográfico de 1991: resultados empíricos e implicações políticas**. Campinas: ABEP/NEPO;Unicamp, 2008. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a243.pdf. Acesso em nov, 2012

JANNUZZI, G. D de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2004. – (Coleção educação contemporânea)

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Editora Alínea/PUC-Campinas, 141 p. 2006.

KASSAR, M. C. M. **Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações**. *Caderno CEDES 46*. Campinas, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Ano XIX, set, 1998. P 16-28

LAGO, D. C. **Reflexos da política nacional de inclusão escolar no Município-pólo de Vitória da Conquista/Bahia**. São Carlos: UFSCar, 2010 (Dissertação de Mestrado)

LANNA JUNIOR, M. C. M. **História do movimento político das pessoas com deficiências no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010

MACHADO, O. V. M. **Pesquisa Qualitativa: modalidade fenômeno situado**. In: BICUDO, M. A. V.; ESPOSITO, V. H. C. (Org.). *Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo, Editora UNIMEP, 1994.

MARTINS, J. **Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíesis**. São Paulo: Cortez, 1992.

MARX, K. **“A ideologia alemã”** / Karl Marx e Friedrich Engels; [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998 – (Clássicos)

MAZZOTTA, M. J. da S. **Políticas de Educação Especial:** da assistência aos deficientes à educação escolar. Tese – Livre Docência. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005

MELETTI, S. M. F. **Projeto de Pesquisa:** A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino no município de Londrina, 2006

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em www.mec.gov.br . Acesso em 23 set, 2011

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: [HTTP://www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em: 02 jan. 2012.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003

NEVES, T. R. L. **Movimentos sociais, auto-advocacia e educação para a cidadania de Pessoas com deficiência mental.** São Carlos: UFSCar, 2000 (Dissertação de Mestrado)

PIRES, N. **Educação Especial em foco.** Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974

PORTO FERREIRA HOJE. Site de notícias de Porto Ferreira. Disponível em <www.portoferreirahoje.com.br>. Acesso em 19 jul, 2011. Site

PORTAL PORTO FERREIRA. Site sobre a história de Porto Ferreira. Disponível em <<http://www.portoport.com.br/>> Acesso em 19 jul, 2011. Site

PRIETO, R.G. **Política Educacional do Município de São Paulo:** estudos sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, no período de 1986 a 1996. São Paulo, Faculdade de Educação de São Paulo, 2000 (Tese de Doutorado)

ONU, **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** 2006. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 19 jul, 2011

QUEIROZ, M .I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. –(Biblioteca básica de ciências sociais. Série 2. Textos; v.7)

QUILES, R. E. S. **Políticas públicas em educação especial pós 1994:** um estudo sobre o conceito de surdez. Campo Grande: UFMS, 2008 (Dissertação de Mestrado)

REZENDE, A. M . M. **Escola inclusiva na rede estadual de ensino no município de Rio Verde/GO.** Goiânia: UFG, 2008 (Dissertação de Mestrado)

REZENDE, A.M. **Concepções fenomenológicas da educação.** São Paulo: CORTEZ: Autores Associados, 1990 – (Coleção polêmicas do nosso tempo)

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações – 10.ed.rev. –** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea)

_____. **Escola e democracia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea)

_____. **História das ideias pedagógicas na Brasil.** 3 ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2010) – (Coleção memória da educação)

SCHERER–WARREMI. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola (1996)

ZWETSCH, P. **Políticas de Educação Especial: cenas da implementação a partir da voz de gestores municipais de Pelotas/RS.** Porto Alegre: PUC-RS, 2011 (Dissertação de Mestrado)

ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Porto Ferreira, 08 de agosto de 2011.

Ofício nº 364/2011

Assunto: resposta quanto à autorização para realização de pesquisa.

Ilma. Sra.

O Departamento Municipal de Educação vem, por meio deste, informar que atendendo à solicitação protocolada em 01/08/2011, sob nº 914, os documentos referentes a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino serão disponibilizados para serem utilizados por V. Sa. como objeto da pesquisa intitulada "A História da Educação Especial no município de Porto Ferreira".

Para tanto, solicitamos que a indicação dos documentos alvo da pesquisa, seja feita com o mínimo de 15 dias de antecedência. Ressaltamos ainda que referidos documentos não poderão ser retirados das dependências do Departamento de Educação, devendo os mesmos serem analisados "in loco".

Sem mais para o momento, apresentamos votos de consideração.

Atenciosamente,

MARIA CECÍLIA GALLO DA CUNHA LEME ROSSI
Diretora de Departamento Municipal de Educação

Ilma. Sra.
ALINE DOZZI TEZZA LOUREIRO
Pesquisadora



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
Avenida Prudente de Moraes, 2900 – Centro – Pirassununga
Telefone (019) 3565-9000 – Fax (019) 3561-7157

Ofício Nº 341/2011-DER-Pirassununga

Pirassununga, 01 de agosto de 2011

Assunto: Autorização

Prezada Senhora,

Em atendimento à solicitação, autorizo ALINE DOZZI TEZZA LOUREIRO, aluna do Programa de Pós Graduação em Educação Especial, a desenvolver pesquisa científica nas escolas estaduais para a Dissertação de Mestrado, intitulada “A História da Educação Especial no município de Porto Ferreira.

Atenciosamente,

E. Bittencourt Soares
Eliene Bittencourt Soares
Dirigente Regional de Ensino

Ilma. Sra.

Aline Dozzi Tezza Loureiro

Pesquisadora da UFSCAR

* São Carlos - SP



ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL "DR. NEIF JOÃO"

RUA OSÓRIO ALVES, 107 - JARDIM PORTO NOVO
PORTO FERREIRA - SP - FONE/FAX: (19) 3581-2526



Porto Ferreira, 08 de agosto de 2011.

Ofício n °: 031/2011

Assunto: Autorização


Prezada Senhora:

A Diretoria da APAE representada pelo Presidente Sr.: Adilson Ap. Feliciano e Diretora Sr^a.: Vera Lucia de Sá Stefani, da Escola de Educação especial "Dr. Neif João", vem através deste autorizar a solicitação da pesquisadora Aline Dozzi Tezza Loureiro, aluna do Programa de Pós Graduação em Educação Especial em desenvolver a pesquisa intitulada a história no Município de Porto Ferreira.

Sem mais para o momento, colocamos a disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente.


Adilson Ap. Feliciano
Presidente-APAE
RG 17.550.902


Vera Lúcia de Sá Stefani
RG 15.361.621
Diretora do E.E.E. "Dr. Neif João"

Aline Dozzi Tezza Loureiro
Pesquisadora da UFscar
São Carlos/S.P.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Araraquara



Interessado: Aline Dozzi Tezza Loureiro

Projeto: A história da educação especial no Município de Porto Ferreira.

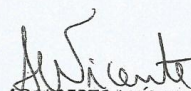
Despacho nº 46/2011 – Comitê de Ética em Pesquisa – FCL/CAR.

O projeto de pesquisa "A história da educação especial no Município de Porto Ferreira", encontra-se adequado em conformidade com as orientações constantes da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS.

Por essa razão, o Comitê de Ética em Pesquisa desta Faculdade, considerou o referido projeto estruturado dentro de padrões éticos manifestando-se FAVORAVELMENTE à sua execução.

O relatório final do projeto de pesquisa deverá ser entregue em Janeiro de 2013 no qual deverá constar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido dos sujeitos da pesquisa.

Araraquara, 23 de novembro de 2011.


Prof. Dr. ADALBERTO LUÍS VICENTE
Vice-Coordenador do CEP
UNESP-FCL/CAR

Anexo 5-**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PRESIDENTES DA APAE:**

- 1- Qual o período que o senhor foi diretor?
- 2- Qual a sua formação?
- 3- Qual sua atual ligação com a APAE?
- 4- Por que o senhor se desvinculou da direção da APAE?
- 5- Quais os profissionais que trabalham na APAE quando o senhor foi diretor?
- 6- Houve alguma construção/reforma no prédio no período que o senhor foi diretor?
- 7- De onde vinham os recursos financeiros para manutenção da APAE?
- 8- No período que o senhor foi diretor, algum convênio foi firmado? Qual?
- 9- Quais eram os objetivos da APAE no município, no período que o senhor foi diretor?

Anexo 6 -**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
(Responsável pela Educação Especial no Departamento de Educação; Responsável pela Educação Especial na Diretoria de Educação)**

1- Fale-me sobre a configuração da Educação Especial nas escolas municipais/estaduais atualmente. (quantidade de alunos com deficiências, como se configura, etc)

2- Quando foram criadas e extintas as classes especiais nas escolas municipais/estaduais? Por quê?

Se ainda não foram extintas: Quantas? Em quais escolas? Quem é atendido? Por que não foram extintas?

3- Havia alguma classe especial que eram das escolas municipais/estaduais, mas que funcionavam dentro da APAE? Em que período? Porque essas classes não funcionavam no próprio espaço escolar? Houve algum período no qual se intensificou as ações associadas ‘a proposta de educação inclusiva? Quanto? Como ocorreu?

4- Há pessoas que participam dos encontros anuais realizados em São Carlos referentes ao Programa Educação inclusiva: Direito à Diversidade?

Se sim: Qual a formação desse profissional? Desde quando essa pessoa participa? Qual o atual cargo dessa pessoa? Por que essa pessoa foi designada a este cargo?

Há alguma política de Educação Especial voltada para o município de Porto Ferreira? Qual? Antes dessas, existiram outras? Quais?

5- Quais as perspectivas atuais da rede para os alunos com deficiências?

6- Os alunos com deficiências que estão matriculados nas escolas municipais/estaduais, que não estão recebendo atendimento nas salas de recursos, recebem algum outro tipo de atendimento?

Se sim: Qual? Como é realizado?

Se não: Por quê?

7- Existe algum material diferenciado oferecido pelo Departamento/ Diretoria de Educação para os alunos alvos da Educação Especial?

8- Qual a formação dos professores que atuam na Educação especial nas escolas municipais/estaduais?

9- Qual o vínculo empregatício desses professores com o município? (concursados, contratados, cedidos)

10- Os alunos que estão matriculados nas escolas municipais/ estaduais que não estão recebendo atendimento nas SR recebem algum atendimento?

PARA O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

11- Quando começaram a funcionar as SEM?

12- Quantas são e em quais escolas? Por que a escolha dessas escolas?

13- Quem e quantos são os sujeitos atendidos?

14- Qual a formação dos profissionais que atuam nas SRM?

15- Os alunos com deficiência que não estão matriculados nas escolas que tem sem recebem que tipo de atendimento?

16- Como é realizada a escolha do aluno que será e que não será atendido na SR?

17- Como é feito o processo de encaminhamento ‘a avaliação e ao atendimento nas SR?

Anexo 7-

PASSO A PASSO: SPSS

Para trabalharmos com os Microdados do Censo Escolar foi necessário inicialmente instalar o software IBM SPSS (Statistical Package for Social Science). Este software nos possibilitou tratar dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira – INEP.

Com o programa instalado, a etapa seguinte constituiu-se em realizar o *download* dos bancos de dados dos Microdados da Educação Básica, disponíveis no site <www.inep.gov.br>, referentes aos anos estudados (2007 a 2011)

Este banco de dados divide-se em três arquivos:

- LEIA-ME: composto pela síntese das variáveis que aparecem no programa;
- DADOS: contém os dados referente as matrículas, turmas, escolas e docentes de cada unidade da federação;
- INPUTT: é o acesso para abrir o software anteriormente instalado.

Para conseguirmos mexer nos dados disponibilizados, algumas coordenadas foram seguidas: Na janela *INPUT_SPSS_T, alteramos a linha \FILE='C:TS_MATRICULA_UF>.TXT' para a pasta que continham os dados em nosso computador. Além disso, foi necessário trocar UF pela sigla de cada unidade da federação, uma de cada vez. Após este procedimento, selecionamos a coluna GET DATA até ante de CACHE, clicamos com o botão direito e selecionamos o comando RUN CURRENT. As dimensões operacionais utilizadas neste estudo encontram-se em “Procedimentos Metodológicos”.

Visto que neste estudo realizados uma comparação entre Brasil, Sudeste, Sul e Porto Ferreira, tivemos que fazer a análise de todos os estados brasileiros separadamente, bem como do município em questão, no período de 2007 a 2011.

Os dados foram tabulados pela própria pesquisadora, utilizando o software Excel.

Anexo 8 –**Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica de Porto Ferreira por Sexo e Raça – 2007 a 2011**

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011

Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica de Porto Ferreira por Sexo e Raça - 2007

Raça	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Total	6.458	6.059	12517
Não Declarado			2.743
Branca	1.423	1.320	2.743
Preta	3.237	3.143	6.380
Parda	231	201	432
Amarela	1.536	1.360	2.896
Indígena	13	15	28
	18	20	38

Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica de Porto Ferreira por Sexo e Raça - 2009

Raça	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Total	6.480	6.149	12.629
Não Declarado	1.177	1.155	2.332
Branca	3.574	3.434	7.008
Preta	194	169	363
Parda	1.513	1.366	2.879
Amarela	10	9	19
Indígena	12	16	28

Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica de Porto Ferreira por Sexo e Raça - 2011

Raça	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Total	6.269	5.908	12177
Não Declarado	970	930	1.900
Branca	3.649	3.492	7.141
Preta	193	144	337
Parda	1.439	1.324	2.763
Amarela	9	7	16
Indígena	9	11	20

Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica de Porto Ferreira por Sexo e Raça - 2008

Raça	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Total	6.568	6.192	12.760
Não Declarado	1.283	1.230	2.513
Branca	3.474	3.355	6.829
Preta	216	194	410
Parda	1.563	1.384	2.947
Amarela	14	13	27
Indígena	18	16	34

Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica de Porto Ferreira por Sexo e Raça - 2010

Raça	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Total	6.282	6.078	12360
Não Declarado	1.091	1.073	2.164
Branca	3.553	3.492	7.045
Preta	182	163	345
Parda	1.435	1.330	2.765
Amarela	10	9	19
Indígena	11	11	22

Anexo 9 –**Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica de Porto Ferreira por etapa de ensino e deficiência– 2007 a 2011**

Porto Ferreira: Número de Matrículas na Educação Básica por etapa de ensino e deficiência - 2007 a 2011

Etapa de ensino	Ano	Deficiência			
		DV	DA	DF	DM
Educação Infantil	2007	0	1	0	3
	2008	1	1	0	17
	2009	0	1	1	3

	2010	1	2	8	13
	2011	0	3	14	54
Ensino Fundamental	2007	10	12	5	111
	2008	8	4	2	69
	2009	8	7	3	107
	2010	7	10	25	116
	2011	8	11	18	104
Ensino Médio	2007	0	4	0	0
	2008	0	2	1	0
	2009	2	0	2	0
	2010	3	1	2	0
	2011	2	1	3	1
Ensino Profissionalizante	2007	0	0	0	0
	2008	0	0	0	0
	2009	0	2	0	0
	2010	0	0	0	0
	2011	0	2	0	0
EJA	2007	0	1	0	0
	2008	0	5	1	26
	2009	0	1	0	2
	2010	0	1	0	1
	2011	1	1	0	10

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011

**Anexo 10 –
Número de Matrículas de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Porto
Ferreira por tipo de deficiência, dependência administrativa e modalidade de ensino –
2007 a 2011**

Número de matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Porto
Ferreira por tipo de deficiência, dependência administrativa e modalidade de ensino - 2007 a
2011

Ano	Dependência Administrativa	Ensino Regular				Educação Especial				EJA			
		Tipo de Deficiência				Tipo de Deficiência				Tipo de Deficiência			
		D V	D A	D F	D M	D V	D A	D F	D M	D V	D A	D F	DM
2007	Estadual	4	6	2	0	-	-	-	-	0	1	0	0
	Municipal	4	2	1	10	1	3	0	75	0	0	0	0
	Privada	0	0	0	1	1	6	2	28	-	-	-	-
2008	Estadual	3	4	2	1	-	-	-	-	0	1	0	0
	Municipal	3	2	1	10	1	2	0	70	0	0	0	1
	Privada	1	0	0	2	1	3	1	28	-	-	-	-
2009	Estadual	3	5	2	2	-	-	-	-	0	1	0	0
	Municipal	5	2	3	17	1	0	0	61	0	0	0	2
	Privada	1	0	0	5	0	3	1	25	-	-	-	-
2010	Estadual	2	4	4	0	-	-	-	-	0	1	0	0
	Municipal	5	3	5	16	2	0	1	51	0	0	0	2
	Privada	1	0	0	3	1	6	25	58	-	-	-	-
2011	Estadual	4	5	7	3	-	-	-	-	0	0	0	1
	Municipal	4	6	5	46	0	0	0	0	1	1	0	9
	Privada	1	0	0	4	1	6	22	106	-	-	-	-

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011